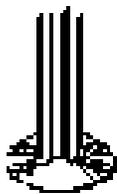


UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
*CAMPUS DE TRÊS LAGOAS*

ELIANE APARECIDA MIQUELETTI

**OS CASOS DE DESNUTRIÇÃO INFANTIL INDÍGENA E A  
MÍDIA: CONSTITUIÇÃO DE IMAGENS E DE SENTIDOS**

**Três Lagoas - MS  
2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
*CAMPUS DE TRÊS LAGOAS*

ELIANE APARECIDA MIQUELETTI

**OS CASOS DE DESNUTRIÇÃO INFANTIL INDÍGENA E A  
MÍDIA: CONSTITUIÇÃO DE IMAGENS E DE SENTIDOS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos. Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti.

**Três Lagoas - MS**  
**2007**

**“Tem pão velho?**

**não**, criança

tem o pão que o **diabo** amassou  
tem **sangue** de índios nas ruas  
e quando é **noite** a lua **geme** aflita  
por seus filhos **mortos**

**tem pão velho?**

**não**, criança temos **comida farta** em nossas mesas  
abençoada de toalhas de linho, **talheres**  
temos mulheres **servis**, geladeiras  
**automóveis**, fogão  
mas **não** temos **pão**

**tem pão velho?**

**não**, criança temos **asfalto**, água encanada  
super mercados, **edifícios**  
temos **pátria**, pinga, **prisões**  
**armas** e **ofícios**  
mas **não** temos **pão**

**tem pão velho?**

**não**, criança

tem sua **fome** travestida de **trapos**  
**nas calçadas**

que tragam seus **pezinhos]**

de **anjo faminto** e frágil

**pedindo** pão velho **pela vida**

temos luzes **sem alma** pelas avenidas

temos **índias suicidas**

mas **não** temos **pão**

**tem pão velho?**

**não**, criança

temos **mísseis**, satélites

computadores, **radares**

temos **canhões**, navios, **usinas nucleares**

mas **não** temos **pão**

**tem pão velho?**

**não**, criança

tem o pão que o **diabo** amassou

tem **sangue** de índios nas ruas

e quando é **noite**

a lua **geme** aflita

por seus filhos **mortos**

**tem pão velho?**(MARINHO, Emmanuel, CD Teré)

## AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que direta, ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho “criasse asas e voasse”.

A uma força superior que me possibilitou saúde e sabedoria para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos pais, que sempre acreditaram que a maior herança é o estudo.

Aos irmãos, Eleandro e Elisamara, e aos cunhados, Adriana e Eduardo, que souberam respeitar os dias de *stress*.

A meu querido namorado Antônio que, pacientemente, soube compreender que eu precisava de “horas” dedicadas à pesquisa.

Aos colegas do Mestrado, destacam-se: Clemilton, Cristiane, Irení, Letícia e Thaísa, que ao compartilhar angústias, leituras, dúvidas e conhecimentos ajudaram-me no crescimento intelectual.

E à “digníssima” e bem humorada orientadora Rita de Cássia, que soube conduzir-me pelos meandros da pesquisa em Semiótica.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>05</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>06</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>07</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
1.1 Apresentação.....	08
1.2 Contextualização.....	10
1.2.1 Mato Grosso do Sul e as aldeias indígenas de Dourados.....	10
1.2.2 A FUNAI e a FUNASA.....	13
1.2.3 A escolha dos jornais: “O Progresso” e “Diário MS”.....	16
1.2.4 A escolha teórica.....	17
1.3 A divisão da dissertação.....	18
<b>CAPÍTULO I: APONTAMENTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>20</b>
1.1 A mídia e o texto jornalístico.....	20
1.1.1 O suporte e o gênero.....	21
1.1.2 O jornal e a reportagem: estruturas sincréticas.....	23
1.1.3 Os jornais em foco: “O Progresso” e “Diário MS”.....	25
1.2 A teoria Semiótica.....	27
1.2.1 O plano de conteúdo.....	31
1.2.2 O plano de expressão.....	34
<b>CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA: A IRRUPÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA.....</b>	<b>37</b>
2.1 Nível fundamental.....	41
2.2 Nível narrativo.....	43
2.2.1 Considerações sobre as <i>paixões</i> em reportagens divulgadas em 2004.....	55
2.3 Nível discursivo e o plano de expressão.....	58
<b>CAPÍTULO III: REPORTAGENS EM FOCO: AS MORTES INDÍGENAS, POR DESNUTRIÇÃO, NAS MALHAS DOS JORNAIS.....</b>	<b>68</b>
3.1 Nível fundamental.....	69
3.2 Nível narrativo.....	70
3.2.1 Paixões nas reportagens divulgadas em 2005.....	83
3.3 Nível discursivo e o plano de expressão.....	85
3.3.1 Cobertura semântica: temas e figuras.....	97
3.3.2 O tempo: a progressão em nome da atualização.....	101
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>107</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>6 ANEXOS.....</b>	<b>119</b>

Anexo A – Reportagens do jornal “O Progresso” (2004-2005)  
Anexo B – Reportagens do jornal “Diário MS” (2004-2005)

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O homem e a cabana.....	45
Figura 2: O sopão.....	49
Figura 3: Ameaça de greve 1.....	51
Figura 4: Ameaça de greve 2.....	52
Figura 5: Vítima de 11 meses.....	71
Figura 6: Arco e flecha.....	74
Figura 7: Desnutrição mata mais um.....	77
Figura 8: Desnutrição mata mais uma criança.....	79
Figura 9: Etiópia brasileira.....	97

## RESUMO

Esta dissertação apresenta a constituição de imagens e de sentidos dos casos de desnutrição, dos índios e, conseqüentemente, das aldeias indígenas e das entidades governamentais envolvidas nos casos de desnutrição infantil indígena, a partir da análise de reportagens dos jornais douradenses “O Progresso” e “Diário MS”, entre os anos de 2004 e 2005. O aparato teórico é o da Semiótica greimasiana para a qual o texto é um todo de significação onde é possível verificar dois planos: o *plano de conteúdo*, estruturado na forma de percurso gerativo, em que convergem três níveis – fundamental, narrativo e discursivo –, e o *plano de expressão*, que são as formas de manifestação do conteúdo. Com o intuito de investigar mecanismos que mostrem não só o que o texto diz, mas como ele diz o que diz, as análises seguem os níveis do percurso gerativo de sentido com destaques a aspectos do *plano de expressão*.

As análises revelaram que, ao informar a mídia acaba “enformando”, na medida em que insere, na sociedade, ideologias, opiniões, sentidos estabelecidos com a ajuda de estratégias textuais mobilizadas. Essas estratégias enfatizam a situação de abandono e miséria em que se encontram as aldeias indígenas do sul do Mato Grosso do Sul e, com isso, direcionam a uma interpretação que vê a situação indígena como uma situação-problema reservando uma imagem negativa aos indígenas e as suas comunidades. Pretende-se, com essa pesquisa, despertar os leitores para uma leitura dos textos jornalísticos menos ingênua, que esteja atento a cada aspecto da mensagem, desde sua organização até sua disposição na página.

**Palavras-chave:** imagens, reportagens jornalísticas, desnutrição infantil indígena, Semiótica greimasiana.

### ***ABSTRACT***

This thesis presents the formation of images and the senses of the malnutrition cases in the indigenous people, in the indigenous villages and consequently in the government entities involved in the cases of indigenous infantile malnutrition. This analysis of the facts comes from the articles of the douradenses local newspapers, "O Progresso" and "Diário MS", among 2004 and 2005. The theoretical apparatus is the Greima semiotics for which the text is a meaning where it is possible to verify two levels: *the level of content*, structured as a generative path which converges into three levels – essential, narrative and discursive -, and *the plan of expression*, which is the forms of *expression of the content*. In order to investigate mechanisms that show not only what the text says, but how it does say what it does say, the analyses follows the sense of generative path levels highlighting the aspects of the plan of expression.

Analyses revealed that, informing the media “bowing it” only, insofar when inserted into the society, ideologies, opinions, senses established with the help of textual strategies mobilized. These strategies emphasize the situation of abandonment and misery that the indigenous villages in the south of Mato Grosso do Sul are and thereby directed to an interpretation that shows the situation as a state-indigenous problem reserving a negative image to indigenous and their communities. It is intended with this search, awakening the readers to a less naïve journalistic texts reading, which is attentive to every aspect of the message, since its organization until its layout page.

**Keywords:** images, news reports, indigenous infantile malnutrition, Greima Semiotics

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação

Este trabalho tem como principal objetivo perseguir, com a ajuda da Semiótica greimasiana, escolhas textuais e discursivas em reportagens jornalísticas sobre os casos de desnutrição infantil indígena, no sul de Mato Grosso do Sul, especialmente em Dourados, entre os anos de 2004 e 2005, escolhas que possam revelar a constituição de sentidos e de imagens dos sujeitos envolvidos. Tentar despertar os leitores para uma leitura dos textos jornalísticos que não deve ser ingênua, mas que suspeite de cada elemento disposto em determinado lugar.

Sabe-se que a proposta desta pesquisa envolve uma história de luta pelo reconhecimento social de duas culturas que no Brasil estiveram desde sempre interligadas: a cultura branca e a cultura indígena. Luta essa que permeia questões de poder relacionadas à terra, aos costumes. Em Dourados, município localizado ao sul de Mato Grosso do Sul, essa relação se mostra por vezes bem demarcada, já que o município abarca três aldeias indígenas: Panambizinho, Bororó e Jaguapiru, sendo essas duas últimas marcadas pela proximidade geográfica com a zona urbana, o que estreita a relação entre índios e não-índios, os quais passam a compartilhar as discussões dos problemas enfrentados por ambos e que são colocados em evidência, principalmente, pela ação dos jornais locais.

Nesse contexto, entre os anos de 2004 e 2005, notícias sobre a mortalidade infantil indígena, por desnutrição, em aldeias do sul do Estado, sobretudo, em Dourados,

ganharam as páginas diárias dos jornais douradenses e, aos poucos, repercussões nacional e internacional.

De acordo com a progressão dos casos de desnutrição, culpados foram apontados, dentre eles: os poderes públicos, a FUNAI, a FUNASA, os próprios indígenas e várias versões foram, também, publicadas pelas reportagens dos dois jornais, *corpus* dessa pesquisa, “O Progresso” e “Diário-MS”.

Diante disso, surgiram os questionamentos a serem perseguidos: Qual é a imagem que a mídia douradense - os jornais “O Progresso” e “Diário MS” - construiu e divulgou sobre os casos de desnutrição, sobre os indígenas e, conseqüentemente, sobre as aldeias indígenas e as entidades governamentais envolvidas? Qual a posição de cada jornal quanto aos casos de desnutrição nas aldeias de Dourados? Como o texto jornalístico, enquanto sincrético, trabalha as várias linguagens na produção de determinado efeito de sentido, assim como para construir a persuasão do público leitor?

Para responder a essas questões, trabalhou-se com as hipóteses de que ao informar, a mídia acaba “enformando”, na medida em que insere, na sociedade, ideologias, opiniões, sentidos. Os sentidos se estabelecem nas malhas do discurso, de acordo com as estratégias mobilizadas, e direcionam uma interpretação que vê a situação indígena como uma situação-problema. Há um discurso político ancorando as reportagens acerca da desnutrição, o qual procura culpar o trabalho de entidades governamentais envolvidas e o do próprio Governo.

Ao seguir as orientações da teoria semiótica greimasiana, para a qual o texto é objeto de significação, procurou-se estudar os mecanismos que o produzem, que o constituem como um todo significativo, ou seja, o que o texto diz e como ele diz o que diz, atendo-se ao *plano de conteúdo*, concebido, segundo Greimas (1973), na forma de um “percurso gerativo” para onde convergem três níveis: fundamental, narrativo e discursivo, e ao *plano de expressão*, que revela formas de manifestação do conteúdo, como será melhor explicitado ao longo do capítulo I. As reportagens serão analisadas enquanto texto sincrético, para onde converge diferentes linguagens no trabalho de construção de determinado efeito de sentido, em que os caracteres gráficos mantêm relação entre o *plano de conteúdo* e o *plano de expressão*.

Cabe ressaltar que ao escolher a teoria semiótica greimasiana como teoria de base para a análise dos discursos dos jornais, não se está excluindo a possibilidade de utilizar conceitos pertencentes a outras abordagens teóricas, como, por exemplo, da Análise do Discurso de linha francesa, conceitos que possam complementar o trabalho, e que não deixem de ser compatíveis com os princípios daquela.

Na elaboração da pesquisa procurou-se, em um primeiro momento, realizar investigações teóricas para o embasamento deste trabalho. Logo depois, processou-se a coleta de dados, seguida de seleção do *corpus*: reportagens jornalísticas acerca dos casos de desnutrição infantil indígena veiculadas pelos jornais “O Progresso” e “Diário MS”, nos anos de 2004 e 2005. A seleção pautou-se pelo seguinte critério: entre as reportagens divulgadas em 2004, as que melhor situavam o contexto de discussões em torno do assunto; entre as de 2005, as reportagens que destacavam algum(ns) caso(s) de morte por desnutrição ou em situação severa de desnutrição. E, por fim, realizaram-se análises do *corpus* sistematizadas da seguinte forma: primeiramente a leitura e análise individual de cada texto seguindo o “percurso gerativo de sentido”, depois a comparação das análises na tentativa de perceber, de início, os pontos comuns ou não no conjunto dos textos pertencentes ao mesmo ano e ao mesmo jornal e, depois, entre os dois anos e os dois jornais.

Destaca-se que a proposta surgiu no ano de 2005, quando a pesquisadora ministrava aulas de Língua Portuguesa na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Intercultural, Guateka Marçal de Souza, localizada na Reserva Indígena de Dourados, e os alunos começaram a comentar, na escola, a respeito das reportagens jornalísticas que tratavam da situação de desnutrição infantil vivenciada pela comunidade, o que acabou se tornando material para as aulas. Há que se pontuar que, em pouco tempo, os casos de mortes começaram a repercutir para fora da aldeia, para fora do país e a escola a ser “bombardeada” de jornalistas atrás de depoimentos dos envolvidos. Imbuída nesse contexto é que se decidiu investigar as imagens que perpassavam esses textos tão comentados na época.

## **1.2 Contextualização**

*“Tem pão velho? não, criança tem o pão que o diabo amassou tem sangue de índios nas ruas e quando é noite a lua geme aflita por seus filhos mortos.”* (MARINHO, Emmanuel, CD Teré)

### 1.2.1 Mato Grosso do Sul e as aldeias indígenas de Dourados

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com a segunda maior população indígena do Brasil, mais de 58.000 indígenas das etnias Guató, Ofaié-Xavante, Kadiwéu, Terena, Kinkinawa, Kaiowá, Guarani, além dos Kamba e os Atikum que migraram da Bolívia e de Pernambuco, respectivamente, para viverem neste Estado, como assinala Troques (2006, p. 30).

Os indígenas estão presentes na região, que hoje compreende Mato Grosso do Sul, desde a época do descobrimento do Brasil. Porém, entre os séculos XVI e XVIII jesuítas, espanhóis e bandeirantes vindos de São Paulo percorreram a Bacia Platina iniciando o processo de colonização, a partir do qual, conseqüentemente, restaram poucos grupos indígenas, como destaca Eremites (2001, p. 119).

Nesse contexto, em busca da defesa do território brasileiro, criam-se postos militares na fronteira entre Brasil e Paraguai de onde surgem colônias militares, entre elas, a Colônia Militar de Dourados, a qual auxilia na exploração política e econômica da região.

Com o crescente processo de colonização – expansão capitalista –, entre os séculos XIX e XX, surgem os conflitos fundiários. Os não-indígenas partiam em busca de maiores espaços para a inserção de pasto e para o plantio da erva-mate. Aos poucos, surgiam cidades e as áreas ocupadas pelos indígenas diminuía, processo que resultou na criação das Reservas indígenas. (TROQUES, 2006, p. 31).

Diretamente ligado à constituição das Reservas está o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), criado em 1910, que demarcou, a partir de 1915, oito reservas no sul de Mato Grosso (hoje, Estado de Mato Grosso do Sul), entre elas, a de Dourados. O objetivo era fixar os indígenas em um único local; iniciativa que acentuou a desestruturação dessa população.

As reservas indígenas passaram a ser vistas como uma medida necessária, pois facilitava a intervenção do Estado em conflitos pela terra, “protegia” os indígenas da exploração ervaiteira, mas, por outro lado, deixava livre o restante do território para a

exploração dos colonos e facilitava a aproximação da mão-de-obra barata. Segundo Monteiro (2003, p.166) havia uma intenção do Estado em converter os indígenas em trabalhadores nacionais. “Desta forma, as reservas indígenas foram resultadas de um projeto claro de ‘colonização’ e ‘civilização’ que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhes o direito à ‘posse’ das terras que tradicionalmente ocupavam” (TROQUES, 2006, p. 32).

Atualmente, a região que compreende o município de Dourados é ocupada por quase 200 mil habitantes<sup>1</sup>, sendo mais de 11 mil indígenas, uma das maiores comunidades do Brasil. Ressalta-se que alguns indígenas já residem na cidade, mas a grande maioria está nas aldeias e na Reserva do município.

No que se refere às três aldeias de Dourados, a aldeia Panambizinho localiza-se a 30 quilômetros do centro da cidade de Dourados e é composta de aproximadamente 329 indígenas da etnia Kaiowá<sup>2</sup>. Suas terras foram homologadas em 2004, quando, após 10 anos de luta entre índios e fazendeiros, a área ocupada passou de 60 para 1.240 hectares. Destaca-se que essa é uma das poucas comunidades Kaiowá que procura conservar sua cultura, costumes. Exemplo disso é a adequação do calendário escolar às festividades e cerimônias da comunidade.

Quanto às outras duas aldeias, Bororó e Jaguapiru, elas compõem a conhecida Reserva Indígena de Dourados (RID), foco principal das discussões em torno dos casos de desnutrição infantil indígena. Tendo em vista a ligação territorial, é possível considerar essas duas aldeias como uma só, mas muitos indígenas fazem questão de marcar a separação, o que parece envolver questões de divisões políticas e ideológicas presentes na organização da Reserva. Nessa divisão, a aldeia Bororó, com 5.214 habitantes, está mais ao fundo da Reserva e em condições inferiores de infra-estrutura, e a Jaguapiru, com 5.695 habitantes, mais à frente, representa a parte mais desenvolvida.

---

<sup>1</sup> Dados publicados na *Sinopse preliminar do censo demográfico em 2000* (p. 121), apontam para uma população de 164.949. Segundo o IBGE, dados parciais obtidos no Censo de 2007 apontam para uma população de mais de 180.000 habitantes.

<sup>2</sup> O número de indígenas, em cada aldeia, foi fornecido pelo DSEI/MS (Distrito Sanitário Indígena) da FUNASA, sob a responsabilidade do chefe: Nelson Carmelo Olazar, em julho de 2007, de acordo com dados internos da instituição.

Segundo Monteiro (2003), a Reserva foi criada pelo Decreto n ° 401 de 03/09/1917, recebendo o título em 1965, integra uma área de 3.539 hectares, localizada entre a Rodovia Dourados-Itaporã (km 05). Ela é composta de uma população mista etnicamente identificada como: Guarani, Kaiowá e Terena, além de mestiços e não-índios casados com indígenas. Destaca-se, no entanto, que no início foi denominada pelo nome do posto do SPI, Francisco Horta Barbosa e reservada somente aos Kaiowá, grupo indígena predominante na região douradense, porém, posteriormente, os grupos Guarani e Terena também foram integrados nesse espaço.

Destaca-se que para Schaden (1974, p.2), os Guarani do Brasil Meridional podem ser divididos em três grupos: os Ñhandeva, os Mbüá e os Kayowá, divisão que se justifica pela Lingüística, pela cultura material e não-material. Na Reserva Indígena de Dourados estão presentes o Guarani Ñhandeva e o Kaiowá. Para Pereira (1999), os grupos designados como Guarani apresentam distinções difíceis de ser evidenciadas, apesar de serem distintas neste espaço.

No que se refere à presença Terena, minoria na Reserva, percebe-se certo desconforto entre alguns grupos das outras duas etnias, pois, segundo historiadores como Wenceslau (1990), os Terena teriam vindo de outras regiões do Estado para serem inseridos na Reserva na década de 1930, pelo SPI, para “civilizar” os Guarani-Kaiowá ali localizados. Essa “civilização” envolvia o ensino da agricultura, já que os Terena são considerados hábeis agricultores.

Diante dessas considerações, nota-se que a Reserva – composta pelas três etnias apontadas, além dos não-indígenas que ali são integrados, principalmente pela união conjugal com os indígenas ou os que vivem no seu entorno – configura uma rede de relações complexas que permite classificá-la como um “sistema multiétnico”. Como afirma Pereira (2004, p. 274), “o sistema multiétnico pressupõe a existência de redes de relações sociais, materiais e simbólicas, que tornam permeáveis as fronteiras étnicas das sociedades envolvidas no sistema”.

Destaca-se que, além de a Reserva ser muito próxima à cidade, é cortada por uma rodovia, por onde trafegam automóveis de passeio, ônibus escolares, caminhões, carretas carregadas com os produtos agrícolas da região, conduzidas por brancos na busca do valor mais precioso na sociedade capitalista: o dinheiro, caminho para o poder. Os veículos, muitas

vezes em alta velocidade, dividem a pista com os indígenas: adultos, jovens, crianças, normalmente a pé, de bicicleta, de carroça, bêbados ou não. E que, no vai-e-vem entre a cidade e a aldeia, buscam, por que não dizer, dinheiro e poder, além de pinga e pão.

### **1.2.2 A FUNAI e a FUNASA**

Responsáveis, atualmente, de acordo com as leis, de forma direta pela situação de vida dos indígenas, estão as duas instituições federais: a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde).

A FUNAI surgiu após um processo de constituição das raízes institucionais com alusão aos direitos indígenas que se inicia com o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). O SPI foi criado, em 1910, como um órgão do Governo Federal encarregado de executar a política indigenista. O primeiro presidente do SPI foi o oficial do exército Cândido Rondon, que durante bom tempo esteve à frente das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, imprimindo uma orientação positivista a esse órgão. Apesar disso, com o SPI, sobretudo com o Decreto nº. 9.214 de 15 de dezembro de 1911, inicia-se um novo direcionamento na política indigenista: é instituída como lei principal o respeito às tribos indígenas.

No entanto, na década de 1960, denúncias como as de abuso de poder e de irregularidades administrativas extinguem o SPI, nascendo em seu lugar a FUNAI, pela Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, como destaca Deprá (2006, p.64-65). Subordinada ao Ministério da Justiça, a FUNAI tem por objetivo garantir o respeito ao índio, garantir-lhe a posse das terras e viabilizar as pesquisas científicas.

O estatuto da FUNAI, Decreto nº 4.645 de 25 de março de 2003, assegura como finalidade, no Art. 2º, “exercer, em nome da União, a tutela dos índios e das comunidades indígenas não integradas à comunidade, auxiliando-os nas diferentes frentes, tendo em vista seu bem estar”. Quanto à saúde destacam-se dois incisos:

IV - promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio, visando à preservação das culturas e à adequação dos programas assistenciais;

V - apoiar e acompanhar o Ministério da Saúde e a Fundação Nacional de Saúde nas ações e serviços destinados à atenção à saúde dos povos.

Uma nova postura política governamental em relação à maneira de lidar com as sociedades indígenas, mais integracionista, surge ancorada no Estatuto do índio, conforme Lei 6001, de 19/12/1973, e pela Portaria nº 14, de 10/01/1996. Este estatuto aponta para a especial assistência que deve ser dispensada aos indígenas em alguns momentos da vida, como marca o Art. 54º do título V, Parágrafo único: “Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esses destinados”.

No entanto, é só com a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988, que se estabelecem direitos aos povos indígenas. Fica sob a responsabilidade da União proteger os direitos dos índios, sem indicação de tutela ou órgão indigenista, como marca o Art. 231, Cap. VII “Dos Índios”: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. A nova Constituição, por conseguinte, marca uma nova posição dos indígenas no cenário político nacional.

Quanto à FUNASA, órgão integrante da direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), surge em um contexto histórico democrático, após a primeira eleição direta para presidente da república. Criada por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e regulamentada pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, o órgão formou-se basicamente a partir da fusão da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM – e da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP, como aponta a *Revista comemorativa dos 15 anos de FUNASA* (s/d, p. 8-14). Esses órgãos exerciam, dentre outras, as seguintes atividades: controle de doenças transmitidas por vetores, implantação e operação de unidades de saúde e de sistemas de saneamento e desenvolvimento de pesquisas operacionais e epidemiológicas. Além das competências absorvidas desses órgãos, também outras pertinentes às áreas do Ministério da Saúde foram transferidas à FUNASA, como as da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde e da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde.

Em agosto de 1999, o Governo Federal transfere da FUNAI para a FUNASA a responsabilidade pela execução das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da

população indígena. Destaca-se que ela também é responsável pelas populações ribeirinhas, pelos remanescentes de quilombos e pelas populações de assentamentos de reforma agrária e reserva extrativista. Nesse contexto, até 2002, a FUNASA atuava na promoção à saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, saneamento básico em municípios de pequeno porte e em saúde indígena. No entanto, em abril de 2003, a partir de uma reestruturação no Ministério da Saúde, a FUNASA passa a cumprir as atribuições que eram do Centro Nacional de Epidemiologia: atenção integral à saúde dos povos indígenas e saneamento ambiental passa, assim, a ter como missão: “Promover a inclusão por meio de ações de saneamento ambiental e de ações de atenção integral à saúde dos povos indígenas, com excelência na gestão e em consonância com o SUS” (idem, p. 24).

Destaca-se a importância de um elemento que aos poucos ganhou campo e contribuiu para o funcionamento da FUNASA, seus funcionários: agentes de saúde indígena e agentes indígenas de saúde que estão diretamente ligados às comunidades. Suas atividades envolvem, segundo a Lei 11.350 de 5 de outubro de 2006, Art. 3º:

- I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;
- II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e
- VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Diante dessas considerações, visualiza-se até que ponto é possível considerar a responsabilidade das entidades governamentais: FUNAI e FUNASA, com relação à saúde e bem estar dos povos indígenas brasileiros, tendo em vista o envolvimento dessas entidades nas discussões sobre os casos de mortes por desnutrição nas aldeias de Mato Grosso do Sul.

### **1.2.3 A escolha dos jornais: “O Progresso” e “Diário MS”**

A escolha por textos que integram os jornais “O Progresso” e “Diário MS”, realizou-se, primeiramente, por serem jornais locais, já que o objetivo era verificar como a mídia local impressa lidou com o problema das mortes por desnutrição infantil indígena, tendo em vista a proximidade das comunidades indígena e não-indígena nessa região. Além disso, a escolha também foi pautada, por serem esses dois veículos de informação os mais lidos na região, por consequência, concorrentes, e pelo destaque que ambos deram à divulgação dos casos de desnutrição infantil indígena.

Ao longo do trabalho, acredita-se que as análises possibilitarão uma comparação entre os direcionamentos dados por cada jornal, tendo em vista a evidencição de posições ideológicas que cada um possa sustentar. Cabem, portanto, algumas considerações em relação a esses dois veiculadores de “informação” de Dourados.

O jornal “O Progresso”, que tem como *slogan* “Pensamento e ação por uma vida melhor” é o jornal mais antigo do estado de Mato Grosso do Sul, 56 anos, o de maior circulação no interior do Estado e o primeiro do interior do Centro-Oeste a entrar na *internet* e a ser impresso em cores, como marca o histórico no *site* do jornal. Fundado em 21 de abril de 1951, por Weimar Gonçalves Torres, acompanhou a trajetória de formação do município. Como destaca o mesmo *site*, seu fundador procurou prosseguir um projeto de seu pai, José dos Passos Rangel Torres, que havia fundado “O Progresso” em Ponta Porã, em 1920 e abandonou a empresa após entrar no serviço público como promotor. Hoje, esse jornal circula em 78 municípios, além de Dourados, com uma produção de mais de 10 mil edições diárias.

O jornal “Diário MS”, por sua vez, tem 14 anos de circulação e trabalha com o *slogan* “O jornal de integração regional”. Está entre os três principais veículos de comunicação da mídia impressa e sua primeira edição circulou no dia 15 de setembro de 1993, época em que várias pessoas haviam tentado criar um jornal diário e não tiveram sucesso, o “Diário MS” era uma expectativa, como registra o editorial da edição de aniversário (2006, p. 2).

Ele surgiu a partir da fusão dos semanários “Panfleto”, “Zangão” e “Jornal do Vale”, com o título de “Diário do Povo”. Ao final de 2000, por questões burocráticas e legais, o nome foi alterado para “Diário MS”, sua circulação atinge 50 municípios do Estado, produzindo diariamente mais ou menos 6.400 edições.

#### 1.2.4 A escolha teórica

Que a mídia é uma das forças que influencia a opinião na sociedade hoje, isso é indiscutível. Diversas áreas do conhecimento têm voltado os olhos para os textos que a compõem: sociologia, psicologia, estudos do discurso, entre outras. No entanto, muitos desses estudos detêm-se na análise de partes dos objetos: aspectos visuais, condições de produção, estratégias de divulgação, ou, muitas vezes, utilizam-se de metodologias que nem sempre contemplam o todo, comprometendo uma das partes. Pensando em uma teoria que abordasse o “todo”, é que se escolheu trabalhar com a teoria semiótica francesa na análise de reportagens que compõem esse veículo midiático que é o jornal impresso.

A escolha levou em consideração o fato de ser essa teoria uma forma de abordagem que vê o texto como objeto de significação e de comunicação, permitindo em um trabalho de análise, por exemplo, que se levem em conta tanto a estrutura do suporte que o sustenta, quanto o papel social que pode representar/apresentar dentro de determinada organização social.

Pensando que a linguagem jornalística “mobiliza outros sistemas simbólicos além da comunicação lingüística”, como marca Lage (2004, p. 5), é que se procurou uma ciência que envolvesse “a totalidade dos sistemas simbólicos”. Trabalhar com a teoria semiótica é poder contar com uma proposta que permita a análise interna e imanente de qualquer tipo textual, ou seja, é examinar os procedimentos da organização textual e os mecanismos enunciativos no que se referem à produção e à recepção do texto. A partir da análise dos dois planos que compõem o texto, o de *conteúdo* e o de *expressão*, permite apreender aspectos que possam interferir na construção de sentidos.

### 1.3 A divisão da dissertação

Tendo em vista a proposta de pesquisa e o *corpus* a ser analisado, esta dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: na introdução, como se acabou de verificar, situa-se a proposta de trabalho e são reveladas algumas informações no que se refere ao contexto em que a temática das reportagens a serem analisadas se situam: aldeias e sujeitos envolvidos.

No capítulo I, “Apontamentos teóricos”, realizar-se-ão levantamentos e discussões de questões teóricas que possam auxiliar no entendimento e na reflexão de aspectos trabalhados nas análises desenvolvidas nos capítulos posteriores.

No capítulo II, como aponta o título “Contextualizando a temática: a irrupção de uma problemática” a proposta é contextualizar a “problemática” da desnutrição infantil indígena e, conseqüentemente, os sujeitos nela envolvidos, a partir de análises de reportagens divulgadas no ano de 2004 pelos jornais “O Progresso” e “Diário MS”. As análises contemplarão os três níveis do *plano de conteúdo*, divididos nível a nível, e, alguns aspectos do *plano de expressão* que possam contribuir para a constituição de sentidos nos textos.

É, então, no capítulo III, sob o título “Reportagens em foco: as mortes indígenas, por desnutrição, nas malhas dos jornais”, que se tem a análise das reportagens que representam o “ápice” da divulgação dos casos de mortes, publicadas durante o ano de 2005. Há que se esclarecer que, esse ano, apresenta um *corpus* que contempla a maior quantidade de reportagens. Nesse capítulo, a análise do *plano de conteúdo* também está separada em níveis e alguns aspectos que sobressaiam na leitura dos textos, sobretudo no nível discursivo, serão acentuados e subdivididos em subtópicos. Espera-se que se possa ter, assim, uma visão mais detalhada da estrutura das narrativas que, nesse período, trataram de forma mais intensa os casos de mortes de crianças indígenas por desnutrição. Há recorrência ao *plano de expressão* para destacar sua contribuição na construção dos sentidos, com destaque para elementos que revelem a riqueza dessa estrutura sincrética que é o texto jornalístico.

Algumas vezes entre as análises que compõem os capítulos II e III ver-se-á o entrecruzar de elementos analisáveis, sobretudo, entre os níveis narrativo e discursivo. Acredita-se que isso não atrapalhará o andamento da análise, apenas mostrará que essa é conseqüência de uma metodologia que não vê o texto em partes, mas como um todo de sentido. O entrecruzar de um elemento analisado em um, ou em outro nível, revela a dinâmica da construção de sentidos.

Quanto às reportagens analisadas, *corpus* dessa pesquisa, cabe lembrar que os textos base, aqueles analisados com mais intensidade, serão dispostos no corpo do trabalho e os utilizados apenas como reafirmação das análises, constam na parte dedicada aos anexos.

Por fim, cabe esclarecer que a análise do texto sofre influência de uma relação com o analista que não é de toda objetiva, por isso esboça uma possibilidade, um viés de leitura que não esgota outras tantas leituras do mesmo objeto, como indica (BERTRAND, 2003, p. 55): “O ‘texto’, com efeito, é aquilo que a leitura atualiza e o que a análise constrói. Contra a ilusão de uma explicação [...], a análise seleciona suas isotopias de leitura e apenas retém o que é suscetível de estabelecer-lhe a pertinência.”

## CAPÍTULO I

### APONTAMENTOS TEÓRICOS

#### 1.1 A mídia e o texto jornalístico

*Artigo 7º “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”.*(Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros).

A mídia é objeto de estudo de diversas áreas. Ela é perpassada pela lógica econômica, tecnológica, mas o que interessa, neste trabalho, é a lógica simbólica, que envolve a forma como os sujeitos articulam os signos em busca da construção de sentidos em um dos suportes midiáticos: o jornal impresso. O papel do analista será considerado, como marca

Charaudeau (2006, p.29), “[...] o de observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar [...]”.

Os textos jornalísticos, diariamente, circulam pelas cidades com o compromisso de levar a “verdadeira” informação aos leitores. Sob o amparo da objetividade, o jornalista assegura o compromisso com a neutralidade, a imparcialidade, a realidade, o que lhe imprime uma competência própria na seleção dos fatos. Tendo em vista que: “A palavra é fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2004, p.36), ao realizar certa seleção, o jornalista não apenas distingue os fatos da realidade social, mas também os hierarquiza.

Nesse sentido, o discurso jornalístico articula *saber e poder* nas mãos do jornalista que precisa se submeter a certas regras, limitações ou, como aponta Rossi (2005), “filtros” internos e externos à textualização, entre eles: escolha da pauta – reflexo do que está sendo divulgado pelos outros meios de comunicação concorrentes e cuja decisão é feita por um grupo –; espaço para publicação da notícia; normas de editoração; tempo limitado para elaborar o texto; as fontes de informação alcançadas e, principalmente, o enquadramento ao perfil do jornal em que atua.

Nesse âmbito, Charaudeau aponta para a restrita liberdade da instância midiática; pois, devido a pressões internas e externas, vive num jogo constante em que ela manipula e é manipulada ao mesmo tempo: “Toda manipulação se acompanha então de uma enganação cuja vítima é o manipulado” (CHARAUDEAU, 2006, p. 252). O autor entende a manipulação como alguém intencionando *fazer-criar* a outro alguma coisa que favoreça o primeiro. Intervêm aqui algumas considerações sobre o *poder* e a *verdade*.

O *poder* nas malhas da mídia parece, por vezes, opaco já que ela luta para revelar informações, mas usa estratégias que nem sempre revelam tudo, com o intuito de direcionar a interpretação; o importante é *fazer-criar* em algo. Nesse contexto está a noção de *verdade* que acaba se revelando enquanto construção, visando a atingir a um dado público-alvo. Os fatos não têm uma *verdade* em si, essa é construída ao longo da enunciação.

Diante disso, cada tipo de discurso manipula seus efeitos de *verdade* de uma forma, utilizando suas estratégias próprias, estratégias que serão exploradas, neste trabalho, no

que se refere ao texto jornalístico. Estratégias, sobretudo enunciativas, que revelam o gesto de *saber-fazer* do jornalismo, gesto que o constitui enquanto lugar do *saber* e espaço de *poder*.

Então o que a mídia informa? Charaudeau (idem, p. 33) lembra que:

Se existe um fenômeno humano e social que dependa precipuamente da linguagem, é o da informação. A informação numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo.

É a crença no *poder-fazer-creer* que domina a lógica midiática e faz isso por via da situação de enunciação onde se efetiva, onde se exerce a função de mediação na sociedade.

### 1.1.1 O suporte e o gênero

O suporte e o gênero são elementos inseparáveis ao se considerarem a construção e divulgação dos discursos; ambos influenciam e são influenciados um pelo outro. Neste trabalho, o suporte envolvido é o jornal impresso e, como tal, apresenta suas especificidades quanto à textura e cor, espaço e disposição que interferem na construção dos textos que o compõe, podendo ser considerado, assim, como uma forma de coerção do texto, como pontua Discini (2005, p. 38). A elaboração do suporte também implica sujeitos envolvidos, objetivos a atingir. Nesses termos, Maingueneau (2004, p. 71), ao se referir aos suportes midiáticos, ou *mídiuum* como tratam os tradutores, lembra: “Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o *mídiuum* não é um simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer”.

Quanto ao gênero, também uma forma de coerção do texto, destaca-se que todo e qualquer discurso está ancorado em um. Gênero tomado aqui como quer Bakhtin (2000, p.279): “[...] cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”. Considera-se, assim, o caráter social dos fatos de linguagem, o texto como um produto de interação social e o enunciado como algo ligado a uma situação material concreta e ao contexto que engloba as condições de uma comunidade lingüística.

Ressalta-se que, para Bakhtin (idem), os gêneros são escolhidos na interação entre locutor e interlocutor, a partir da esfera de comunicação em que se situam, escolhas que aponta para a seleção de três elementos: a composição formal, o conteúdo e o estilo<sup>3</sup>. Esses elementos integram-se indissoluvelmente no enunciado e são caracterizados pela “especificidade de uma esfera de comunicação [...]”.

Para o teórico, o plano formal/composicional é estrategicamente planejado, antecipadamente, com vistas ao outro: “Quando construímos nosso discurso, sempre conservamos em mente o todo do nosso enunciado, tanto em forma de um esquema correspondente a um gênero definido, como em forma de intenção discursiva individual” (BAKHTIN, 2000, p.310)<sup>4</sup>. Segundo Bakhtin, tem-se internalizado, mesmo que não se tenha conhecimento disso, gêneros variados, que a todo o momento da vida são cogitados, ou seja, dependendo da situação comunicativa busca-se, na memória, um plano composicional adequado a determinado objetivo.

Quanto ao conteúdo temático, Bakhtin considera estar diretamente relacionado à composição do discurso, que varia de acordo com o tema abordado. Deve-se considerar, também, que o conteúdo temático precisa ser desenvolvido de forma a ir ao encontro dos conhecimentos e das concepções do outro acerca de determinado assunto.

Em relação ao estilo, o estudioso ressalta que cada gênero possui seu estilo próprio, sua própria forma de organização do discurso com vistas a determinado objetivo. No entanto, cada locutor também possui seu estilo próprio que se revela em suas escolhas discursivas, por mais imparcial que procure ser. Ele varia de acordo com o grau de proximidade e relacionamento entre locutor e destinatário.

Diante disso, observa-se que o gênero a ser analisado, neste trabalho, é a reportagem jornalística impressa que, na classificação de Bakhtin (2000), integra o grupo dos gêneros secundários (complexos), uma vez que corresponde às esferas públicas e mais complexas presentes em circunstâncias de comunicação cultural, normalmente escrita. Esse

---

<sup>3</sup> As reflexões bakhtinianas apresentadas aqui acerca dos gêneros e dos elementos que o compõem podem ser conferidas no título *Os gêneros do discurso* da obra *Estética da Criação verbal* (2000, p. 277-326).

<sup>4</sup> Esta citação encontra-se em nota de rodapé na obra citada.

gênero chega à sociedade por meio do suporte jornal impresso que mantém, como já foi apontado, certa estabilidade formal que condiciona a organização dos gêneros que o compõe.

Por fim, destaca-se que a descrição dos suportes e dos textos em gênero não é estática, como um produto social, eles acompanham as transformações sociais, assim como as mudanças advindas de novos procedimentos de organização e acabamento que os modificam.

### **1.1.2 O jornal e a reportagem: estruturas sincréticas**

O jornal escrito, desde a sua “invenção”, tem como característica a tentativa de acompanhar as mudanças da sociedade em nome da divulgação de informações. Exemplo disso é a evolução gráfica desse suporte.

Lage (2004), ao retomar a história gráfica dos jornais, mostra que: entre os séculos XVII e XVIII, eles imitavam os livros, com mais ou menos quatro páginas; as notícias tomavam toda a largura da página sem divisão. No século XVIII, com os diários, o jornal aumenta o tamanho das páginas e o número de colunas. Só no século XIX o formato maior se fixou, com a invenção da rotativa. Até a Revolução Industrial a arte gráfica seguia o padrão dominante, os estilos artísticos de cada época. Entretanto, com a mecanização, a forma gráfica começa a mudar, mas o cálculo gráfico só veio com a máquina de escrever. Já com o concretivismo e o construtivismo o jornal começa a ter uma aparência um pouco mais “enxuta”, sem muitos detalhes visuais. Aos poucos o jornal precisa se adaptar não só à elite, camada social que teve acesso primeiro à leitura dos jornais, mas às diversas classes sociais que começam a participar dessa leitura e, acima de tudo, acompanhar o ritmo acelerado da sociedade moderna que precisa de notícias rápidas e objetivas.

Nesse sentido, observa-se que o jornal de hoje, assim como os textos midiáticos em geral, buscam manter como características a objetividade, o distanciamento do assunto tratado, a credibilidade e a sedução. Para isso, recorrem a uma série de recursos estruturais e discursivos que revelam o seu caráter sincrético. Tanto o jornal, quanto a maioria dos textos que o compõem são sincréticos, como é o caso da reportagem, para onde convergem diferentes linguagens no trabalho de construção de determinado efeito de sentido. Os caracteres gráficos mantêm relação entre o *plano de conteúdo* e o *plano de expressão*

integrando-se à semiótica sincrética que, como afirma Floch (1983), retomado na dissertação de Hernandes (2001, p. 30), “As semióticas sincréticas (no sentido de semióticas objetos, quer dizer, das magnitudes manifestadas que dão a conhecer) se caracterizam pela aplicação de várias linguagens de manifestação [...]”. Nesses termos, Greimas e Courtés (s/d, p. 426) definem as semióticas sincréticas como aquelas que: “[...] como a ópera ou o cinema – acionam várias linguagens de manifestação; da mesma forma, a comunicação verbal não é somente de tipo lingüístico: inclui igualmente paralingüísticos (como a gestualidade ou a proxêmica), sociolingüísticos, etc.”

Na composição desses textos sincréticos – jornal e reportagem – destaca-se a presença das fotografias. Revolução tecnológica que enfrentou algumas resistências por parte de desenhistas e pintores, como aponta Lage (2004, p. 24), mas aos poucos foi incorporada ao texto jornalístico – no início apenas para quebrar a monotonia das páginas escritas –, logo passando a representar o retrato “fiel” da realidade, fonte de informação. Lembrando que informar é *saber-fazer-criar*, ou seja, assim como os outros elementos que compõem a reportagem, a foto também é trabalhada tendo em vista a conquista do outro acerca de uma *verdade*. Como afirma Barros (2005, p. 61), “O papel ancorador da fotografia, muitas vezes pouco nítida, é assegurado pela crença ideológico-cultural no seu caráter analógico de ‘cópia do real’”, conduzindo, assim, a efeitos de transparência, ancoragem, evocação, entre outros.

Há diversos fatores a serem considerados que interferem direta ou indiretamente na construção do discurso midiático, especificamente o jornalístico, alguns deles serão apontados ao longo das análises, nos próximos capítulos, haja vista o enfado na leitura teórica que entremeia essa complexa e “fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos [...]” que permeia o jornalismo (ROSSI, 2005, p. 7).

### **1.1.3 Os jornais em foco: “O Progresso” e “Diário MS”**

Ao tomar para a análise duas “versões” do mesmo suporte, o jornal impresso, cabe realizar algumas considerações no que se refere à configuração específica de cada um deles.

O jornal, enquanto instância enunciativa, tem uma imagem construída, seu *ethos*, pela qual precisa zelar, imagem criada de si mesmo e do leitor que vai se manifestando nas diversas escolhas lingüísticas. O *ethos* é esse efeito que garante materialidade ao texto, só existindo em uma situação de enunciação. É por meio da construção de determinado *ethos* que o jornal consegue manter a imagem de confiança, de seriedade. Nesses termos, afirma Maingueneau (2004, p. 97-98), “[...] por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciatário” que, segundo Barthes (*apud* Maingueneau, 2004, p. 98), “São os traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os *ares* que assume ao se apresentar[...]”.

Verifica-se que, nesse jogo, peça essencial é o leitor que precisa se auto-identificar com aquele que enuncia, para então, “deixar-se” manipular. O leitor se constitui enquanto parte do texto, ou melhor, sua imagem é definida no texto juntamente com a do jornal a partir de traços textuais que o denunciam. De maneira geral, o enunciatário é uma construção, um *simulacro* que o enunciatário constrói daquele para o qual o texto é destinado.

No que se refere aos suportes escolhidos para a realização deste trabalho – o jornal “O Progresso” e o “Diário MS” –, nota-se que o público-alvo é, principalmente, a população da região sul do Estado, com destaque para a douradense; sujeitos destinatários, diretos ou indiretamente, das notícias de mortes de crianças indígenas por desnutrição.

Nesse sentido, cabe ressaltar algumas particularidades que marcam esses suportes como poderá ser visualizado nas análises. Como aborda Discini (2003 p. 135): “[...] é preciso coerência e coesão, no *fazer* e no *ser*, para que se (re)organize um mundo por meio de uma totalidade de discursos. Caso contrário, não haveria como construir um *ethos* [...]”.

O jornal “O Progresso”, como já foi apontado na introdução, é o mais antigo da região, 56 anos. Conhecido por retratar/acompanhar a evolução do município de Dourados, coloca-se como uma instância enunciativa que se preocupa com os problemas que afetam o município e deixa sempre isso explícito em suas edições, como marca o próprio *slogan* “Pensamento e ação por uma vida melhor”, ao representar a preocupação do jornal com o bem estar de seus interlocutores.

Os casos de desnutrição infantil indígena foram exemplos dessa demonstração de comprometimento com os problemas que afligem a população douradense. O jornal chegou a

realizar uma campanha de arrecadação de alimentos juntamente com outras entidades – Douradosagora, Rádio FM, Exército, TV Sulamérica e Atacadão – enfatizada na edição de “O Progresso” de 02 de março de 2005, mostrando a entrega desses donativos na aldeia, com a seguinte afirmação do jornal:

[...] A campanha que terminou anteontem foi idealizada depois que **O PROGRESSO** e o *Douradosagora* divulgaram simultaneamente, e em primeira mão, matérias denunciando a fome nas aldeias do sul do Estado. Matérias e fotos produzidas pelos fotógrafos Helio Fazan (**O PROGRESSO**) e Sidney Lemos (94 FM e *Douradosagora*) vêm sendo veiculadas em vários jornais do Brasil, incluindo a Agência Estado.[...]

O jornal “Diário MS” é mais novo, tem 14 anos, e revela, pela forma de lidar com as notícias, a procura por construir uma imagem um pouco mais regional, como reforça o seu *slogan*: “O jornal de integração regional”.

No caderno especial de aniversário desse jornal, no ano de 2006, é possível perceber uma preocupação em se colocar como um veículo de informação sul-mato-grossense que cresce junto com o povo desse Estado. Jornal considerado parte dos “fatos e feitos” da história da região de Mato Grosso do Sul, como marca o jornalista Xavier, que acrescenta: “Entre tantos desses, está o *Diário MS* para, também, oferecer sua contribuição à sociedade num todo. Hoje, um veículo reconhecido, respeitado e indispensável na escrivanhinha dos homens da terra de nomes ilustres, ou na mesa do café da manhã das famílias sul-mato-grosseses” (2006, p. 6).

De acordo com as questões apresentadas nesse tópico, verifica-se que é preciso tomar o jornal enquanto “*sujeito semiótico*” que possui uma afirmação social e que, a partir de seu estilo, seu perfil, representa uma “*figura social* capaz de cristalizar duradouramente atitudes de atração ou de repulsão” (LANDOWSKI, 1992, p. 118).

## 1.2 A teoria semiótica

A semiótica é uma ciência que se ocupa da significação dos textos, como apresenta o *Dicionário de Semiótica* (s/d, p. 415): “[...] teoria da significação. Sua primeira

preocupação será, pois, explicitar, sob forma de construção conceptual, as condições da apreensão e da produção do sentido [...]”. Cabe lembrar que existem, entre outras, três importantes teorias semióticas: a semiótica norte-americana, desenvolvida por Charles Sanders Peirce, com a doutrina dos signos; a semiótica russa da Escola de Tártu, conhecida pela preocupação com a cultura, e a semiótica francesa, que tem como “fundador” o lituano Algirdas Julien Greimas e que constitui a base teórica deste trabalho.

Considera-se como marco inicial da semiótica francesa o lançamento do livro *Semântica Estrutural* (1966), de Algirdas Julien Greimas. Como afirma Fiorin (1995), foi essa obra o “discurso fundador”, pois a teoria já vinha sendo construída a algum tempo por outros teóricos que influenciaram Greimas.

A semiótica, apesar de não descartar a análise externa do texto, preocupa-se mais com a descrição dos mecanismos internos de construção do discurso, ou seja, se ocupa do “o quê” o texto diz e “como” diz o que diz. É uma ciência consolidada, mas é considerada uma teoria em construção, composta por conceitos já firmados, no entanto recentes e abertos a adaptações e contribuições teóricas por parte dos pesquisadores que decidam “mergulhar” por seus meandros.

Apesar das definições consideradas acima é preciso destacar que a semiótica é uma ciência de difícil definição; pois, guarda aspectos de sua lógica metodológica em um longo percurso histórico, como afirma Hénault (2006, p.153): “[...] a real definição da teoria semiótica é a sua história”.

A semiótica greimasiana, conhecida hoje, é um amadurecimento de outras reflexões realizadas por outros teóricos, como apresenta Hernandez (2006a, p. 01-21), o que revela o fato de as teorias estarem sempre em construção refletindo novos modos de pensar, de viver e de se organizar do homem em sociedade. Exemplo disso foram as reflexões de Saussure que em busca de uma cientificidade para a lingüística elevou-a ao *status* de ciência e apontou aspectos interessantes da língua dentro de quatro dicotomias que influenciaram o surgimento do Estruturalismo, base da Semiologia<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A Semiologia é uma noção anterior à de Semiótica. Como afirma Fiorin (1999, p. 03), “A Semiótica demarca-se da Semiologia e, por isso, assume outro nome, porque, ao incorporar o conceito saussuriano de valor, torna-se uma teoria da significação, que tem por escopo descrever a produção e a compreensão do sentido, e não uma teoria do signo. Enquanto a Semiologia buscava descrever sistemas de signo, como, por exemplo, o sistema de

É na obra *Curso de Lingüística Geral*, obra escrita por alunos do lingüista e editada em 1916, que se encontram as dicotomias de Saussure, pares de conceitos relacionados. A primeira dicotomia se refere à *sincronia versus diacronia*, possibilitando ao pesquisador tanto realizar um estudo a partir de um recorte do objeto ao longo do tempo (*sincronia*) – o que ainda não era possível –, quanto tomar o objeto como um todo ao longo do tempo, em sua evolução (*diacronia*). Para Saussure as alterações do sistema não sofrem diretamente influência externa e a *sincronia* nunca é pura. Essa dicotomia veio influenciar a separação entre fatos internos e externos de um discurso ou sistema.

A segunda dicotomia é a *língua versus fala*, sendo a primeira o sistema de regras convencionadas que devem ser seguidas; e a segunda, a utilização da língua. Com isso ele possibilitou, pela primeira vez, o entendimento do objeto de estudo em níveis, nesse caso há um nível imanente (a *langue*) e um nível de manifestação (a *parole*). Essa dicotomia vai influenciar a construção, por exemplo, de *esquema/uso* (Hjelmslev), *código/mensagem* (Jakobson) e *competência/performance* (Chomsky).

Na terceira dicotomia tem-se o *significante versus o significado* da qual surge a definição de signo. O signo é uma forma de apreender a realidade, os conceitos que a ordenam. Assim, para Saussure, o *significante* é a imagem acústica e o *significado* é o conceito, a representação da realidade, podendo ser diferente para cada cultura. Para ele, o que importa na língua são as diferenças entre os signos, entre o conceito e o som, é ela que permite particularizar cada signo, de onde advém à noção de *valor* que acompanhará a evolução da semiótica.

A quarta dicotomia *paradigma versus sintagma* diz respeito à organização dos elementos dentro da estrutura do sistema. O *paradigma* é o eixo de seleção dos elementos que serão combinados no eixo do *sintagma*. Aquele constrói a relação pela ausência – na escolha de um elemento excluem-se os outros –, já esse constitui a relação pela presença – é preciso relacionar, no mínimo, dois elementos em presença.

De maneira geral, Saussure foi um marco ao acreditar que o sentido está dentro do texto – “imanência intratextual” –, além de se ater ao signo, definição importante para a semiótica. Dentre as noções que Saussure “plantou” em suas dicotomias e que a semiótica

---

signos da heráldica (MOUNIN, 1970, p. 103-115), a Semiótica visa a compreender o sistema de diferenças responsáveis pela produção de sentido de um texto”.

greimasiana “colhe” até hoje se destaca a de *relação*: algo existe porque possui uma relação com outro.

Louis Hjelmslev foi outro estudioso da linguagem que influenciou a constituição da semiótica, com destaque para a obra *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, em que considera a linguagem como um instrumento pelo qual o homem influencia e é influenciado. Na sua definição de signo, Hjelmslev ampliou o conceito de *significante* de Saussure para *plano de expressão* e o de *significado* para *plano de conteúdo*, permitindo um maior alcance dos signos a serem estudados, assim como ocorre na análise do texto sincrético. Ele também criou outras formulações necessárias para que se possa entender a matéria de que são formados esses planos: *forma* (conceitos possíveis para se identificar de que forma específica se trata aquela unidade de sentido) e *substância* (são as possibilidades de forma).

Em suma, Hjelmslev amplia a noção de *signo*: em Saussure, era a forma de apreender o mundo, para Hjelmslev é semiotização. Tentando esmiuçar um pouco o signo de Hjelmslev cabe destacar que existe uma *forma de conteúdo* (as formas de combinar o conteúdo nas línguas, nas diversas culturas) que é independente do sentido e é transformado em *substância de conteúdo*, o conceito. A *substância* não precede a *forma* como em Saussure, mas é resultado de uma *forma*. A *substância* depende da *forma* e não se pode atribuir a ela um sentido independente. Voltando-se para a definição de signo, dizia-se que o signo era “signo de alguma coisa” e é essa “coisa” que se passou a perseguir, o que para Hjelmslev é o *signo* de uma *substância*: uma *substância da expressão* (sons) e uma *substância do conteúdo* (conceitos). Ressalte-se que a Semiótica estuda a *forma do conteúdo e da expressão*.

Nesse ponto, cabe ressaltar a contribuição desse estudioso ao conceituar que a teoria da linguagem tem de ser preditiva: “A predição diz respeito ao sistema (ou língua), a partir do qual se estruturam todos os textos, sejam eles realizados ou teoricamente possíveis, de uma língua, de todas as línguas que existem, que existiram ou que existirão” (HJELMSLEV, 1975, p. 19-20). Isso possibilitou a semiótica trabalhar qualquer tipo de texto, com destaque para os sincréticos que hoje figuram na mira dos estudiosos dessa área.

Outro estudioso que também influenciou a construção da teoria semiótica foi Vladimir Propp. Este teórico estudava o conto maravilhoso russo e identificou traços que permaneciam comuns entre eles. Em seu método, algumas descobertas foram essenciais para a evolução dos estudos semióticos: as ações constantes passaram a ser classificadas como

*funções*, que surgem sempre dentro de uma relação, o que mais tarde influenciou as delimitações das fases de *manipulação* e *aquisição de competência* no “percurso gerativo de sentido” da semiótica greimasiana. Propp considerou, ainda, em seus estudos, a existência de dois níveis no relato, entendidos hoje como o *imane*nte e o da *manifestação*.

Lévi-Strauss contribuiu com os estudos semióticos ao trabalhar com a relação entre os termos. No trabalho com as analogias, como sistemas de oposição semântica mínima, influenciou na formulação do nível fundamental do “percurso gerativo de sentido”.

Tendo em vista as influências desses teóricos e sabendo que a semiótica é uma ciência que está em construção, cabe destacar algumas noções que perpassam os princípios da semiótica francesa “construída” por Greimas. Entre essas noções, destaca-se o fato de a semiótica estudar a significação dos textos entendendo que a significação envolve articulação de significado; é algo que desperta os sentidos e direciona o conteúdo. O sentido envolve a experiência com o objeto, com a situação que pode levar a efeitos de tensão ou direção. A percepção da realidade é disponibilizada pelo sistema de valores, por discursos e pela língua. Dessa forma, o semioticista não analisa se o texto está em acordo com a realidade, já que ele é apenas um recorte, uma construção dela.

A abordagem de análise que a semiótica propõe, compreende a de verdade do texto como uma construção, a qual envolve o jogo de persuasão entre os homens que fazem com que uns significados sejam aceitos e outros não, ou seja, o que importa para ela é investigar os recursos que permitem a construção da verdade em cada texto.

A semiótica é uma teoria do texto. Texto entendido como um “todo de sentido”, (*plano de conteúdo* e *plano de expressão*) verbal ou não-verbal. Para essa teoria o texto é objeto de significação, um mecanismo, definição que revela uma análise estrutural ou interna; por outro lado, entende o texto como objeto de comunicação, envolvendo o contexto sócio-histórico, análise externa do texto. No entanto, destaca-se que não se objetiva observar as condições reais de produção, nem o autor de carne e osso, mas sim os efeitos que se deixam apreender, ou seja, o texto é visto como uma ilusão, como a construção de um *simulacro*.

Diante desses esclarecimentos, observa-se que Greimas desenvolveu uma metodologia – a que ele denominou de “percurso gerativo de sentido” – capaz de analisar qualquer texto. Esse percurso é um *simulacro* metodológico e, a partir dele, é possível

desvendar como o texto se estrutura, percorrendo três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Destaca-se que essa teoria, primeiramente, ateu-se ao *plano de conteúdo*, parte inteligível na qual se aplica o “percurso gerativo de sentido” e, posteriormente, ao *plano de expressão*, parte sensível.

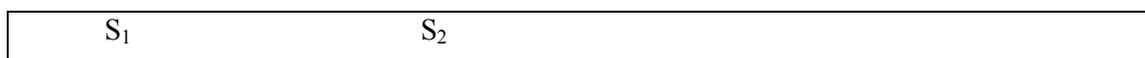
São necessárias algumas considerações acerca do *plano de conteúdo* e do *plano de expressão*, pois serão efetivamente explorados a partir do capítulo II com as análises das reportagens.

### 1.2.1 O plano de conteúdo

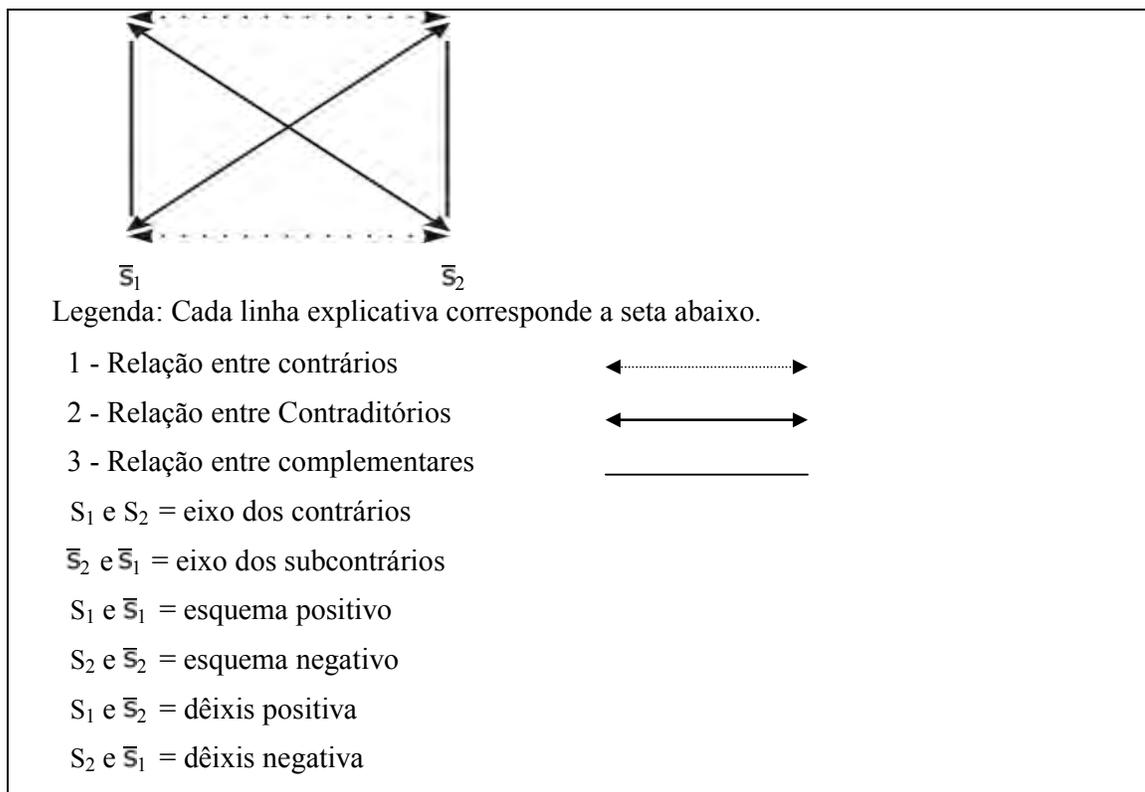
Cada um dos níveis do “percurso gerativo de sentido” é composto de uma sintaxe (os processos que vão ordenar os conteúdos) e uma semântica (os conteúdos investidos nas ordenações sintáticas). Veja-se como se estruturam:

O nível fundamental é a parte mais elementar do percurso, como apontam Greimas & Courtés (s/d, p. 353). É esse nível o ponto de partida do “percurso gerativo de sentido” no qual são estabelecidas as oposições de base. Para a semiótica, o sentido advém de um conjunto de relações e é no nível fundamental que se encontra a relação de base que sustentará o texto. Tal relação se marca por uma semântica com termos em oposição (tem uma relação de contrariedade) e sua sintaxe envolve as operações de negação e de afirmação.

Essas relações podem ser representadas no conhecido *quadrado semiótico*, um modelo lógico que Greimas utiliza para representar as relações de base de forma mais simples, como afirmam Greimas & Courtés (s/d, p. 364), “Compreende-se por quadrado semiótico a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer [...]”. Veja-se o modelo a seguir<sup>6</sup>:



<sup>6</sup> Esse quadrado é baseado no modelo de Greimas e Courtés (s/d, p. 365) e Barros (2002, p. 21)



Esse modelo de representação das relações de base sofre influência de Saussure com a afirmação de que um termo só tem sentido em relação a outro e em oposição a ele. Nesse sentido, observa-se que  $S_1$  e  $S_2$  são termos opostos, contrários e que definem a base da narrativa. Esses podem, cada um deles, projetar, pela operação de negação, um termo que é seu contraditório  $\bar{S}_1$  e  $\bar{S}_2$  que também são entre si contrários. Sendo assim, outras relações se definem: entre os termos  $S_1/\bar{S}_1$  e  $S_2/\bar{S}_2$  tem-se relações de contradição, nas quais opera-se a negação sobre os mesmos termos-valor. Entre os termos  $S_1/\bar{S}_2$  e  $S_2/\bar{S}_1$  tem-se uma operação de implicação que revela relações de complementariedade<sup>7</sup>.

No que se refere ao nível narrativo é possível identificar as mudanças de estado dos sujeitos e os estabelecimentos e rupturas de contratos. Vale ressaltar que há uma primeira concepção de narrativa envolvendo o sujeito em busca do objeto. Essa relação entre sujeito e objeto (*enunciado elementar*) pode ser de *junção*, na qual o sujeito pode estar em *conjunção* ou em *disjunção* com o *objeto-valor* (*enunciado de estado*); pode ocorrer, ainda, uma transformação entre sujeito e objeto (*enunciado do fazer*).

<sup>7</sup> Essas relações poderão ser melhor esclarecidas quando forem aplicadas nas análises das reportagens, nos próximos capítulos.

Para realizar as ações o sujeito precisa passar por etapas que envolvem o seu *fazer*, resumidos em *querer*, *dever*, *poder* e *saber*, ou seja, ele precisa adquirir competências para realizar a *performance*. Ao iniciar seu percurso, o sujeito precisa *querer* ou *dever-fazer* e para executar a *performance*, precisa ter um *saber* e um *poder-fazer*.

Na segunda concepção de narrativa, visualiza-se a existência de um *contrato* entre destinador e destinatário. Há um *destinador-manipulador* que motiva a ação do sujeito, sobretudo por uma das quatro estratégias: *tentação*, *intimidação*, *sedução*, *provocação* e, ao final da narrativa, o sujeito pode ser sancionado positiva ou negativamente por um *destinador-julgador*.

Essas questões abordadas envolvem o *fazer* do sujeito. Por outro lado, a semiótica investiga também o *ser* do sujeito. Nesse caso, juntamente com as modalidades *querer*, *dever*, *saber* e *poder*, intervêm o *ser* e o *parecer* do sujeito. Nesse caso intervêm as *modalizações veridictórias*. As modalizações envolvem o fazer interpretativo dentro da avaliação dos *contratos fiduciários* – acordos de fé, articulados entre os participantes da comunicação. São projeções das expectativas dos sujeitos e podem ser: Verdadeiras: quando o dizer *parece* e *é*; Mentirosas: quando o dizer *parece* e *não é*; Falsas: quando o dizer *não parece* e *não é*, ou Secretas: quando o dizer *não parece* e *é*.

Outro desdobramento possível da *modalização* pelo *ser* é a abordagem conhecida como *semiótica das paixões*, envolve os *estados de alma* por que passa o sujeito ao longo da narrativa, ou seja, as *modalizações* que sofre para adquirir o *objeto-valor*. Destaca-se que o que interessa não são as definições das *paixões* (sentimentos) envolvidas nos textos, mas os efeitos de sentido criado com elas, o *como* foram mobilizadas.

No nível discursivo, observam-se de que forma as estruturas abstratas do nível narrativo, por meio do sujeito da enunciação, são concretizadas com vistas à produção de um sentido. É o nível mais superficial do “percurso gerativo” projetado, a partir das estruturas abstratas do nível narrativo, nas categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*. A instauração desses elementos no enunciado pode ocorrer por *debreagem* (*pessoa*, *tempo* e *espaço* são projetados para fora da enunciação) ou *embreagem* (há um retorno para dentro da enunciação da *pessoa*, *tempo* e *espaço*).

A projeção da enunciação para fora da enunciação, a *debreagem*, pode ser: *enunciativa (eu-aqui-agora)* ou *enunciva (ele-lá-então)*. A primeira cria um efeito de sentido de aproximação aos fatos narrados, enquanto a segunda busca um efeito de objetividade e afastamento em relação a eles.

Pode ocorrer também a chamada *debreagem interna* ou de *segundo grau* (FIORIN, 2005a, p. 67). Nesse caso, o narrador dá a voz a uma pessoa do enunciado, produzindo *simulacros* de diálogos, formando a unidade discursiva chamada discurso direto que cria um efeito de sentido de verdade.

No que se refere ao discurso indireto não é *debreagem interna*, mas é uma análise do que o outro disse e pode ser de duas variantes: *analisadora de conteúdo* (preocupação com o conteúdo) e *analisadora de expressão* (preocupação com a maneira de dizer). Nesse caso: “[...] o discurso citado está subordinado à enunciação do discurso citante” (FIORIN, 2002, p. 75).

Percebe-se, assim, que a sintaxe do nível discursivo envolve a projeção da enunciação. Essa entendida como “mediação entre as estruturas narrativas e discursivas” (BARROS, 2005, p. 54), ou como marca Fiorin (2005a, p. 55), “é o ato de produção do discurso” e pressupõe o enunciado que é produto da enunciação e o objeto da análise.

Destacam-se, também, os procedimentos semânticos do discurso: a *tematização* e a *figurativização*. De acordo com a intenção do sujeito da enunciação, os *temas* propostos no nível narrativo são figurativizados (ou não). Nesse sentido, as *figuras* são termos que se ancoram em algo do mundo natural para representar um sentido, ou melhor, recobrir o tema. Os *temas* não se ancoram no mundo natural, são categorias que organizam os elementos do mundo em conceitos. Como marca Fiorin (2005a, p. 91), “aqueles são feitos para simular o mundo; estes, para explicá-lo”.

### 1.2.2 O plano de expressão

O *plano de expressão* num primeiro momento foi posto de lado pela semiótica. Hoje, é objeto de investigação, sobretudo, na análise dos sistemas *semi-simbólicos*. O *plano de expressão* constitui-se na forma de apresentação do conteúdo. A manifestação do conteúdo

em um sistema de significação pode ser verbal, não-verbal ou sincrético como são as reportagens jornalísticas impressas. Como marca Discini (2005, p. 57), “No plano de conteúdo estão as vozes em diálogo, está o discurso. No plano da expressão está a manifestação do sentido imanente, feita por meio da linguagem sincrética, que integra o visual e o verbal sob uma única enunciação”.

Nesse contexto, retomando Pietroforte (2004, p.21), o *semi-simbólico*, conceito desenvolvido por J. M. Floch, aparece quando o *plano de expressão* deixa de ser apenas uma forma de veicular o conteúdo e passa a “fazer sentido” a partir da articulação entre a *forma de expressão* e a *forma de conteúdo*.

Destacam-se consideravelmente, neste trabalho, as fotos, pois elas marcam o sincretismo e estabelecem o *semi-simbolismo* presente nas reportagens analisadas. Por isso, a análise das mesmas procurará mostrar a relação que mantêm com a parte verbal na busca do sentido do texto. Para analisar essa manifestação do *semi-simbolismo* na reportagem, sobretudo para analisar as fotografias, é preciso recorrer a dois princípios básicos usados por Algirdas Julien Greimas e Jean-Marie Floch para os quais no *plano de expressão* podem ser reconhecidos: os *formantes figurativos* – elementos que servem para criar os efeitos de realidade dentro do discurso; são as figuras do mundo que se identificam no discurso e procura-se dar sentido de acordo com o conhecimento que já se tem – e os *formantes plásticos* – categorias que possibilitaram a atribuição de novos sentidos aos textos, dão sentido ao *plano de expressão* e de acordo com trabalhos de Greimas, Floch e Thürlemann, foram divididas nas categorias: topológica (ligada à posição), eidética (ligada às formas) e cromática (ligada às cores), como aborda Hernandes (2005 e 2006b).

Nesse contexto, Barthes (*apud* PIETROFORTE, 2004, p. 49-50) afirma que, em relação à imagem, a parte verbal pode ser usada como ancoragem (explica o que é apresentado na imagem) ou etapa (palavra e imagem mantêm uma relação complementar). Assim para Barthes (*idem*): “toda imagem é polissêmica, implicando, subjacente aos seus significantes, uma ‘cadeia flutuante’ de significados, dos quais o leitor pode escolher uns e ignorar outros”. Quanto à relação entre essas duas manifestações da linguagem – verbal e imagem – ela pode ocorrer no modo poético, no qual o *semi-simbolismo* se manifesta entre as categorias fonológicas e plásticas do *plano de expressão*, construindo uma certa poeticidade,

ou no modo referencial que, contrariamente ao poético, não utiliza as categorias fonológicas e plásticas para a formação do *semi-simbolismo*.

Na análise das fotos procura-se encará-las não como uma escolha ingênua, aleatória ou como simples retrato da realidade, pois se pretende, a partir delas, mostrar a essência da cena. Dentre muitas fotos, muitas cenas, apenas uma é a escolhida pelo editor chefe para a foto-manchete da notícia daquela edição, ou seja, há uma escolha e por trás de toda escolha há uma intenção. Sendo assim, ela não pode ser vista apenas como um recorte do real; é, na verdade, um recorte que depois de fixado em determinado contexto de enunciação representa um todo de significação.

## CAPÍTULO II

### CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA: A IRRUPÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA

*“Tudo o que tem sentido é construído, implica um fazer cognitivo, uma competência semiótica dos sujeitos”*(LANDOWSKI, 1992, p. 11).

O ano de 2004 marca o início de uma avalanche de reportagens em torno da desfavorável situação nutricional dos indígenas do sul de Mato Grosso do Sul, principalmente da região de Dourados. A divulgação se inicia no âmbito local, sobretudo, por meio dos jornais impressos aqui analisados – “O Progresso” e “Diário MS”.

Ressalte-se que, apesar do número de mortes por desnutrição, na região de Dourados, ter sido maior em 2004 (04 mortes tendo como causa principal a desnutrição e 14 por patologias ligadas à desnutrição, versus 1 morte por desnutrição em 2005<sup>8</sup>), nesse ano os jornais não exploraram com intensidade essa temática; a divulgação aparece em meio à discussão da situação em que se encontram as aldeias da região tendo em vista o número de mortes ocorridas<sup>9</sup>. A temática surge como foco de discussão de indígenas e não-indígenas, entre os profissionais de diversas áreas: antropologia, política, medicina, que começam a

---

<sup>8</sup> Esses números seguem dados fornecidos pelo DSEI/ MS (Distrito Sanitário Especial Indígena) de acordo com dados do sistema interno dessa instituição e que foram fornecidos pelo chefe: Nelson Carmelo Olazar.

<sup>9</sup> As reportagens divulgadas no ano de 2005 apresentam uma tendência diferente: aparecem com maior frequência e, normalmente, partem da abordagem de algum caso de morte para chamar a atenção para a situação em que se encontram as aldeias da região, como será possível verificar no próximo capítulo.

tratar da problemática em meio à discussão dos motivos que podem ser causadores da situação de desnutrição: falta de terra, crise na FUNASA, falta de infra-estrutura na Reserva.

Cabe destacar a contradição entre os números de mortes fornecidos pela FUNASA e os divulgados pelos jornais locais, esses divulgam mais de 20 mortes por desnutrição na região de Dourados, só em 2005. Segundo o chefe do DSEI/MS (Distrito Sanitário Especial Indígena), Nelson Carmelo Olazar, a contradição poderia ser explicada pelo fato de que, muitas vezes, indígenas de outras regiões do estado vêm para Dourados em busca de atendimento médico, acabam morrendo nesse município e entrando para a estatística da mídia. Outra explicação é a de que a FUNASA considera como morte por desnutrição as que constam no atestado de óbito “causa principal desnutrição”, o que nem sempre aparece<sup>10</sup>.

Diante disso, considerar-se-á o ano de 2004, sobretudo, na configuração, na construção da contextualização do tema, ou da grande narrativa que esses casos constituem. Entendendo que todas as reportagens ajudam a construir o contexto desse assunto uma dependendo da outra, como afirma Barros (2002, p.142), ao definir o contexto para a semiótica: “um texto maior, uma totalidade de significação, no interior do qual cada texto cobra sentido. O sentido do texto depende do sentido do texto-contexto em que se integra”.

O ano de 2004 passa a ser visto no âmbito da “intertextualidade contextual” frente ao ano de 2005, conceito que possibilita analisar as condições de produção e de recepção dentro da semiótica. Como frisa a autora, a análise interna não é suficiente para examinar toda a possibilidade de valores que o discurso veicula, é preciso entender melhor o *destinador-manipulador*. Cabe, assim, recorrer às relações intercontextuais, entender o contexto no qual o texto está inserido e, conseqüentemente, as formações ideológicas que o permeiam.

Nesse sentido, destacam-se duas possibilidades de se entender os percursos temáticos que perfazem a configuração da enunciação e que envolvem os papéis exercidos pelos sujeitos da enunciação: o da *comunicação* e o da *produção*.

O *percurso da comunicação* envolve a relação entre os homens e considera a existência do enunciador (quem comunica) e do enunciatário (quem recebe e interpreta a comunicação recebida). Nesse caso o enunciador é responsável pelos valores que são

---

<sup>10</sup> Essas informações foram obtidas em conversa, por telefone, estabelecida pela pesquisadora em setembro de 2007.

colocados em jogo no texto, ele manipula o enunciatário a *crer* e a *fazer* algo, *manipulação* que ocorre no e pelo discurso, por isso exige uma análise interna do texto. O enunciador vai impondo pelas escolhas textuais sua concepção “direcional-ideológica”. A enunciação é vista como: “instância de mediação entre estruturas sêmio-narrativas e discursivas, responsável pelas diferentes opções do discurso, dirigidas para a manipulação do enunciatário. As escolhas feitas e os efeitos de sentido obtidos decorrem da enunciação, ao mesmo tempo que a definem.” (idem, p. 139).

No *percurso da produção* o enunciador e o enunciatário são produtores do discurso, estão sincretizados no sujeito da enunciação e dividem a responsabilidade na construção dos sentidos do texto. Ambos são tidos como produtores dos sentidos, perspectiva que possibilita o trabalho com as condições de produção e recepção dos textos, ou seja, com a “*intertextualidade contextual*”. Nesse âmbito, a enunciação é vista como “estrutura de mediação entre o discurso e o contexto” (BARROS, 2002, p. 140), por isso requer uma análise que vá além do que está interno ao texto envolvendo maiores informações a respeito do *destinador-manipulador*. Esse que é responsável pela emissão dos valores ao sujeito da enunciação, valores que carregam, em si, marcas de formações discursivas de quem o proferiu. Considera-se assim que o texto traz as marcas da produção e de quem o produziu.

Nesse caso, ao longo das análises será possível verificar posições tomadas pelos *destinadores-manipuladores*, jornais, a partir de índices “deixados” no texto, tendo em vista o que observa Barros (idem, p.141): “Determinar os destinadores do sujeito da enunciação corresponde a inserir o texto no contexto de uma ou mais formações ideológicas, que lhe atribuem, no fim das contas, o sentido”.

Quanto ao receptor, é produtor à medida que o texto é produzido tendo em vista suprir, responder a suas expectativas, ou melhor, ir ao encontro de suas necessidades de informação. Verifica-se que, por traz de todo texto há uma intenção ideológica (externa) que é possível ser identificada de acordo com as marcas internas. Marcas que poderão ser patentes na análise dos níveis, mas para isso é preciso também recorrer ao contexto em que se inserem os textos em análise, contexto que envolve relações intertextuais.

Diante disso, nota-se que nas narrativas analisadas o *destinador-manipulador* jornal tem em vista a população, sobretudo, da região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para a douradense que, direta ou indiretamente, está inserida nesse contexto de

fome, de miséria que aflige as aldeias indígenas. Dessa forma, considerar-se-á a existência de duas grandes narrativas: a primeira que contempla as diversas reportagens sobre os casos de desnutrição infantil indígena e a segunda, ainda maior, que envolve a relação público-leitor.

Dentro da primeira grande narrativa apresenta-se o conjunto de reportagens que, em 2004 e 2005, divulgou a situação desfavorável de vida nas aldeias e as mortes por desnutrição. Narrativa que vive suspensa; busca-se uma solução para as mortes ainda não encontrada. Lembrando que cada uma das reportagens constitui, também, uma narrativa, ou uma parte da primeira narrativa; pois, cada uma delas acresce informações sobre a temática.

Nesse sentido, as diversas reportagens formam o contexto do discurso em questão, além de fazerem parte dos diversos discursos sobre os indígenas. Sendo esses marcados por uma história de dominação advinda dos não-índios, haja vista a carta de Pero Vaz de Caminha. Essas questões serão novamente abordadas ao final do capítulo III, quando então se verificará uma dimensão mais definida das relações que permeiam as reportagens abordadas.

Por hora, vejam-se alguns sobretítulos, títulos, subtítulos<sup>11</sup> e trechos de reportagens que mostram as discussões que permeavam o contexto discursivo em 2004:

Antropólogo fez palestra ontem à noite no Sindicato Rural de Dourados para falar sobre o conflito agrário

**‘OS ÍNDIOS NÃO PRECISAM DE TERRAS’**

“Os índios não precisam de terras e sim de comida, educação saúde e respeito”<sup>12</sup>. (“Diário MS”, 16/03/2004)

**ÍNDIO DENUNCIA DESCASO NA JAGUAPIRU**

Diversas famílias estão passando por problemas com moradia, alimentação e saneamento básico (“O Progresso”, 31/03/2004).

**LIDERANÇAS INDIGENAS INVADEM A FUNAI**

---

<sup>11</sup> Considera-se, neste trabalho, para a noção de sobretítulo e subtítulo a conceituação de Discini (2005, p. 89), para a qual “Sobretítulo (antetítulo) é a linha que forma uma frase sem ponto usada para introduzir o título de uma notícia; na diagramação, fica acima do título. Se a linha for usada para complementar o título, será diagramada abaixo dele e se chamará subtítulo”.

<sup>12</sup> Estes recortes foram organizados da seguinte forma: em negrito encontram-se os títulos das reportagens, o que está acima deles, os sobretítulos, o que está abaixo, os subtítulos e o que se encontra entre aspas são trechos retirados do interior dos textos.

Se não tiverem resposta dentro de 48 horas, líderes prometem fechar Funai de Dourados e ir a Brasília.

“[...] Eles querem uma resposta da instituição sobre o levantamento dos problemas sociais existentes nas aldeias, feita por uma comissão de Brasília”. (“O Progresso”, 22/06/2004)

### **DESNUTRIÇÃO INDÍGENA É PREOCUPANTE**

Funasa já reduziu pela metade o nível crítico, mas 27% das crianças índias de Dourados estão desnutridas. (“O Progresso”, 31/07/01/08/2004)

### **CASOS CRESCEM 29% NAS ALDEIAS**

Conselho de Saúde Indígena de Dourados afirma que crise no setor começou no governo Lula.

“Segundo Silvio Ortiz, os funcionários do Pólo indígena de Dourados estão estudando parar com as atividades por falta de pagamento dos salários”. (“O Progresso”, 18-19/12/2004)

### **FUNASA PODE DEIXAR DE ATENDER ALDEIA**

“Já o coordenador regional da Funasa, Gaspar Francisco Hickmann, relaciona o aumento no índice de mortalidade infantil aos movimentos grevistas realizados em 2004”. (“Diário MS”, 20/12/2004)

Como revelam os recortes das reportagens, o ano de 2004 foi o período de muitas acareações em torno da situação “precária” na qual se encontravam as aldeias indígenas do sul do Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente as de Dourados. É a partir dessas reportagens que sujeitos, *atores*, começam a ser construídos e postos em ação na arena da linguagem, como revelam as análises a seguir apresentadas ao longo dos níveis do “percurso gerativo” greimasiano.

Informa-se que haverá um número maior de reportagens do jornal “O Progresso” analisadas neste capítulo, isso se justifica pelo fato de que esse jornal apresentou primeiro e em maior número reportagens ligadas ao tema, principalmente, no ano de 2004.

## **2.1 Nível fundamental**

Na semiótica greimasiana, o nível fundamental é o mais elementar, é nele que se observam as oposições semânticas mínimas sobre as quais o texto é construído, as fronteiras

entre as extremidades contrárias e contraditórias que se manifestam no nível discursivo. Como afirma Lara (2004, p. 44), “Temos, assim, uma semântica fundamental que – ao lado da sintaxe fundamental – corresponde à instância *a quo* do percurso gerativo [...]”, quanto a sintaxe fundamental, que pode ser de negação ou de asserção, “[...] procura dar conta, ao mesmo tempo, do modo de existência e do modo de funcionamento da significação.”

Nesse contexto, verifica-se que em 2004 a oposição semântica fundamental começa a ser revelada<sup>13</sup>: a relação é entre *vida* x *morte*, tendo a *morte* um valor negativo (*disfórico*) e a *vida* um valor positivo (*eufórico*). Esses valores – *eufórico* e *disfórico* – são estabelecidos de acordo com os sujeitos envolvidos, nesse caso, destacam-se os sujeitos indígenas das aldeias do sul do Estado, sobretudo os de Dourados, que devido às más condições de vida são atingidos pela desnutrição, que pode conduzi-los à *disjunção* com a vida.

Ressalte-se, como já foi destacado, que nas narrativas que compõem o ano de 2004 não se verifica a divulgação de um caso específico de morte, alguns são apenas lembrados e, na maioria das vezes, trata-se da situação como um todo, ou melhor, de casos já ocorridos, ou que estão na iminência de acontecer devido às más condições de vida. A oposição fundamental encontra-se, muitas vezes, em meio à discussão de problemas relacionados à infra-estrutura. Vejam-se alguns recortes que ilustram essa afirmação:

Há dois anos Eduardo vive em uma casa coberta de palha, com cinco filhos e uma mulher, de 38 anos, que já perdeu um filho de um ano e dois meses por falta e má alimentação. [...]

O indígena Argemiro Pana, de 66 anos, passa por problemas bem parecidos com o de Eduardo. Ele também não é aposentado e vive em um barraco de lona preta com a mulher e quatro filhos. [...] (“O Progresso”, 31/03/2004)

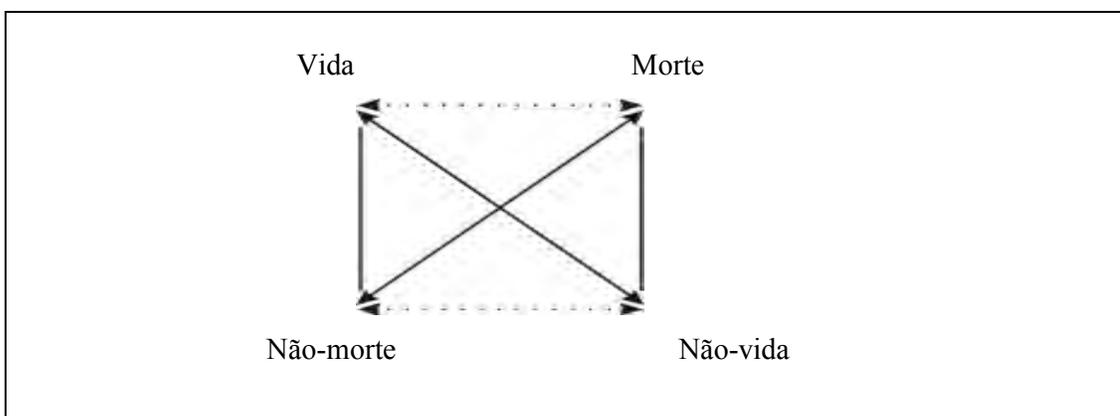
O número de crianças índias das quatro aldeias do pólo de Dourados, com idade até cinco anos, é 2.200. [...] Nesse primeiro semestre o número de óbitos já somam cinco, sendo que uma ocorreu no mês de julho. (“O Progresso”, 31/07/2004).

O índice de mortalidade infantil nas aldeia (sic) de Dourados cresceu 29% em 2004. [...] (“O Progresso”, 18/12/2004)

[...] Segundo Silvio Ortiz, o índice de mortalidade infantil, calculado a cada mil nascimentos, subiu de 46 para 67 nos últimos dois anos. (“Diário MS”, 20/12/2004).

<sup>13</sup> Nas reportagens de 2005 ver-se-á que a oposição aqui identificada se torna cada vez mais evidente.

Observa-se a ênfase nas condições de vida dos indígenas na Reserva, o que mostra que mesmo ainda não constando nas estatísticas de desnutrição eles não se encontram em situação adequada de vida. Nesse sentido, as narrativas apresentam a seguinte direção: os indígenas, sobretudo as crianças, estão saindo da *vida* e passando pelo estado de *não-vida*, até atingirem a *morte*. Verifica-se, assim, a possibilidade de construção do seguinte *quadrado semiótico*, conforme o modelo formulado por Greimas para a representação das relações de base que se estabelecem nas narrativas, como apresentado à página 32:



Nesse caso, nota-se as seguintes relações entre os termos do quadrado: entre *morte* x *vida* (contrariedade), entre os termos negados *vida* x *não-morte* e *morte* x *não-vida* (implicação), entre os termos *vida* x *não-vida* e *morte* x *não-morte* (contradição) e entre *não-morte* x *não-vida* têm-se termos subcontrários. Lembrando que entre os termos contrários, no caso *vida* x *morte*, há sempre uma pressuposição comum, neste caso a categoria existencial.

Cabe observar que há narrativas em que a seqüência apresentada (*vida* – *não-vida* – *morte*) ainda não se efetivou, ou seja, nesse contexto as crianças indígenas não atingiram a *morte*, mas estão na eminência de alcançá-la, ainda há *vida*, mas as condições de sobrevivência são precárias conduzindo à situação de *não-vida*.

## 2.2 Nível narrativo

No nível narrativo observa-se a “história” contada com seus participantes, o papel que eles representam e as ações que vão desenvolvendo ao longo da narrativa. “As estruturas narrativas simulam, por conseguinte, tanto a história do homem em busca de valores ou à procura de sentido quanto a dos contratos e dos conflitos que marcam os relacionamentos humanos.” (BARROS, 2005, p. 16).

Nestes termos, para a semiótica, o nível narrativo é composto de sintaxe – relacionada a uma seqüência de regulamentação e suspensão de *contratos* entre destinador e destinatário – e semântica – envolve o *fazer* do sujeito e suas mudanças de estado na busca dos valores dos objetos.

Diante disso, analisar-se-ão as relações, os percursos e os *fazeres* recorrentes nas reportagens tendo em vista os sujeitos envolvidos, sujeitos desvelados pela ação da mídia. Lembrando que para a semiótica a narrativa existe a partir da relação entre um sujeito e um objeto. Essa relação é conhecida como *junção* e pode ocorrer de duas formas, dependendo do estado em que o sujeito encontra-se relacionado com o objeto: *estado conjuntivo*, no qual o sujeito mantém relação de *conjunção* com o objeto e estado *disjuntivo*, em que o sujeito mantém relação de *disjunção* com o objeto.

A primeira reportagem em análise é do jornal “O Progresso” de 31 de março de 2004, com o título “Índio denuncia descaso na Jaguapiru”. Instalada sob a rubrica<sup>14</sup> “Miséria”, procura retratar a situação desfavorável em que vivem os indígenas da Reserva de Dourados, como resume o subtítulo: “Diversas famílias estão passando por problemas como moradia, alimentação e saneamento básico”. Problemas que são apontados pelo próprio índio, sujeito envolvido nesse processo de construção de *simulacros* que começam a re-significar juntamente com a divulgação dos casos de desnutrição. Veja-se a reportagem na página seguinte.

O texto apresenta como sujeitos os indígenas da Reserva de Dourados – representados no texto por alguns nomes como Ramão Almirão, Eduardo e Argemiro Pana –, implicitamente, o Governo, ou entidades governamentais responsáveis pela infra-estrutura da Reserva e o jornal “O Progresso”. Todos, enquanto sujeitos da narrativa, começam a ser

---

<sup>14</sup> Entende-se a rubrica, neste trabalho, como a palavra inserida acima do título, do lado esquerdo, e abaixo do título da seção, ela ajuda a situar e/ou direcionar a leitura da notícia. Nesse sentido o que Discini (2005, p. 89) entende por rubrica “[...] é o título ou entrada que constitui indicação geral do assunto veiculado ou do gênero textual: ‘editorial,’ ‘anúncios classificados’, entre outros”, é tomado como título da seção.

constituídos na execução, ou não de alguns *fazeres*, ou seja, enquanto *sujeitos do fazer*, ou de *estado*.

De maneira geral tem-se os indígenas da Reserva de Dourados (*sujeitos de estado*) que estão sofrendo com a falta de condições de sobrevivência e que esperam uma iniciativa das entidades responsáveis. Nesse contexto, destaca-se o papel representado pelo sujeito Ramão Almirão, indígena e delegado do Orçamento Participativo na Reserva, o qual aparece enquanto *sujeito do fazer* que, diante dos problemas enfrentados pela comunidade indígena, resolve denunciar o descaso: “O índio terena Ramão Almirão da Silva, que é delegado do Orçamento Participativo (OP) dentro da Reserva Indígena de Dourados, está denunciando o descaso que várias famílias vêm sofrendo dentro da Aldeia Jaguapiru.”.



Pontua-se que para a semiótica greimasiana um *enunciado de fazer* regendo um *enunciado de estado* representa um *programa narrativo* e que os *programas narrativos* podem ser simples ou complexos, de forma que nos complexos há programa de base – *performance principal* – e de uso – *performance secundária*. Visualiza-se, nesta narrativa, os seguintes *programas narrativos*:

**Legenda:**

F = Função

→ = transformação

S<sub>1</sub> = Sujeito do Fazer

S<sub>2</sub> = Sujeito do Estado

∩ = Conjunção

∪ = Disjunção

O<sub>v</sub> = Objeto-Valor

PN = Programa Narrativo

Programa narrativo base<sup>15</sup>:

PN = F [S<sub>1</sub> → (S<sub>2</sub> ∪ O<sub>v</sub>)]

PN = F [S<sub>1</sub> → S<sub>2</sub> (S<sub>2</sub> ∩ O<sub>v</sub>)]

Programa narrativo de uso:

PN<sub>1</sub> = F (Denunciar as más condições de vida na Reserva) [S<sub>1</sub>( Ramão Almirão)  
→ S<sub>2</sub> (os indígenas, inclusive o próprio Ramão Almirão) ∪ O<sub>v</sub> (melhores condições de vida)]

Observa-se um exemplo de “programa reflexivo” em que o *sujeito do fazer e do estado* são realizados por um mesmo *ator*, o indígena Ramão, diferente dos “programas transitivos” nos quais o *sujeito do fazer e de estado* são diferentes (BARROS, 2005, p. 22-23).

Visualiza-se ainda que o jornal apresenta-se enquanto “investigador” das causas de desnutrição, construindo um *ethos* de cumplicidade com os atingidos nos casos – estratégia do nível discursivo e que será verificada em ambos os jornais ao longo das análises neste e no

<sup>15</sup> Informa-se que esse programa narrativo de base perfaz todas as narrativas analisadas nestes e no próximo capítulo alterando apenas os programas de uso realizados pelos sujeitos. No entanto, o programa de base, *performance principal*, não se realiza, ele é sempre sinalizado.

próximo capítulo –, como se verifica nesse trecho: “**O PROGRESSO** esteve visitando ontem à tarde a aldeia Jaguapiru e em apenas uma área de menos de mil metros constatou sete barracos”. No âmbito do nível narrativo, o jornal instaura-se enquanto sujeito que também participa das ações que recobrem a narrativa, sendo assim verifica-se o seguinte *programa narrativo de uso*:

$PN_2 = F$  (divulgar a situação de abandono da Reserva de Dourados) [ $S_1$ (jornal “O Progresso”)  $\rightarrow S_2$  (os indígenas)  $\cup O_v$  (melhores condições de vida)]

Cabe observar, também, que a reportagem não trata apenas de alguns exemplos de descaso, mas parte da situação de dois *sujeitos de estado* em *disjunção* com as melhores condições de vida: o de Eduardo Dias e o de Argemiro Pana para exemplificar e apontar para a totalidade:

Um dos casos que mais chamou a atenção da reportagem foi o do índio Caiuá, Eduardo Dias, de 67 anos, que ainda não é aposentado. Ele passou por uma operação e atualmente enfrenta dificuldades para trabalhar.

Há dois anos Eduardo vive em uma casa coberta de palha, com cinco filhos e a mulher, de 38 anos, que já perdeu um filho de um ano e dois meses por falta e má alimentação. ‘Hoje dei mandioca para os meus filhos. É só isso que eu tenho em casa para comer’, declarou o indígena.

[...] ‘Nossa casa não tem nenhuma segurança, quando chove molha as nossas roupas e as crianças’, disse.

O indígena Argemiro Pana, de 66 anos, passa por problemas bem parecidos com o de Eduardo. Ele também não é aposentado e vive em um barraco de lona preta com a mulher e quatro filhos. [...] não tem infra-estrutura básica, como banheiros, água e luz elétrica, além de passarem dificuldades na alimentação.[...]

Esses casos são tomados para apresentar a situação em que toda a Reserva está inserida, estratégia comum nos textos sobre a desnutrição infantil indígena, sobretudo nesse período em que a situação das aldeias começa a ser problematizada ao público leitor.

Diante dessas colocações, verifica-se que os sujeitos indígenas da Reserva de Dourados, os que denunciam, são apresentados enquanto sujeitos que detêm o *querer*, o *dever-fazer*, ou seja, *competências modais virtualizantes* (que instauram o sujeito), mesmo assim não *fazem*, ou seja, não chegam a ser sujeitos realizados, pois não têm estrutura para

tanto, não *podem-fazer*, como mostram as informações apresentadas pelo jornal nos recortes anteriores, não possuem competências *atualizantes* que possa qualificá-los para a ação.

A não possibilidade de *poder-fazer* dos indígenas implica considerar as competências do sujeito Governo (entidades governamentais responsáveis pela infra-estrutura da Reserva), que detém o *saber-fazer* e o *poder-fazer*, mas parece não *querer-fazer*. Este sujeito é instaurado no texto, implicitamente, nos discursos que pedem por melhorias, *sujeito virtual* que *deve-fazer* algo para melhorar as condições de vida dos indígenas, mas não *faz*, como se verifica nesse trecho: “só lembram de nós em período de campanha, depois somem”. Neste caso o Governo pode ser tomado como *anti-sujeito* que impede, pela falta de apoio, as condições necessárias para o outro, os indígenas, *poder-fazer*.

Diante disso, é possível inferir que o *destinador-manipulador*, jornal, via funcionários da FUNASA, opera com a manipulação por *provocação*, ainda que velada, em relação ao Governo: é preciso fazer algo para melhorar as condições de vida na Reserva, pois esse é seu *dever* e se não cumprir com os seus deveres pode ser culpado pelo que acontecer e arriscar a sua boa “imagem”.

De maneira geral, ao fim da narrativa, os sujeitos indígenas da Reserva de Dourados receberam uma *sanção cognitiva* (interpretativa) positiva, pois apesar da falta de apoio governamental, tentam viver e procuram reivindicar seus direitos. Quanto ao Governo/ entidades governamentais responsáveis pela infra-estrutura da Reserva, ainda que inseridos implicitamente, a *sanção* se mostra, por enquanto, negativa, já que eles não se revelam interessados em *fazer* algo para ajudar na recuperação do local. No que se refere à *sanção pragmática* (retribuição) ela não ocorreu nesse momento, considerando que a narrativa se mostra como integrante de uma narrativa maior na qual se inserem outros textos, discursos que requerem melhorias. A *sanção pragmática* é, por ora, interrompida, imprimindo à narrativa um clima de suspense, um “*estado de espera*” pelo desfecho dos casos, o que não deixa de ser uma das estratégias do nível discursivo para manter a atenção dos leitores nas notícias divulgadas diariamente.

Destaca-se outra reportagem divulgada, pelo mesmo jornal, no dia 31 de julho / 1º de agosto de 2004, “Desnutrição indígena é preocupante”, sob a rubrica “Saúde”. Verifica-se que a discussão começa a “afunilar-se”, as atenções se voltam ainda mais para a situação de desnutrição na Reserva. Leia-se a reportagem na página à seguir:

VCS  
O PROCESSO

# Dia-a-Dia

INCLUIÇÃO

## Polícia Esporte Cidades



**Hospital ativo**  
leitos e cirurgias

Ministro de Saúde  
destacou investimentos  
para equipar e funcionar  
HUs e reformar hospitais  
em todo o país. **Dia-a-Dia 3**



**Prefeitura constrói**  
ponte na Ita-33

No total são seis pontões  
de madeira substituídos  
por de concreto com  
galvões para fluxo de  
água. **Cidades 7**

Dourados, Mato Grosso do Sul, sábado/domingo, 31 de julho/1<sup>o</sup> de agosto de 2004

Saúde

# Desnutrição indígena é preocupante

Funasa já reduziu pela metade o nível crítico, mas 27% das crianças índias de Dourados estão desnutridas

Júlio Rocha

**D**OURADOS - De 11 pólos indígenas existentes no Estado, o de Dourados que abrange as aldeias Bororo, Jaguapitá, Pantanillo Pararibicentro e tribo cidade de Arambá são os que apresentam os índices de desnutrição mais preocupantes. Quatro anos atrás, a nutricionista da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Anamir José Passos,

o número de crianças índias do quinto pólo da cidade de Dourados, que totaliza 300 crianças, era de 2.200. Desde então, graças a quatro, em soja, 552 apresentaram algum tipo de desnutrição. No ano de 2003, 600 crianças nessa faixa etária foram monitoradas em Dourados. Nesse período, diminuiu o número de óbitos já somados cinco, sendo que uma ocorreu no mês de julho.

Segundo a nutricionista de Funasa, das 572 crianças índias 178 apresentam desnutrição leve, e o restante de um nível moderado, que significa não apresentar risco de morte. "Em 2002, após os censos do Projeto Plano de Vigilância Alimentar e Nutricional o índice de desnutrição leve entre as crianças indígenas era de 10%, atualmente esse número está em 5%. Conseguimos reduzir quase pela metade, através dessa programação e planejamento de um sistema de alimentação indígena", afirma.

O município ainda conta que o projeto já tem dado resultados, mas problemas como falta de água, má distribuição de renda e falta de saneamento básico são obstáculos para uma evolução mais substancial. "A água é fundamental para a saúde e o desenvolvimento da criança. Elas usam água de poço artesiano, que contém cloro e outros produtos que contribuem para a desnutrição. Com água tratada o índice de crianças com algum nível de

desnutrição leve, e o restante de um nível moderado, que significa não apresentar risco de morte. "Em 2002, após os censos do Projeto Plano de Vigilância Alimentar e Nutricional o índice de desnutrição leve entre as crianças indígenas era de 10%, atualmente esse número está em 5%. Conseguimos reduzir quase pela metade, através dessa programação e planejamento de um sistema de alimentação indígena", afirma.

O município ainda conta que o projeto já tem dado resultados, mas problemas como falta de água, má distribuição de renda e falta de saneamento básico são obstáculos para uma evolução mais substancial. "A água é fundamental para a saúde e o desenvolvimento da criança. Elas usam água de poço artesiano, que contém cloro e outros produtos que contribuem para a desnutrição. Com água tratada o índice de crianças com algum nível de

desnutrição leve, e o restante de um nível moderado, que significa não apresentar risco de morte. "Em 2002, após os censos do Projeto Plano de Vigilância Alimentar e Nutricional o índice de desnutrição leve entre as crianças indígenas era de 10%, atualmente esse número está em 5%. Conseguimos reduzir quase pela metade, através dessa programação e planejamento de um sistema de alimentação indígena", afirma.

O chefe do pólo da Funasa em Dourados, Sérgio Nogueira, afirma que já existe um planejamento em conjunto entre o município, o Estado, o município e o Centro Beneficente, para implementar ações em todas as áreas nos pólos que fazem parte do pólo de Dourados.

"Nosso projeto também dispõe de 33 agentes indígenas de saúde que estão encarregados de visitar cada um dos povos da Reserva. Eles relatam qualquer caso de desnutrição às famílias indígenas e depois repassam os dados para nós. Acreditamos que com o trabalho de desnutrição nutricional, conseguimos alcançar resultados", explica o chefe de Funasa.



O nutricionista da Funasa durante a distribuição do Sopa na Reserva de Dourados

## Dourados vai ganhar Banco de Leite

Roberto Azeiteiro

**D**OURADOS - Arambá é comemorado o Dia Mundial da Amamentação. Para comemorar a data, o Hospital da Mulher anuncia um projeto para Dourados. O Hospital da Mulher, mantido pelo Unifor (União dos Níveis Unidos para a Infância), como "Amigo da Criança", por apoiar o aleitamento materno, está em dois 15 hospitais de saúde a ganhar até dezembro um Banco de Leite Humano.

De acordo com um dos responsáveis do programa de



Mãe amamentando no programa do Hospital da Mulher

**A Vaga coloca no ar as maiores estrelas do Brasil.**

... e a chance de ser o próximo vencedor do prêmio de R\$ 1 milhão em dinheiro. A Vaga também oferece a oportunidade de ser o primeiro a ser contratado.

Figura 2: O sopão

Novamente, verifica-se que os sujeitos envolvidos pouco a pouco ganham ação e vão revelando os papéis que podem representar. A FUNASA aparece como *sujeito do fazer* ( $S_1$ ) que percebe o estado alarmante de desnutrição dos indígenas das aldeias douradenses, *sujeitos do estado* ( $S_2$ ) em *disjunção* com os recursos necessários para manter uma vida saudável ( $O_v$ ). A empresa governamental é levada a *dever-fazer* algo pelos indígenas, por isso, desenvolve o programa de Vigilância Alimentar e Nutricional (o *fazer*) esperando fazê-los entrar em *conjunção* com a saúde e, com isso, permanecer em *conjunção* com a *vida*.

Nesses termos enfatiza os funcionários da FUNASA: “[...] o índice de desnutrição severa entre as crianças indígenas era de 16%, atualmente esse número está em 9%[...]”, “As crianças em grau avançado de desnutrição recebem acompanhamento semanalmente”, explica o chefe da Funasa”. Sendo assim:

$$PN_1 = F \text{ (melhorar a saúde indígena) } [S_1(\text{ a FUNASA}) \rightarrow S_2 \text{ (os indígenas)} \cup O_v \text{ (melhores condições de saúde)}]$$

O trabalho do *sujeito do fazer* FUNASA é destaque nessa narrativa, ele é apresentado como aquele que além de *dever-fazer*, *quer* e *faz* algo para recuperar a saúde na aldeia. É um *sujeito real*, mas que muitas vezes tem suas ações invalidadas, pois há falta de estrutura e apoio governamental para que isso se concretize efetivamente. O Governo, ou melhor, o poder público responsável pela infra-estrutura na Reserva, é, mais uma vez, instaurado como *sujeito virtual*, que *deve*, mas não *faz* nada para mudar a situação dos indígenas, seu *querer-fazer* é posto em dúvida, como marca esse trecho: “O nutricionista ainda conta que o projeto já tem dado resultado, mas problemas como falta de água, má alimentação, moradia e falta de saneamento básico não contribuem para uma evolução mais satisfatória”.

Diante disso, o *destinador-manipulador* – jornal – emite, implicitamente, uma imagem negativa dos possíveis responsáveis pela infra-estrutura da Reserva e continua operando com a *manipulação* por *provocação* na espera por uma resposta dos mesmos. Nesses termos, verifica-se que o sujeito FUNASA é sancionado positivamente, pois ele detém o *dever*, o *querer* e o *saber-fazer* e, apesar da falta de apoio, salva a vida das crianças, como prova a queda no número de mortes. No entanto, essa narrativa ainda está em processo, em andamento, à espera de retribuir (ou não) os sujeitos envolvidos.

Com o passar do tempo, as mortes por desnutrição começam a ser divulgadas com maior intensidade e as discussões em torno dos problemas infra-estruturais da Reserva ficam mais acirradas. Surgem reportagens como a divulgada pelo jornal “O Progresso”, em 18/19 de dezembro: “Casos crescem 29% nas aldeias” e a divulgada pelo jornal “Diário MS”, no dia 20 de dezembro de 2004: “Funasa pode deixar de atender aldeia”. Vejam-se as figuras:

**D1** Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia **Dia-a-Dia** Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia **3**

Dourados, Mato Grosso do Sul, sábado/domingo, 18/19 de dezembro de 2004

**O PROGRESSO**

Mortalidade ▼

# Casos crescem 29% nas aldeias

Conselho de Saúde Indígena de Dourados afirma que crise no setor começou no governo Lula

**Questão**

**D**OURADOS - O índice de mortalidade infantil nas aldeias de Dourados cresceu 29% em 2004. Os números são do Conselho de Saúde Indígena, que denuncia em reportagem na saúde pública voltada aos índios. Números da Funasa (Fundação Nacional da Saúde) revelam que em 2000, morreram 140 crianças para cada 1000 nascidas. Em 2001, o número de mortes caiu drasticamente para 36 em cada 1000. Com o trabalho do Pólo indígena de Dourados em parceria com o município e o Estado, o índice caiu para 46 casos em 1000 no ano de 2002. "Mas desde que o Lula assumiu as coisas começaram a mudar", disse o conselheiro-geral de Saúde, Fernando da Silva Souza.

Em 2003, os registros já subiram para 55 casos em 1000. Já em 2004, apenas com os dados registrados até novembro, o índice é de 57 em cada 1000. O conselheiro alega que depois do posse do presidente, a Funasa passou por uma mudança radical na área administrativa. "Agora todos os recursos são centralizados em Campo Grande e não atendem a realidade local", afirmou Fernando ao destacar que a atual política está comprometendo todo o trabalho desenvolvido durante os últimos quatro anos.

O presidente do conselho de saúde indígena, Silvio Ortiz, lamenta fazer uma análise da Funasa, órgão que considera o principal o fundamento para a saúde da segunda maior população indígena do país. Numa nota à imprensa, os indígenas afirmam que estão passando por apatia psicológica e que suas competências estão sendo desconhecidas. "É hora também que estejam trabalhando com vários batutas e não índios também somos seres humanos", diz um dos trechos da nota.

O índio Ricardo Aze já enfrentou problemas com a Funasa. Pai de oito filhos, ele conta que a conselheira da aldeia Itocati, onde vive, não deu o tratamento devido por alguns funcionários, especialmente em momentos de emergência, que estaria impedindo pais de acompanhar filhos durante os trajetos até o hospital.

**SALÁRIO**

Segundo Silvio Ortiz, os funcionários do Pólo Indígena de Dourados estão estancando para com as atividades por falta de pagamento dos salários. Médicos, enfermeiros, auxiliares e agentes de saúde pedem ajuda e reclamam o salário do mês de novembro, segundo ele. "Ninguém está pagando os salários e muitos exigem até o pagamento. Caso contrário, o atendimento será suspenso. A escola pode ser fechada em todo Estado", colocou. Outros aguardam a presença do coordenador regional da Funasa, Cláudio Hirakawa, para uma negociação.

**Funcionários da Saúde estão com os salários de novembro atrasados**

**Índios denunciam retrocesso na saúde pública nas aldeias de Dourados e região**

**Cardiogeriatría ▼**

## Fundação atende mais de 700

**D**OURADOS - A Fundação Fundação Cardiogeriatría "Coração José Alves Martins e Dr. Flávio Pereira da Silva" iniciou o ano de 2004 com uma meta que 725 procedimentos na área de cardiogeriatría.



Figura 3: Ameaça de greve 1

Decisão será discutida na manhã de hoje, durante assembleia dos servidores no pólo da Funasa, na aldeia Jaguapiru

## Funasa pode deixar de atender aldeia

Ana Paula Amaral

**O**s funcionários da Funasa (Fundação Nacional da Saúde) poderão suspender o atendimento médico na reserva indígena de Douradas por tempo indeterminado. A decisão será discutida na manhã de hoje, durante assembleia dos servidores no pólo da Funasa, na aldeia Jaguapiru. Os servidores, contrariados por mais do convênio com a Misão Indígena Caiua, alegam atrasos salariais e más condições de trabalho nos últimos dois anos.

"Desde que Lula assumiu a presidência da República, nosso

atendimento foi dificultado. Não é possível trabalhar nestas condições", reclamam entre o presidente do Conselho Local de Saúde Indígena, Silvio Ortiz. Segundo ele, a paralisação das atividades seria uma forma de chamar a atenção da Funasa para a realidade vivida em todo o Estado.

Segundo Silvio, o salário dos servidores está atrasado, situação comum e mencionada pelos funcionários. "No início do ano, ficamos até três meses sem receber", alega. Somente este ano, já foram quatro paralisações de contratados e servidores públicos ligados à Funasa no município.

De acordo com o coordenador regional da Funasa, Gaspar Francisco Hickmann, o salário dos servidores depende de aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional. "Não depende da Funasa, nem mesmo do presidente da República. Os funcionários só irão receber após aprovação do Congresso", esclareceu o coordenador, ao afirmar que já foi paga, inclusive, a primeira parcela do 13º salário.

Esta semana, a Coordi/MS (Conselho Estadual de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul) encaminhou nota à imprensa, explicando a atual situação do atendimento nas aldeias. Conforme a

nota, uma das principais dificuldades está na compra de medicamentos e produtos, que deve ser feita somente em Campo Grande, por meio de licitação. "Várias vezes ficamos sem medicamentos e não podemos realizar o atendimento. A saúde tem prejuízo e não é possível esperar o envio desses remédios", acusa Silvio Ortiz.

Porém, o coordenador regional da Funasa nega esta realidade e afirma que a falta de medicamentos já foi superada no segundo semestre deste ano. "Hoje, não falta remédio ou atendimento para ninguém. Se querem fazer greve, não podemos fazer nada. Quem se

prejudicou é a própria comunidade indígena", analisou.

### MORTALIDADE

De acordo com a nota entregue pelo Coordi/MS, o aumento no índice de mortalidade é outro problema a ser denunciado. Segundo Silvio Ortiz, o índice de mortalidade infantil, calculado a cada mil nascimentos, subiu de 48 para 67 nos últimos dois anos. De acordo com o auxiliar de enfermagem, o índice teve considerável melhoria a partir de 2000, quando a Funasa assumiu a saúde indígena no país. Em 2000, morriam 140 crianças para cada mil nascidos. Em 2001, este número caiu para 56 casos. O

melhor índice foi registrado em 2002, quando apenas 46 crianças morriam a cada mil nascimentos. "Entre de 2002 para cá, o índice cresceu 45,65%, por causa dos problemas no atendimento".

Já o coordenador regional da Funasa, Gaspar Francisco Hickmann, relaciona o aumento no índice de mortalidade infantil aos investimentos previstos realizados em 2004. Segundo ele, foram quatro paralisações somente esse ano. "Assim, não há como promover uma saúde pública de qualidade. Para que as crianças vivam, é necessário que recebam atendimento", reiterou.

Figura 4: ameaça de greve 2

O enfoque dessas narrativas é a denúncia de indígenas, que também são funcionários da FUNASA, membros do Conselho Local de Saúde Indígena, em relação ao retrocesso no atendimento à saúde indígena, como marca a legenda<sup>16</sup> da foto do jornal “O progresso”: “Índios denunciam retrocesso na saúde pública nas aldeias de Dourados e região”, assim, diante dessa situação, ocorre a ameaça de paralisação dos serviços frente à falta de pagamento e as más condições de trabalho.

Observa-se nas narrativas, novamente, a presença de um sujeito, os funcionários da FUNASA, exercendo dois *papéis*: funcionários da FUNASA e membro do grupo dos indígenas que sofrem com as más condições de vida. A concomitância dos *papéis* está bem marcada em um trecho da denúncia de falta de apoio e pressão psicológica por parte da FUNASA, emitida por funcionários do Conselho de Saúde de Dourados e divulgada, em nota à imprensa, pelo jornal “O Progresso”, que diz: “É bom lembrar que estamos trabalhando com vidas humanas e nós índios também somos seres humanos”, a expressão “nós índios” marca essa inclusão ao grupo dos indígenas.

Nesse sentido, observa-se, ainda, que os indígenas instauram-se enquanto *sujeito reflexivo* e por duas vezes: enquanto funcionário da FUNASA é *sujeito de estado* (S<sub>2</sub>), frente às decisões da direção da instituição, em *disjunção* com as melhores condições de trabalho e com o pagamento. E exerce o papel de *sujeito do fazer* (S<sub>1</sub>): diante das faltas de condições de trabalho e, conseqüentemente, da precariedade na saúde indígena, é levado a *querer-fazer* algo para tentar resolver a sua própria situação e a da comunidade indígena (*sujeito do estado*), para isso mobiliza uma assembléia e ameaça a paralisar as atividades (*fazer*), como mostram esses recortes:

[...] Os servidores, contratados por meio de convênio com a Missão Indígena Caiuá, alegam atraso salarial e más condições de trabalho nos últimos dois anos.

[...] ‘A saúde tem pressa e não é possível esperar o envio destes remédios’, acusa Silvio Ortiz. (“Diário MS”)

Segundo Silvio Ortiz, os funcionários do Pólo indígena de Dourados estão estudando parar com as atividades por falta de pagamento dos salários. (“O Progresso”)

<sup>16</sup> Entende-se a legenda como a frase disposta logo abaixo da foto e que: “[...] deve descrever uma foto, ratificando a informação dada visualmente [...]”.(DISCINI, 2005, p. 89).

Já enquanto indígena que sofre com as precárias condições de vida, são *sujeitos de estado* ( $S_2$ ), em *disjunção* com as melhores condições de sobrevivência na Reserva e *sujeito do fazer* ( $S_1$ ): ao perceber o estado de abandono em que se encontra a saúde indígena, na qual ele também se insere, é levado a *querer-fazer* algo para tentar resolver a situação da comunidade indígena (*sujeito do estado*). Veja-se: “E bom lembrar que estamos trabalhando com vidas humanas e nós índios também somos seres humanos”, diz um dos trechos da nota” (“O Progresso); “De acordo com a nota entregue pelo Condisi/MS, o aumento no índice de mortalidade é outro problema a ser denunciado” (“Diário MS”).

Nesse sentido têm-se dois programas narrativos, apesar de se considerar que eles estão imbricados:

$PN_1 = F$  (Denunciar as más condições de trabalho na Reserva) [ $S_1$  (funcionários da FUNASA)  $\rightarrow$   $S_2$  (funcionários da FUNASA)  $\cup$   $O_v$  (o salário/melhores condições de trabalho)]

$PN_2 = F$  (Denunciar as más condições de vida na Reserva) [ $S_1$  (indígenas)  $\rightarrow$   $S_2$  (indígenas)  $\cup$   $O_v$  (melhores condições de vida)]

Destaca-se que a paralisação pode representar, nessas narrativas, uma forma de *manipulação por provocação* em relação à direção da FUNASA, diante do rompimento de um *contrato fiduciário* firmado entre a direção da FUNASA e os funcionários locais, como marcam essas afirmações: “[...] Segundo ele, a paralisação das atividades seria uma forma de chamar a atenção da Funasa para a realidade vivida em todo o estado” (“Diário MS”); “Fizemos uma reunião na aldeia e vamos esperar até segunda-feira. Caso contrário, o atendimento será suspenso” (“O Progresso”). Nesse caso, a direção da FUNASA *deve* tomar alguma iniciativa para poder controlar a situação e provar que a imagem desfavorável é injusta.

De maneira geral, verifica-se que a paralisação é uma tentativa, dos funcionários locais, de *provocar* e *intimidar* a direção da FUNASA e o Governo na espera de que esses resolvam *fazer* algo para não serem culpados pelo que está acontecendo nas aldeias indígenas. No entanto, nas narrativas o Governo, explicitamente o Governo federal, *sujeito atual* que *pode, deve*, mas não *faz*, pode ser considerado o *anti-sujeito* que impede, pela falta de pagamento e de condições de trabalho, a ação da FUNASA, como confirma o funcionário:

[...] ‘Mas desde que o Lula assumiu as coisas começaram a mudar’, disse o conselheiro distrital de Saúde, Fernando da Silva Souza.

[...] ‘Agora, todos os recursos são administrados em Campo Grande e não atendem a realidade local’, afirmou Fernando ao destacar que a atual política está comprometendo todo o trabalho [...]. (“O Progresso”)

‘Desde que Lula assumiu a presidência da República, nosso atendimento foi dificultado. Não é possível trabalhar nestas condições’, reclamou ontem o presidente do Conselho Local de Saúde Indígena, Sílvio Ortiz [...]. (“Diário MS”)

Nesse contexto, o sujeito funcionário da FUNASA (agentes locais) é sancionado positivamente, pois ele detém o *dever*, o *querer* e o *saber-fazer* e, apesar da falta de apoio, tenta melhorar a situação. Nesse caso, considera-se que a sanção se efetiva diante da ênfase, dada pelo jornal, em relação às tentativas, do *querer-fazer* da equipe da FUNASA local, ou seja, diante da notoriedade desse trabalho, tendo em vista que o jornal ajuda na formação da opinião pública. No entanto, a FUNASA, enquanto instituição governamental, assim como o Governo, por ora, são sancionados negativamente, pois detêm o *dever* e o *poder-fazer*, mas não fazem, por isso são *anti-sujeitos*.

Verifica-se, de acordo com os percursos apresentados, que o momento é tenso, busca-se a melhoria das condições de vida nas aldeias e os *fazeres* dos sujeitos envolvidos são colocados em prova, como será melhor visualizado no nível discursivo.

### 2.2.1 Considerações sobre as *paixões* nas reportagens divulgadas em 2004

A partir da análise do *fazer* dos sujeitos, em algumas reportagens sobre a desnutrição infantil indígena, publicadas em 2004, é possível perceber a presença de determinadas *modalizações* que vão impulsionando esses sujeitos na construção do próprio percurso, percursos construídos tendo em vista alcançar o objeto desejado. E, imbuídas aos *fazeres* dos sujeitos, encontram-se as relações intersubjetivas de *manipulação* que há entre destinador e destinatário, onde se percebem além das *modalizações* do *fazer*, as do *ser*.

Nessa perspectiva, o *sujeito de estado* é analisado na sua relação com o objeto, sujeito que é modalizado nessa relação que envolve os *estados de alma* por que ele passa ao longo da narrativa resultando nos chamados *efeitos passionais*. Nesse sentido, a análise das *paixões* envolve sempre o plano narrativo e o esquema narrativo (que agrupa todos os

*programas narrativos*). Em resumo: a *manipulação*, a *ação* e a *sanção* para verificar o que o sujeito *quer* ou não *quer ser*.

Cabe lembrar que as *paixões* podem ser *simples*, *paixão de objetos*, que advém do arranjo modal da relação entre sujeito e objeto, ou seja, a *modalização pelo querer-ser*; ou *complexa*, porque não se resume a um simples desejo por um objeto, mas desencadeia estados passionais. Como marca Barros (2002, p. 63-64) as *paixões complexas* possuem um estado inicial classificado, por Greimas, de *espera* que pode ser *simples* (o *sujeito* quer entrar em *conjunção* com o *objeto-valor* sem fazer nada para isso), ou *fiduciária* (na qual o *sujeito de estado* mantém relação de confiança com o *sujeito do fazer*).

Tendo em vista as narrativas analisadas, nota-se que as *paixões* mobilizadas são *complexas* com a presença de uma *espera fiduciária*. Os *sujeitos de estado*: indígenas e/ou funcionários da FUNASA que se encontram em *disjunção* com o objeto desejado (melhores condições de vida, salário, melhores condições de trabalho) investem determinada confiança em outros sujeitos nos quais *crêem poder-fazer* algo para mudar a situação: FUNASA local, Governo, direção da FUNASA, mas a situação, por enquanto, não muda o que instaura um clima de *decepção* entre os sujeitos envolvidos.

Nesse contexto, destaca-se a reportagem “Índio denuncia descaso na Jaguapiru”, divulgada pelo jornal “O Progresso” – Figura 1, p.45. Nela nota-se um investimento de confiança dos indígenas no trabalho do Governo, ou das entidades governamentais responsáveis pela saúde indígena, mas eles se frustram pela falta de apoio, há assim a instauração de um *estado de frustração*, de *decepção*, antecedido por um *estado de espera*. Marca-se aqui um estado de *espera fiduciária*, os sujeitos indígenas acreditavam que poderiam contar com a realização do *contrato fiduciário* estabelecido com o Governo, contrato firmado, possivelmente, em época de campanha eleitoral: “Só lembram de nós em período de campanha, depois somem”, contrato que é rompido ao passo em que há uma crise de confiança por parte dos indígenas resultando na *frustração* e na *decepção*. A *espera* opera aqui com o *sujeito* Governo, do qual se aguarda uma iniciativa.

O mesmo se realiza nas narrativas em que os sujeitos funcionários da FUNASA denunciam a falta de condições de trabalho nas aldeias: “Casos crescem 29% nas aldeias” “O Progresso” – Figura 3, p. 51 – e “Funasa pode deixar de atender aldeia” “Diário MS” – Figura 4, p.52. Nesse caso, o requerimento de melhorias nas condições de trabalho e de salário

subentende que acordos anteriores foram firmados entre as partes – funcionários e direção da empresa, Governo – implicando na perda de confiança ao se verificar que esse acordo está sendo rompido, como marcam esses recortes:

[...] Médicos, enfermeiros, auxiliares e agentes de saúde podem ainda não receberam o salário do mês de novembro, segundo ele. ‘Fizemos uma reunião na aldeia e vamos esperar até segunda-feira. Caso contrário, o atendimento será suspenso. (“O Progresso”)

“Desde que o Lula assumiu a presidência da República, nosso atendimento foi dificultado. Não é possível trabalhar nestas condições [...]” (“Diário MS”).

Destaca-se que o *contrato fiduciário* existente entre *sujeito de estado* e *sujeito do fazer* pode ser apenas imaginário, no qual o *sujeito de estado* realiza uma “construção de simulacros”, como aborda Barros (2002, p. 64), retomando a teorização desenvolvida por Greimas, mas, mesmo assim, o importante é considerar que ele deposita a confiança no *sujeito do fazer*, ele *crê* no fazer do outro. Nesses termos a *espera fiduciária* é representada pelo seguinte programa narrativo:  $S_1 \text{ crer } [S_2 \text{ dever } \rightarrow (S_1 \cap O_v)]$ .

Dessa forma, tendo em vista as narrativas analisadas, tem-se:

$S_1$ (Indígenas e os funcionários da FUNASA) crêem [ $S_2$ (entidades governamentais responsáveis) devem  $\rightarrow (S_1$  (Indígenas e os funcionários da FUNASA)  $\cap O_v$  (melhores condições de vida e de trabalho nas aldeias indígenas)]

Diante desses exemplos destaca-se que os *estados de alma* podem sofrer variações, manifestarem-se menos, ou mais tensos. Sendo assim, percebe-se que nas narrativas apresentadas, é possível pensar que, inicialmente, há, ainda que pressuposto, um *estado de espera* por iniciativas que auxiliem na melhora das condições de vida nas aldeias indígenas. Explicitamente o que se verifica é que as reportagens iniciam no estado *tenso-disfórico* de *disjunção: aflição e insegurança, paixões tensas*, que seguem as *paixões* da *insatisfação* e da *decepção, paixões intensas*, já que, implicitamente, o sujeito do qual se espera alguma iniciativa parece não *querer-fazer*. Uma *paixão* como esta leva a outras transformações de estado, surge um sentimento de *falta*, do objeto e da credibilidade naquele a quem se depositou a confiança.

A *falta* pode ser resolvida pelo programa de liquidação, que pode ocorrer pela resignação ou pela reparação, em geral quando há uma vingança. No fim das narrativas verifica-se que apesar de os indígenas estarem vivendo em más condições de vida, de os funcionários não terem condições adequadas de trabalho, realizam algumas atitudes reivindicativas: denúncia, ameaça de greve, atitudes que pode ser interpretada como uma tentativa de reparação da *falta*.

Destaca-se ainda que há, de certa forma, uma “suspensão” do estado de *espera* nas narrativas, continua-se esperando uma solução para a situação, que pode ser analisada, ainda que em nível discursivo, como uma estratégia de persuasão, o *enunciador* jornal apresenta os *estados de alma* em suspenso para manipular o *enunciatário*/leitor a continuar atento às próximas variações desse processo, desperta um *querer-saber* mais informações, como poderá ser destacado no nível a seguir.

### 2.3 Nível discursivo e o plano de expressão

O nível discursivo é o mais superficial entre os níveis do “percurso gerativo” e o mais complexo devido à riqueza semântica. Neste momento a narrativa é entendida ao nível da enunciação, ou seja, enquanto discurso, envolvendo as escolhas de *pessoa*, *tempo* e *espaço* que definem as especificidades de cada texto. É nesse nível que se procura investigar qual o objetivo do texto.

Nesse sentido, cabe tratar aqui da projeção da enunciação no texto, da sua cobertura semântica onde se observa a articulação entre os *temas* e as *figuras* e algumas considerações no que se refere a relação entre o *plano de conteúdo* e o *plano de expressão* na construção do *semi-simbolismo* realizado, sobretudo, por meio da fotografia que acompanha algumas das reportagens e que ajuda na construção do todo de sentido.

A projeção da enunciação ocorre a partir da projeção, no discurso-enunciado, da *pessoa*, do *tempo* e do *espaço*. Nestes termos, verifica-se que a instauração desses elementos da enunciação ocorre de acordo com escolhas realizadas pelo enunciador, tendo em vista a construção de determinado sentido que se molda, também, nas escolhas das vozes requeridas para o texto. Nas reportagens em análise, destaca-se a presença da enunciação instaurada por meio das *debreagens enunciva* (*ele-lá-então*) e *enunciativa* (*eu-aqui-agora*), numa alternância

que permite criar efeitos de sentido de maior ou de menor proximidade da enunciação. Retomam-se assim as reportagens já apresentadas ao longo do nível narrativo e os aspectos discursivos que se destacam em cada uma delas.

No que se refere à reportagem do jornal “O Progresso” de 31/03/2004 – Figura 1, p. 45 – verifica-se, ao longo do texto, que o discurso é orientado no uso da 3ª pessoa do singular, os sujeitos são apresentados como *eles*, “O índio terena”, marcas da projeção da *debreagem enunciativa*, mas ao “resumir” os fatos o enunciador utiliza a *debreagem enunciativa temporal*, toma partido de uma anterioridade que tem como base o momento da enunciação, o *agora*, como revelam esses trechos: “Ele declarou”, “Ele também é aposentado e vive em um barraco de lona preta”. Nesse sentido, nota-se o uso de verbos no presente e no pretérito perfeito 1, tempos que marcam a relação com o momento de referência presente, como classifica Fiorin (2002).

Na busca por fazer permanecer certa aproximação dos fatos destaca-se o uso do discurso direto, são as falas dos envolvidos permeando as afirmações feitas em discurso indireto. Observa-se, assim, que o texto inicia em tom de denúncia: o enunciador aponta para a situação de abandono da Reserva de Dourados, mas faz isso a partir das afirmações de um dos sujeitos diretamente envolvidos nessa situação, o terena Ramão Almirão da Silva, delegado do Orçamento Participativo da Reserva de Dourados. As afirmações são, de início, apresentadas em discurso indireto: “O índio terena Ramão Almirão da Silva [...], está denunciando o descaso que várias famílias vêm sofrendo dentro da Aldeia Jaguapiru”. Discurso indireto que ocorre na variedade analisadora de conteúdo, variedade mais comum nas narrativas analisadas neste trabalho, essa variedade ocorre quando o narrador resume o que foi dito, constrói sua versão do texto do falante, como marca Fiorin (2002). Na seqüência, é o indígena mesmo quem fala:

‘As pessoas só mostram a parte de cima da Reserva onde têm água e luz elétrica. Aqui não tem nada disso, nossos irmão (sic) estão na miséria. Só lembram de nós em período de campanha, depois somem. Nas duas aldeias são mais de 10 mil índios e cerca de 5 mil são eleitores’, desabafou Ramão.

O uso do discurso direto possibilita ao enunciador produzir um efeito de credibilidade e, ao mesmo tempo, afirmar sem se comprometer, já que a todo o momento os próprios envolvidos são chamados a falar. Como esclarece Fiorin (idem, p. 72), “é resultado de uma *debreagem* interna (em geral de segundo grau), [...] um simulacro da enunciação construído por intermédio do discurso do narrador”.

Destaca-se, também, nas declarações do indígena Ramão, a mesclagem entre a *debreagem enunciva* em que Ramão instala no enunciado um *ele* e um *então*: “As pessoas”, “a Reserva”, “as duas aldeias” e a *debreagem enunciativa* em que se refere a um *aqui* e a um *nós* (eu + eles): “Aqui não tem nada disso”; “nossos irmão (sic) estão na miséria”, e a um *agora* marcado, sobretudo, pelos verbos “ter” e “ser” no presente: “Aqui não tem”, “Nas duas aldeias são mais de 10 mil”. De maneira geral, essa mesclagem realizada entre as *debreagens enunciva* e *enunciativa* revela a posição de um sujeito que observa a situação a uma certa distância, com olhos críticos e, ao mesmo tempo, mantém certa proximidade incluindo-se como parte desse grupo que sofre com a falta de condições de vida na Reserva.

Como já foi apontado no nível narrativo, o jornal também “fala” no texto colocando-se enquanto um sujeito que participa das ações, como se confirma nesse trecho: “**O PROGRESSO** esteve visitando ontem à tarde a aldeia Jaguapiru [...]”, é um sujeito que fala de si mesmo, numa estratégia de construção imagética em cumplicidade com o que é narrado. Nesse sentido, observa-se, nesse recorte, a instauração da *debreagem temporal enunciativa* marcada, principalmente, pelo advérbio “ontem” que expressa uma anterioridade em relação ao hoje, pretérito perfeito 1, ou seja, “marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente.”(FIORIN, 2002, p.152) e constrói o efeito de proximidade com o que está sendo contado.

Não se pode perder de vista que a escolha de cada informação trazida para o texto tem uma intenção; a construção das imagens dos envolvidos. Sendo assim, nota-se que as informações de falta de infra-estrutura, mobilizadas pelo enunciador, inserem, implicitamente, o sujeito Governo, ou entidades governamentais responsáveis pela infra-estrutura, sob uma imagem negativa, ou melhor, sob a suspeita de não *querer-fazer*, como por exemplo, nesses trechos: “[...] sete barracos. Uns de pau cobertos de palha, outros de lona preta e alguns mesclados de madeira com vários tipos de lonas e plásticos emendados”, “[...] Na cozinha improvisada, fora do barraco [...]”.

Quanto aos investimentos semânticos, destacam-se as *figuras* que recobrem o *tema* principal: a falta de condições de sobrevivência na Reserva de Dourados, *figuras* representadas pelas famílias vítimas do “descaso”, pela descrição do local em que vivem. Nesse contexto, a ênfase dada pelo enunciador no que se refere à descrição do espaço aldeia, como marcam os trechos citados no parágrafo acima, dá detalhes sobre as casas e sobre o modo de vida na Reserva, o que possibilita mais veracidade ao que é contado e ajuda a compor esse *Outro*, o indígena, que é visto pelas lentes desse *Eu*, o não-indígena.

Na composição do lugar desse *Outro*, destaca-se, também, a foto que acompanha a parte verbal da reportagem; elemento que vem reforçar e ancorar as afirmações do enunciador quanto às condições de vida desses indígenas. Verifica-se que ela está posicionada na parte superior da página com o intuito de chamar a atenção do leitor para o texto colocado ao lado. A foto marca o *semi-simbolismo* ao estabelecer a relação entre o *plano de conteúdo* e o *plano de expressão*.

O *semi-simbolismo* é um termo cunhado pelo semioticista francês J.M. Floch, que utiliza uma metalinguagem própria, por isso é preciso lembrar duas ferramentas utilizadas por ele na busca da evidenciação das relações *semi-simbólicas*: os *formantes figurativos* e os *formantes plásticos*. Os *formantes figurativos* são entendidos como aqueles que criam efeitos de realidade no discurso, são as *figuras* que compõem o texto (pessoas, cabana, objetos). Já os *formantes plásticos*, possibilitam a atribuição de novos sentidos ao texto e, de acordo com trabalhos de Floch, Greimas e Thürlemann, conceituou-se que eles estão ligados às categorias relacionadas à posição (topológica), às formas (eidética) e às cores (cromática).

Nesse sentido, em relação ao *formante figurativo* tem-se a imagem de uma pequena cabana de madeira coberta de palha e, dentro dela, um homem em meio a diversos objetos espalhados ao seu redor: panela, bicicleta, tambor e um cachorro mais ao fundo. No que se refere ao *formante plástico*, que tem como função mexer com as sensibilidades do leitor, verifica-se o trabalho com a categoria topológica, a imagem foi fotografada de frente e com um ângulo fechado, a intenção parece ser a de focalizar apenas esse barraco que pode ser visto como uma “metonímia figurativa”. A cabana e o homem dessa foto representam uma parte, ou seja, um dos exemplos de más condições de vida, frente ao todo: outras famílias da Reserva de Dourados.

Sendo assim, constata-se que o *semi-simbolismo* se manifesta na reportagem na relação entre a categoria semântica *morte versus vida (plano de conteúdo)* e a categoria plástica topológica da foto *parte versus todo (plano de expressão)*, considerando que a *morte* está para *parte*, já que ela é uma parte da *vida* – e a *vida* representa o *todo* –, apesar da *morte* ser uma *parte* que acaba com o *todo*.

Outro exemplo a ser enfatizado é o da reportagem, também publicada pelo jornal “O Progresso”, em 31 de julho – Figura 2, p.49 – na qual observa-se que o título “Desnutrição indígena é preocupante” e o olho do texto<sup>17</sup>, “De janeiro a julho deste ano 5 crianças índias morreram de desnutrição” podem, à primeira vista, conduzir a uma leitura que, antecipadamente, espera por uma reportagem que destacará o aumento da desnutrição infantil indígena. No entanto, outros elementos compositores dessa narrativa revelam a ênfase, sobretudo, no trabalho da FUNASA como é marcado no subtítulo: “Funasa já reduziu pela metade o nível crítico, mas 27% das crianças indígenas de Dourados estão desnutridas”.

O enunciador procura apontar, desde o início do texto, para alguns números que vão indicando o nível do problema. Situa a explanação: “Dos 11 pólos indígenas existentes no Estado, o de Dourados que abrange as aldeias Bororó, Jaguapiru, Panambi e Panambizinho e o da cidade de Amambai são os que apresentam os índices de desnutrição mais preocupantes”. Logo depois, compara os números de mortes atuais com os de anos anteriores:

O número de crianças índias das quatro aldeias do pólo de Dourados, com idade de até cinco anos, é 2.200. Desse total quase um quarto, ou seja, 532 apresentam algum tipo de desnutrição. No ano de 2003 sete crianças nessa faixa etária morreram nas aldeias de Dourados. Nesse primeiro semestre o número de óbitos já somam cinco, sendo que uma ocorreu no mês de julho.

Após essas explanações é preciso comprovar as afirmações, o que é realizado, mais uma vez, a partir do discurso direto, a fala é de uma das partes responsáveis pela saúde indígena, a FUNASA, que, por meio de seu nutricionista, esclarece os números. Além disso, o nutricionista aponta para uma redução dos casos de mortes devido à implantação de um projeto nutricional piloto nas aldeias brasileiras, mas afirma, numa acusação implícita, que a falta de saneamento básico não contribui para o processo de recuperação. Novamente, a

<sup>17</sup> Entende-se como olho do texto a abertura no meio da reportagem na qual se destaca uma frase, um dado do texto.

recorrência à voz do outro se mostra decisiva no processo de construção de imagens e de sentidos:

[...] ‘Em 2002 quando iniciamos o Projeto Piloto de Vigilância Alimentar e Nutricional o índice de desnutrição severa entre crianças indígenas era de 16%, atualmente esse número está em 9%.’ [...]

O nutricionista ainda conta que o projeto já tem dado resultado, mas problemas como falta de água, má alimentação, moradia e falta de saneamento básico não contribuem para uma evolução mais satisfatória.[...]

Nota-se, nos exemplos acima, mais uma vez o jogo entre a *debreagem enunciva* e a *enunciativa*. Nesse sentido, nas declarações do funcionário da FUNASA verifica-se a *debreagem enunciva*: “Em 2002”, “era de 16%” e *enunciativa*: “atualmente”, alternância que auxilia no processo de comparação entre a situação nutricional anterior ao projeto alimentar, criado pela sua equipe, e a atual. No que se refere as colocações do enunciador, sobre as afirmações do nutricionista, salta o uso da *debreagem temporal enunciativa*: “conta”, “já tem dado”, “contribuem”, na tentativa de aproximar o momento da enunciação do momento do acontecimento. De forma geral, observa-se que enunciador busca, quanto a *pessoa*, um distanciamento do dito: “o nutricionista”, enquanto que na temporalidade produz uma aproximação, ou seja, revela a presença de um distanciamento “velado”.

Outra estratégia que permite essa aproximação é a escolha das *figuras* que arranjam o texto e a temática ligada à desnutrição: são os agentes da FUNASA, o sopão, o número de crianças desnutridas. O mesmo ocorre com a escolha da fotografia que ajuda a reforçar a intenção do enunciador jornal em dar ênfase ao trabalho da FUNASA.

Observa-se que a foto revela a distribuição do sopão, por agentes da FUNASA, à comunidade indígena, *formantes figurativos*. Destaca-se a forma como essa imagem foi fotografada, o que envolve a noção de *formantes plásticos*. Num primeiro plano, estão os agentes da FUNASA, sobretudo o nutricionista, distribuindo sopa e, num segundo plano, alguns indígenas organizados em fila para receber o alimento. A foto não possibilita saber se há muitos indígenas no local, pois o fotógrafo reduziu o campo de visão do lado em que se posicionam os indígenas (à direita) e aumentou o campo onde se posicionam os agentes da FUNASA (do meio para a esquerda).

Essa manipulação do foco da fotografia confirma o viés pelo qual a reportagem foi construída; o de valorização do trabalho da FUNASA, como esclarece e ratifica a legenda: “O nutricionista da Funasa durante a distribuição do Sopão na Reserva de Dourados”. E, novamente, é possível visualizar a construção da “metonímia figurativa” presente na seguinte relação: *morte x vida (plano de conteúdo) e parte x todo (plano de expressão)*.

Por fim, cabe observar as relações entre o jogo de vozes realizado nas reportagens do jornal “O Progresso”, de 18 de dezembro e do jornal “Diário MS”, de 20 de dezembro que marcam o início de uma onda de denúncias dos próprios agentes indígenas de saúde, frente aos trabalhos da FUNASA.

No texto do jornal “O Progresso” – Figura 3, p.51 – verifica-se que, no início, o enunciador aponta para o aumento no número de mortes de crianças, o que confirma a situação de abandono denunciada:

O índice de mortalidade infantil nas aldeias de Dourados cresceu 29% em 2004. Os números são do Conselho de Saúde Indígena, que denuncia o retrocesso na saúde pública voltada aos índios.[...] em 2000, morriam 140 crianças para cada 1000 nascidas. Em 2001, o número de mortes caiu drasticamente para 56 em cada 1000. Com o trabalho do Pólo indígena de Dourados em parceria com o município e o Estado, o índice caiu para 46 casos em 1000 no ano de 2002. [...]

Em 2003, os registros já subiram para 53 casos em 1000. Já em 2004, apenas com os óbitos registrados até novembro, o índice é de 67 em cada 1000.[...]”

Nota-se que essas colocações se efetivam em certo tom de crítica, no entanto, é preciso não assumir totalmente a legalidade das afirmativas; por isso, sempre que as afirmações mostram-se mais incisivas, principalmente quando envolvem críticas ao atual Governo Federal, chama-se alguém da própria FUNASA para falar. Destacam-se esses recortes:

[...] ‘Mas desde que o Lula assumiu as coisas começaram a mudar’, disse o conselheiro distrital de Saúde, Fernando da Silva Souza.

[...] O conselho alega que depois da posse do presidente, a Funasa passou por uma mudança radical na área administrativa. ‘Agora, todos os recursos são administrados em Campo Grande e não atendem a realidade local’, afirmou Fernando ao destacar que a atual política está comprometendo todo o trabalho desenvolvido durante os últimos quatro anos.

Ressalte-se, ainda, a instauração da suspeita em relação ao *querer-fazer* da FUNASA enquanto empresa governamental, como marcam as denúncias de falta de apoio emitidas por funcionários nesses trechos da reportagem: “[...] Numa nota à imprensa, os indígenas afirmam que estão passando por opressão psicológica e que suas competências estão sendo desmoralizadas [...]”. É colocado, também, em suspeita, o trabalho dos agentes de saúde, como aparece nesse recorte que revela a fala de um morador da Reserva: Ricardo Arce “[...] conta que a comunidade da aldeia Bororó, onde vive, sofre com o tratamento prestado por alguns funcionários, especialmente um motorista de ambulância, que estaria impedindo pais de acompanhar filhos durante os trajetos até o hospital”.

O jornalista usa o discurso de *Outro* como uma forma de estabelecer sua *competência enunciativa*. Como afirma Landowski (1992, p. 41), ao tratar da opinião pública, “Invocar a opinião é, antes de mais nada e quase sempre, tentar modificar a conduta de algum *outro sujeito*, formulando por antecipação e como que por delegação, os juízos possíveis do actante coletivo testemunha.”

Nesse sentido, guardadas as devidas semelhanças na seleção das informações divulgadas pelos dois jornais, nota-se que na reportagem do jornal “Diário MS” – Figura 4, p.52 – o enunciador procura, de certa forma, culpar de maneira mais incisiva determinadas atitudes da FUNASA, ancorando-se, também, sempre em discursos do outro para divulgar sem se comprometer. Nesse texto, o jogo entre as várias versões é mais intenso, o jornal faz questão de divulgar certa tensão percebida entre as declarações dos agentes da FUNASA, que reclamam melhorias, e o próprio coordenador da instituição, como se verifica nos recortes que seguem:

‘Desde que Lula assumiu a presidência da República, nosso atendimento foi dificultado. Não é possível trabalhar nestas condições’, reclamou ontem o presidente do Conselho Local de Saúde indígena, Silvio Ortiz. Segundo ele, a paralisação das atividades seria uma forma de chamar a atenção da Funasa para a realidade vivida em todo o Estado.

[...] ‘No início do ano, ficamos até três meses sem receber’, alega.[...]

De acordo com o coordenador regional da Funasa, Gaspar Francisco Hickmann [...]. ‘Não depende da Funasa, nem mesmo do presidente da República. Os funcionários só irão receber após aprovação do Congresso’, esclareceu o

coordenador, ao afirmar que já foi paga, inclusive, a primeira parcela do 13º salário.

Realça-se, ainda, no interior dessas falas, colocações que revelam posicionamentos tomados pelos sujeitos que ora se inserem, ora se excluem do grupo a que pertencem, num movimento de inclusão/exclusão que permite a esquiva de certas responsabilidades. Nesse contexto, o presidente do Conselho Local de Saúde Indígena utiliza-se da *debreagem enunciativa*, no início de sua fala, instaurando um *eu* e um *agora* que sofre com as faltas de condições de trabalho: “nosso atendimento foi dificultado. Não é possível trabalhar nestas condições”. No entanto, ao reivindicar melhorias utiliza a *debreagem enunciativa* referindo-se a um *ele* (FUNASA) do qual este também faz parte, já que é funcionário da empresa, mas marca um posicionamento que diferencia os funcionários locais, dos da direção: “a paralisação das atividades seria uma forma de chamar a atenção da Funasa”. O mesmo ocorre na fala do coordenador regional da FUNASA: “Não depende da Funasa, nem mesmo do Presidente da República”, para não se comprometer com as afirmações e nem tomar para si a responsabilidade nas decisões ele refere-se à FUNASA como um *ele*.

E, novamente, destaca-se que o enunciador busca um distanciamento do dito em relação a pessoa, lê-se: “presidente do Conselho Local de Saúde indígena, Silvio Ortiz”, “Segundo ele”, “o coordenador”, no entanto produz certa aproximação no que se refere a temporalidade, utiliza tempos do pretérito simples: “reclamou”, “esclareceu” além do advérbio “ontem”, recursos que marcam a instauração da *debreagem enunciativa*. Dessa forma o jornal mantém sua objetividade enquanto observador, mas se revela como aquele que enuncia no momento em que vê mantendo a credibilidade.

Seguindo com a leitura da reportagem, nota-se que a polemização com as várias versões não pára, e, logo depois, o enunciador destaca o conteúdo de uma nota divulgada pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul apontando para as dificuldades de compra de remédios: “[...] ‘Várias vezes ficamos sem medicamentos e não pudemos realizar o atendimento. A saúde tem pressa e não é possível esperar o envio destes remédios’, acusa Silvio Ortiz”. E, novamente, percebe-se o clima de tensão: o coordenador nega a afirmação de seus agentes:

Porém, o coordenador regional da Funasa nega esta realidade e afirma (*sic*) que a falta de medicamentos já foi superada no segundo semestre deste ano. ‘Hoje, não falta remédio ou atendimento para ninguém. Se querem fazer greve, não podemos fazer nada. Quem sai prejudicada é a própria comunidade indígena’, analisou.

Na segunda parte da reportagem intitulada “Mortalidade”, destaque é dado ao aumento no índice de mortalidade infantil, Silvio Ortiz afirma: “[...]‘Porém, de 2002 para cá, o índice cresceu 45,65%, por causa dos problemas no atendimento’”. E, ainda mais uma vez, o coordenador “rebate” ao relacionar o aumento de mortes com as greves, como marca o enunciador do jornal: “[...] Segundo ele, foram quatro paralisações somente este ano. ‘Assim, não há como promover uma saúde pública de qualidade. Para que as crianças vivam, é necessário que recebam atendimento’, rebateu”. O verbo *dicendi* “rebate”, disposto ao final da fala do coordenador, ajuda a marcar essa intenção jornalística em evidenciar o clima de desentendimento entre agentes e coordenador, como destaca Fiorin (2002, p. 79), esses verbos possuem a dupla função de indicar o ato de enunciar e dar informações sobre o ato de dizer.

O clima de suspeita é instaurado em relação à própria organização da FUNASA a partir de afirmações que se contradizem e que o jornal faz questão de apresentar aos olhos do público-leitor, o que é feito, novamente, com o auxílio da *debreagem interna*. É a delegação da voz que aparece como a projeção da estância da enunciação no discurso, com isso, como afirma Barros (2002, p. 85):

A oposição entre o ‘narrar’ e o ‘mostrar’, que fundamenta a maioria das propostas de classificação dos focos narrativos, explica-se essencialmente pela modalização do /poder-fazer/, ou seja, o sujeito da enunciação atribui ao sujeito do enunciado o /poder-conduzir/ o discurso de diferentes modos.

Diante desses meandros do discurso é preciso destacar que as escolhas, realizadas pelo enunciador, revelam a presença de um autor implícito que vai construindo seu próprio *simulacro* e o do leitor implícito, o público-alvo; *simulacros* que o texto constrói a partir das opiniões, ideologias que são trabalhadas, com as quais o leitor é chamado a partilhar. Sendo assim, o leitor “intervém indiretamente como filtro e produtor do texto” (FIORIN, 2002, p.

64), lembrando que a intenção última do jornal é conquistar seu público-alvo, aumentar o exército de seguidores da empresa que ele representa, ou seja, vender cada vez mais.

Nesse contexto, o próximo capítulo tratará das reportagens divulgadas durante o ano de 2005, período em que se tem uma abrangência ainda maior do público leitor, já que as notícias sobre as mortes de crianças indígenas por desnutrição passam a ser publicadas com maior frequência e entram na pauta de noticiários nacionais e internacionais.

### **CAPÍTULO III**

#### **REPORTAGENS EM FOCO: AS MORTES INDÍGENAS, POR DESNUTRIÇÃO, NAS MALHAS DOS JORNAIS**

*“[...] a comunicação é um ato, e, por isso mesmo, acima de tudo, escolha. Num universo significante a partir do qual opera, ela escolhe, a cada vez, certas significações e exclui outras. A comunicação é, portanto, o exercício de certa liberdade, mas de uma liberdade limitada.” (GREIMAS, 1973, p. 50)*

O percurso pelas veredas das notícias sobre as mortes de crianças indígenas por desnutrição continua em 2005. Aos poucos, os casos são divulgados pela mídia local que busca notícia “fresca” e impactante. No referido ano, as notícias ganham repercussão nacional e internacional e, com elas, os sujeitos envolvidos e envolventes vão, cada vez mais, sendo constituídos e postos em análise aos olhos do público-leitor.

O *corpus* desse capítulo, reportagens sobre os casos de desnutrição infantil indígena em 2005, permitiu uma análise um pouco mais densa de alguns aspectos devido à maior quantidade de textos divulgados no período de sua abrangência e a ênfase dada aos casos de mortes por desnutrição. Nessa perspectiva, as análises seguirão pelo *plano de conteúdo* a partir do “percurso gerativo de sentido”, com destaque a alguns pontos que sobressaíam nos textos, na leitura das reportagens.

Inclui-se, ainda, nas análises, a observação de alguns aspectos do *plano de expressão* que possam contribuir para o desvelamento da construção de imagens. Sem deixar de considerar esses textos, como já apontado em outro momento, como integrantes de uma grande narrativa em que todos, num conjunto, recobrem a divulgação dos casos de mortes infantis indígenas por desnutrição.

### 3.1 Nível fundamental

No conjunto de reportagens que tratam dos casos de desnutrição infantil indígena, em 2005, é possível verificar que os jornais, movidos pela intenção de se mostrarem comprometidos com a divulgação e resolução da problemática, procuram oferecer ao leitor, a cada dia, notícias “novas” e “recheadas” de casos de mortes e das possíveis versões da situação.

Observa-se que no nível fundamental, a base semântica permanece orientada na relação entre os valores *vida* e *morte*, como foi apontado nas narrativas do ano de 2004 no capítulo anterior<sup>18</sup>. No entanto, nas narrativas de 2005 os valores são marcados com maior intensidade, já que é mais comum trabalharem a partir de um caso de morte, a *vida* é valor *euforizado* a todo o instante, é o constante objeto que se busca concretizar efetivamente.

É preciso considerar que, precedendo essa oposição elementar, *vida x morte*, há um percurso que antecede a morte e que os jornais parecem fazer questão de apresentar: *nutrição (vida) → desnutrição (não-vida) → morte*, essa seqüência entre os termos revela a passagem de um conceito para outro contrário a ele. Mostra, também, que a passagem de um estado a outro não é direta, como marcam esses trechos:

---

<sup>18</sup> Informa-se que a representação no *quadrado semiótico* permanece o já apontado no capítulo anterior, página 43.

[...] Segundo Vicente, a filha já havia sido internada no Centro de Recuperação de Desnutridos [...] (“Diário MS”, 10/02/2005)

[...] Trajber.[...]‘Os agentes de saúde foram atrás, insistiram, mas quando conseguiram levar a menina para o hospital já era tarde’, afirmou. (“Diário MS”, 22/02/2005)

[...] Segundo o atestado de óbito, assinado pelo médico Franklin Amorin Sayão, a menina foi vítima de desnutrição severa. Ela vinha sendo acompanhada pela equipe médica da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que teria detectado um quadro de desnutrição grave [...]. (“O Progresso”, 25/02/2005)

Existem, ainda, reportagens que destacam, sobretudo, a condição de *não-vida*, nesses casos o percurso encontra-se em andamento, as crianças estão em um estado de desnutrição avançado a ponto de terem suas sensibilidades vitais prejudicadas, como é o caso das reportagens “Aldeias viram ‘Etiópia brasileira’” (25/01/2005), do jornal “Diário MS” e “Fome ainda mata crianças em aldeias” (21/01/2005), do jornal “O Progresso”. Vejam-se esses recortes:

[...] Crianças indígenas em estado de desnutrição severa que agonizam porque não receberam alimentação adequada por parte da família.”

[...] De acordo com a enfermeira responsável pela instituição, Maria Luiza Palma, a criança recusa qualquer tipo de alimento, pois o paladar não reconhece mais a comida.” (“Diário MS”, 25/01/2005)

[...] Na quarta-feira, um índio de um ano e sete meses, da aldeia Jaguapiru, foi levado para o centro de recuperação de desnutridos, localizado próximo ao Hospital da Missão Caiuá. A criança que, se estivesse em condições normais de saúde, deveria estar pesando cerca de 11 quilos, pesava apenas 6,7 quilos. Uma outra criança, de um ano e cinco meses, também deu entrada no centro pesando apenas 4,4 quilos”. (“O Progresso”, 21/01/2005)

Verifica-se que o percurso não se fecha: as crianças estão sem condições de *vida*, mas ainda não atingiram a *morte*, vivem em um estado de *não-vida*, estado que aumenta as expectativas do leitor para o desfecho dos casos, para a possível mudança do cenário que se visualiza.

### 3.2 Nível narrativo

No nível narrativo, no qual se analisa os sujeitos e suas ações, observa-se que, como foi apontado no capítulo anterior, os sujeitos envolvidos nas narrativas são crianças vítimas de desnutrição, familiares, comunidade indígena, agentes da FUNASA (representando a empresa), representantes políticos e Governo. A comunidade indígena, sobretudo as crianças, são apresentadas enquanto *sujeitos de estado* em *disjunção* com a *vida/nutrição*, em torno das quais estão as *performances* que são mobilizadas tendo em vista a permanência da *conjunção* com o *objeto-valor vida*.

Cabe esclarecer que a *nutrição*, nesse momento em que o centro das atenções são as condições de sobrevivência das crianças indígenas, é um valor que pode ser confundido com o *objeto-valor* almejado, *descritivo*, a preservação da *vida*; no entanto, a *nutrição* constitui-se em um *objeto-valor modal*, ou seja, condição para um *poder-fazer*, para que as crianças mantenham-se vivas.

Para a verificação da composição desse nível serão apresentadas análises de dois casos de morte por desnutrição a partir de quatro reportagens: duas do jornal “O Progresso” e duas do jornal “Diário MS”<sup>19</sup>, para tal retoma-se a reportagem de 10 de fevereiro que divulga a morte de uma menina de 11 meses de vida. Figura na página seguinte.

O jornal “O Progresso” trabalha a reportagem dividindo o texto em três partes, que, gradativamente, vão expondo a situação em que se encontram as aldeias no sul do Estado de Mato Grosso do Sul: da divulgação de mais um caso de morte por desnutrição, passa por algumas iniciativas governamentais, até algumas doações feitas por empresa nacional.

Destaca-se que essa forma de organização da reportagem, dividida em partes por subtítulos, é característica comum a esse tipo de reportagem nos dois jornais. Essa divisão é conhecida como “boxe”, como aponta Hernandez (2005, p. 108), estudioso que apresenta essa divisão como uma estratégia de manipulação do ritmo textual, pois ela facilita e dá mais agilidade à leitura. A utilização do boxe está presente já nos textos analisados no capítulo anterior, no entanto com menor frequência.

Nesse caso, na primeira parte do texto, verifica-se que diante do estado de desnutrição da criança, *sujeito de estado* ( $S_2$ )<sup>20</sup>, prestes a entrar em *disjunção* com a *vida*

---

<sup>19</sup> A escolha por reportagens divulgadas no mês de fevereiro se deu por ser esse mês, em 2005, que instaurou com maior intensidade a divulgação dos casos de mortes de crianças indígenas por desnutrição.

<sup>20</sup> Utilizar-se-á neste capítulo os mesmos códigos teóricos utilizados no capítulo II, veja-se na página 46 os esclarecimentos.

(*enunciado de estado*), o pai da criança instaure-se como *sujeito do fazer* (S<sub>1</sub>), que, diante do estado debilitado da filha, é impelido a *dever-fazer* algo, há assim uma mudança de estado do pai, de tranqüilidade para intranqüilidade. O pai parte em busca de uma tentativa para *fazer* a filha permanecer em *conjunção* com o *objeto-valor* (vida). Para isso, ele realiza algumas *performances*: “[...] Isnardi contou que a filha já havia passado pelo Centro de Recuperação Nutricional da Missão Caiuá [...]”, “[...] Isnardi disse que tentou alimentar a filha com sopa feita de mandioca e algumas balas [...]”.

No entanto, as ações não são bem sucedidas e a criança acaba entrando em *conjunção* com a *morte*, como destaca o jornal, logo no início da reportagem: “Uma criança indígena de três anos e 11 meses, morreu na manhã de terça-feira ao dar entrada no Hospital da Mulher em Dourados. As informações dão conta de que a criança já chegou sem vida ao hospital [...]”.

Fome

# Desnutrição mata criança em aldeia

Indígena tinha três anos e 11 meses de vida e, conforme atestado de óbito, estava com desnutrição grave

Oliver Ceol

**D**OURADOS - Uma criança indígena de sete anos e 11 meses, morreu na manhã de terça-feira ao ser levada ao Hospital da Mulher em Dourados. As informações são vindas de uma criança indígena que vive no hospital. O atestado de óbito da criança indica que a morte foi causada por um quadro grave de desnutrição, classificado como de terceiro grau. Em decorrência do organismo debilitado, a criança teve crises convulsivas parciais, cardíacas e gástricas. A criança foi internada no centro de recuperação do ICHSI.

Segundo o pai da criança, Vicente Soares, 24 anos, a menina estava vivendo com ele há um ano na aldeia Loggia em Dourados. Antes disso, ela estava com a mãe na Aldeia Lina Canipe, localizada entre Dourados e Ponta Porã, sendo criada que a filha já havia passado pelo Centro de Recuperação Nacional, na Misão Caiati, e Curitiba. Depois disso, ela ainda teria sido levada para uma casa em Lina Canipe e a saúde depois para o caso de saúde, na Reserva de Dourados.

O pai afirma que está desolado e há dois anos estava tentando obter uma conta bancária por meio de programas de segurança alimentar, mas que até agora não conseguiu. No dia em que a menina começou a ganhar mal, ele não sabia que estava alimentando a filha com sopa feita da mandioca e algumas feijões. Entretanto, a criança foi repatriada pelo Instituto Agência de Fome (Instituto Nacional de Saúde Alimentar, que por diversos re-

tes, levou até a casa de saúde para acompanhar o quadro de saúde da menina, mas que foram impedidos pelo pai de fazer os exames.

**COMISSÕES**  
Há uma comissão especial de Fome, formada por antropólogos, advogados e médicos, esteve em Dourados para identificar as causas da desnutrição infantil nas aldeias de Mato Grosso do Sul. Os integrantes da comissão afirmaram que há subalimentação do quadro de "reserva" nas aldeias de Dourados que é rotacionado para usado pela comunidade base, mas podendo apoiar Dourados internacional. A comissão já cobrou seis apresentações concretas ou suspensões para melhorar as condições de nutrição nas aldeias de Dourados.

Desde antes da Fome, o secretário nacional do Programa Fome Zero, José Baccarini, e vários representantes do governo do Estado também estiveram na região de ponta que o fato gerou o repatriamento. Até agora, nenhuma das comissões que passaram por Dourados analisou medidas concretas para acabar com a desnutrição nas aldeias locais. No entanto, o governo quer criar uma comissão de acompanhamento de saúde indígena e indígenas indígenas, há o Programa Amazônia, que tem instalado mais quatro centros de recuperação nutricional no Estado, incluindo que há o convênio que as crianças de fome não serão enviadas sem prazo tempo.

**DOAÇÃO**  
A Comah (Companhia Nacional de Abastecimento)

na Mato Grosso do Sul (com 12.900 quilos de alimentos, em caráter emergencial, para serem entregues nas aldeias de Dourados. O superintendente da Comah no Estado, Sérgio Rios, disse que foram doados 5.320 quilos de arroz, 2.670 quilos de feijão, 550 quilos de fubá, 1.000 litros de óleo de soja, 1.760 quilos de açúcar, 540 quilos de macarrão, 370 quilos de farinha de milho e 400 quilos de leite em pó. "O recebimento, transporte e distribuição desses alimentos ficaram por conta da Prefeitura de Dourados", disse Rios.



Criança, que morreu por desnutrição, foi internada ontem antes de completar 4 anos

Solidariedade

## Campanha vai ajudar indígenas desnutridos

Martha Lucia Tolques

**D**OURADOS - Começa nesta sexta-feira a campanha em prol das crianças vítimas de desnutrição, que reside nas aldeias indígenas na Reserva de Dourados. Uma iniciativa dos jornais O PROGRESSO e o Desnutrição, da Rádio 94 FM, e do 28º Batalhão Logístico.

De acordo com o Sargento Marino, relações públicas do 28º BLog, o evento tem o apoio do comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e do superintendente Aluísio.

Uma viagem do Exército vai permanecer no município de Dourados no sábado e domingo, dia 28 de fevereiro, das 06 às 18h para receber leite em pó e sopa seca e suplementos alimentares, além de frutas descartáveis.

A iniciativa da campanha parte dos jornais Desnutrição e O PROGRESSO, que vêm sensibilizando



Sargento Marino, do 28º BLog, entre as direções Blanche e Adilene Torres

a conscientização e autoridades sobre a questão da desnutrição entre as crianças indígenas. A partir de reuniões públicas em pontos estratégicos, o PROGRESSO, o Desnutrição e o 28º Batalhão Logístico vão fazer uma campanha nacional e internacional.

O tema veio à tona após uma reunião com o Dourados e o Desnutrição, uma reunião sobre uma criança indígena de três anos e 11 meses de idade, que reside na Aldeia Loggia em Dourados.

O tema veio à tona após uma reunião com o Dourados e o Desnutrição, uma reunião sobre uma criança indígena de três anos e 11 meses de idade, que reside na Aldeia Loggia em Dourados.

Figura 5: Vítima de 11 meses

Diante dessa estrutura visualiza-se um esquema narrativo formado pelo seguinte *programa narrativo de uso*:

$$PN_1 = F (\text{melhorar a saúde da filha}) [S_1(\text{o pai}) \rightarrow S_2 (\text{a criança}) \cup O_v (\text{vida})].$$

No que se refere à FUNASA, ela aparece como *sujeito do fazer* ( $S_1$ ), representada por seus agentes. Observa-se que esses agentes, também se mostram como sujeitos interessados em recuperar a saúde da criança, eles, por várias vezes, visitam a menina e sua família, *sujeito de estado* ( $S_2$ ) em busca de *modalizá-los a crer* no *fazer* dos agentes, como o de acompanhar o estado de saúde da criança. Apesar de a tentativa da FUNASA nem sempre ser bem sucedida: “[...] Agentes da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) afirmaram, que por diversas vezes, foram até a casa de Isnardi para acompanhar o quadro de saúde da menina, mas que foram impedidos pelo pai de fazer os exames”. Tem-se:

$$PN_2 = F (\text{melhorar a saúde da criança}) [S_1 (\text{FUNASA}) \rightarrow S_2 (\text{a criança}) \cup O_v (\text{vida})]$$

Esse se constitui em um *programa narrativo de uso* que não se cumpre, considerando-se que, embora a FUNASA prestasse assistência médica à menina, esta não permanece em *conjunção* com a *vida*.

Na segunda parte do texto, marcada pelo título “Comissões”, busca-se apresentar, como o título indica, a vinda de algumas comissões às aldeias de Dourados, assim como as medidas apontadas por elas, comissões formadas por antropólogos, médicos e políticos ligados a instituições governamentais, ou seja, que representam ações do Governo. Há, assim, vários *programas narrativos* tendo como *sujeito de estado* ( $S_2$ ) os indígenas das aldeias de Dourados, com variação dos *sujeitos do fazer* ( $S_1$ ) envolvidos na busca pela recuperação da saúde indígena.

No início, é apresentada a visita de uma comissão especial da FUNAI ( $S_1$ ) com o intuito de identificar as causas da desnutrição indígena. Causas que farão parte de um relatório que ajudará no pedido de verbas para auxiliar os indígenas ( $S_2$ ). O *fazer* é realizar esse levantamento, como afirma o jornal: “[...] integrantes da comissão afirmaram já ter conhecimento do quadro de ‘miséria’ nas aldeias do Estado e que o relatório será usado pela Funai com base num pedido de apoio financeiro internacional”.

Logo depois, o *sujeito do fazer* (S<sub>1</sub>) apresentado é a comissão formada pelo secretário nacional do “Fome Zero” e outros representantes do Governo estadual que visitaram as aldeias antes da comissão da FUNAI e propuseram medidas (o *fazer*) para ajudar os indígenas de Dourados (S<sub>2</sub>): “Pouco antes da Funai, o secretário nacional do Programa Fome Zero, José Baccarin, e vários representantes do governo do Estado também estiveram na região depois que o fato ganhou repercussão mundial [...]”. Observa-se, dessa forma, os seguintes *programas*:

PN<sub>3</sub> = F (melhorar a saúde dos indígenas do Estado) [S<sub>1</sub> (comissão especial da FUNAI) → S<sub>2</sub> (os indígenas das aldeias do Estado) ∪ O<sub>v</sub> (vida)]

PN<sub>4</sub> = F (melhorar a saúde dos indígenas do Estado, sobretudo, os de Dourados) [S<sub>1</sub>(comissão formada pelo secretário nacional do “Fome Zero” e outros representantes do Governo estadual) → S<sub>2</sub> (os indígenas das aldeias do Estado) ∪ O<sub>v</sub> (vida)]

Ao findar essa parte do texto, novas informações trazidas dão conta da realização de outros *fazeres* desempenhados pelo Governo e pela FUNASA (S<sub>1</sub>) tendo em vista a melhoria da saúde dos indígenas (S<sub>2</sub>), como marca esse recorte:

[...] Somente o governo anunciou que iria aumentar a quantidade de cestas básicas entregues na aldeia. Já a Funasa anunciou que irá instalar mais quatro centros de recuperação nutricional no Estado, medida que dá a entender que os quadros de fome não serão sanados em pouco tempo.

Diante disso, é possível observar a presença de mais dois *programas narrativos*:

PN<sub>5</sub> = F (melhorar a saúde dos indígenas de Dourados) [S<sub>1</sub> (Governo) → S<sub>2</sub> (os indígenas das aldeias do Estado) ∪ O<sub>v</sub> (vida)]

PN<sub>6</sub> = F (melhorar a saúde dos indígenas do Estado) [S<sub>1</sub> (FUNASA) → S<sub>2</sub> (os indígenas das aldeias do Estado) ∪ O<sub>v</sub> (vida)]

Levando em consideração esses *programas* é possível inferir que a vinda dessas comissões às aldeias do Estado, sobretudo às de Dourados, representa, implicitamente, ações do Governo que tenta se apresentar enquanto *sujeito atualizado* que *deve, quer, pode e sabe-*

*fazer*, apesar das suspeitas instauradas pelo enunciador, como será abordado no nível discursivo.

Na terceira parte do texto, intitulada “*Doação*”, novo sujeito é trazido para a narrativa. Destaque é dado à doação de alimentos realizada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), *sujeito do fazer* (S<sub>1</sub>), aos indígenas das aldeias de Dourados (S<sub>2</sub>), com o propósito de auxiliar na recuperação da saúde: “A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) em Mato Grosso do Sul doou 12.900 quilos de alimentos, em caráter emergencial, para serem entregues nas aldeias de Dourados”. Nestes termos:

$$PN_7 = F (\text{melhorar a saúde dos indígenas de Dourados}) [S_1 (\text{Conab}) \rightarrow S_2 (\text{os indígenas das aldeias de Dourados}) \cup O_v (\text{vida})]$$

Veja-se agora, como o jornal “Diário MS” abordou o mesmo caso, figura na página seguinte.

Logo de início nota-se a tendência da divisão do texto em “boxes”, como foi observado no jornal “O Progresso”. Destaca-se que a escolha por essa forma de organização do texto, além de agilizar a leitura, pode ser uma forma de direcionar a interpretação dada para cada uma das partes e, conseqüentemente, do texto como um todo.

Nesse contexto, observa-se que logo na primeira parte dessa reportagem o enunciador desse veículo de comunicação fala da morte da menina e do anúncio de medidas que estão sendo tomadas por entidade governamental: “A notícia de que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vai anunciar hoje, às 11h, ações de emergência para as comunidades indígenas da região de Dourados, chegou tarde para uma criança da aldeia Jaguapiru [...]”.

Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, *sujeito do fazer* (S<sub>1</sub>), percebe o estado de desnutrição dos indígenas das aldeias da região de Dourados (S<sub>2</sub>) e é levado ao *dever-fazer* algo por eles; o *fazer* é anunciar ações de emergência (o que ainda não ocorreu), ou seja:

$$PN_1 = F (\text{melhorar a saúde dos indígenas de Dourados}) [S_1 (\text{Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome}) \rightarrow S_2 (\text{os indígenas das aldeias de Dourados}) \cup O_v (\text{vida})]$$

Morte ocorreu na terça-feira; laudo de médica aponta que a criança, de 4 anos, já chegou morta ao hospital

# Criança índia morre de desnutrição

Luiz Felipe

**A** morte de que o 41 meses de idade morreu de fome e desidratação em uma comunidade indígena do Estado de Rondônia, chegou sexta-feira para uma criança da Aldeia Irapueta, que morreu no hospital em uma condição de extrema desnutrição.

De acordo com o laudo de autópsia, o menino de quatro anos e sete meses, do Hospital de Maitatá, de 385 quilômetros da sede municipal, Venâncio Aires, não tinha mais gordura e o fígado estava muito aumentado.

### ARCA E FECHA

O **DIÁRIO** NÃO tem mais nada a ver com o mundo da imprensa, mas foi responsável por uma reportagem que deu à luz a história de uma criança que morreu de fome e desidratação em uma comunidade indígena.

Na reportagem, o pai contou que a filha morreu de fome e desidratação em uma comunidade indígena do Estado de Rondônia, que morreu no hospital em uma condição de extrema desnutrição. O menino de quatro anos e sete meses, do Hospital de Maitatá, de 385 quilômetros da sede municipal, Venâncio Aires, não tinha mais gordura e o fígado estava muito aumentado.

De acordo com o laudo de autópsia, o menino de quatro anos e sete meses, do Hospital de Maitatá, de 385 quilômetros da sede municipal, Venâncio Aires, não tinha mais gordura e o fígado estava muito aumentado.

### EXCLUSIVO

O conteúdo de IPTU 2005



Casa de palha em reserva e ribeira, mata na fazenda, não dá comida adequada para uma criança

de saúde de família indígena, Araceli Azeite, revelou, através de uma reportagem que foi publicada no jornal de Rondônia, que a criança morreu de fome e desidratação em uma comunidade indígena do Estado de Rondônia, que morreu no hospital em uma condição de extrema desnutrição.

De acordo com o laudo de autópsia, o menino de quatro anos e sete meses, do Hospital de Maitatá, de 385 quilômetros da sede municipal, Venâncio Aires, não tinha mais gordura e o fígado estava muito aumentado.

De acordo com o laudo de autópsia, o menino de quatro anos e sete meses, do Hospital de Maitatá, de 385 quilômetros da sede municipal, Venâncio Aires, não tinha mais gordura e o fígado estava muito aumentado.

## Ministério anuncia ação contra a desnutrição

O Ministério da Saúde anunciou uma ação nacional para combater a desnutrição infantil. O plano prevê a implementação de programas de alimentação complementar para crianças de até 5 anos de idade em comunidades indígenas e ribeirinhas. A ação será coordenada pelo Departamento de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (Conan) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). O plano prevê a implementação de programas de alimentação complementar para crianças de até 5 anos de idade em comunidades indígenas e ribeirinhas. A ação será coordenada pelo Departamento de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (Conan) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O plano prevê a implementação de programas de alimentação complementar para crianças de até 5 anos de idade em comunidades indígenas e ribeirinhas. A ação será coordenada pelo Departamento de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (Conan) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS).



Figura 6: Arco e fecha

Ainda na primeira parte do texto, verifica-se a presença do pai da criança, enquanto *sujeito do fazer* (S<sub>1</sub>), que percebe o estado debilitado da filha, *sujeito de estado* (S<sub>2</sub>),

e é levado a *dever* conduzi-la ao médico, o *fazer*: “[...] a menina de quatro anos já chegou morta no Hospital da Mulher, às 10h, para onde foi levada pelo pai, Vicente Isnardi”. Tem-se:

$$PN_2 = F (\text{melhorar a saúde da filha}) [S_1(\text{o pai}) \rightarrow S_2 (\text{a filha}) \cup O_v (\text{vida})]$$

Na segunda parte do texto, marcada pelo título “Arco e Flecha”, nota-se que o enfoque é sobre a atitude da madrasta que não quis falar com os jornalistas e correu atrás deles com “arco, flecha e pedras na mão”. Os *fazer*es realizados pelos sujeitos pais da criança são colocados em dúvida e o jornal aparece enquanto *sujeito do fazer* que vai até a aldeia procurar maiores informações, maiores esclarecimentos por parte da família: “O Diário MS tentou falar com o pai da criança, mas foi recebido de forma agressiva pela madrasta da menina [...]”. Nesse contexto, verifica-se o seguinte *programa narrativo de uso*:

$$PN_3 = F (\text{procurar saber e divulgar a causa da morte}) [S_1 (\text{jornal “Diário MS”}) \rightarrow S_2 (\text{a criança indígena}) \cup O_v (\text{vida})]$$

A terceira parte do texto, “Expulsos”, serve, também, para destacar a atitude da família que não aceita ajuda da FUNASA:

Em dezembro do ano passado, ele esteve na casa dos índios, mas foi impedido pela madrasta e pelo pai de consultar a criança. ‘O pai expulsou nossa equipe de lá’[...].

De acordo com ele, a criança já havia sido internada no Centro de Recuperação de Desnutridos [...]. ‘Antes mesmo de receber alta médica, uma das avós foi ao Centro e fugiu com a criança’, acrescenta.

Sendo assim, destaca-se que há a instauração da dúvida no *querer-fazer* dos familiares e uma reafirmação do *querer-fazer da FUNASA* ( $S_1$ ) que já tinha conhecimento da situação de saúde da menina e tentou, por algumas vezes, medicá-la e orientar a família ( $S_2$ ). O *fazer* é visitar a família para tentar ajudá-los, mesmo que não seja bem sucedido. E o *programa narrativo* se repete:

$$PN_4 = F (\text{melhorar a saúde da criança}) [S_1 (\text{FUNASA}) \rightarrow S_2 (\text{a criança}) \cup O_v (\text{vida})]$$

Na quarta parte da reportagem, com o título “Números”, esse caso é apontado como o primeiro do Estado no ano de 2005, entre crianças “com menos de cinco anos”, frente

ao ano de 2004, quando “foram registradas 15 mortes”. Essa tendência em ir situando, contabilizando os casos dentro de um conjunto deles é uma característica comum aos dois jornais, como será analisado no nível discursivo.

A título de ancoragem, observa-se alguns aspectos apresentados na reportagem de 22 de fevereiro de 2005 que divulga a morte de uma criança de 7 meses. No jornal “O Progresso” tem-se:



pais da criança, que partem em busca de fazê-la permanecer em *conjunção* com o *objeto-valor vida* levando a criança ao hospital, tentando alimentá-la:

Os pais da criança, [...] confirmaram a reportagem de **O PROGRESSO**, que a criança estava passando pela terceira internação.

‘[...] Aqui em casa não tem comida todos os dias, mas fome ela não passava’, disse o pai, que tem uma área de um hectare e meio na aldeia [...].

Os agentes da FUNASA, também aparecem como *sujeitos do fazer* ( $S_1$ ) que *querem-fazer*. Realizam várias vezes a *performance* de visitar a menina e sua família, *sujeito de estado* ( $S_2$ ), com o intuito de *modalizá-los* a acreditarem na necessidade dessa ajuda e chegam a atender a criança, mas a narrativa mostra que nem sempre alcançam seus objetivos: “Um dos médicos da Funasa, que preferiu não ter o nome divulgado, disse que a família da menina resistia em permitir o tratamento médico”. Apesar da assistência prestada à menina, mais uma vez o *programa narrativo* não se cumpre já que esta acabou entrando em *disjunção* com a *vida*. Nestes termos:

$$PN_1 = F \text{ (melhorar a saúde da criança) } [S_1(\text{o pai}) \rightarrow S_2 \text{ (a filha)} \cup O_v \text{ (vida)}]$$

$$PN_2 = F \text{ (melhorar a saúde da criança) } [S_1(\text{a FUNASA}) \rightarrow S_2 \text{ (a criança)} \cup O_v \text{ (vida)}]$$

Observa-se, ainda, que mais uma vez o jornal parece participar das ações da narrativa e no momento em que o locutor informa que: “A reportagem constatou que no lote, a família cultivava mandioca, milho e amendoim. [...]”, ele instaura-se como um *sujeito do fazer*, preocupado, que *quer-fazer* algo para ajudar nas investigações. Nestes termos:

$$PN_3 = F \text{ (ajudar na melhoria das condições de saúde) } [S_1 \text{ (o jornal)} \rightarrow S_2 \text{ (os indígenas)} \cup O_v \text{ (vida)}]$$

Na divulgação do mesmo caso pelo jornal “Diário MS”, verifica-se a recorrência de fazeres já apresentados no texto anterior e a permanência do clima de desconfiança frente às causas da morte:

Médicos alegam que família dificultou o atendimento; menina de sete meses morreu sábado, em Dourados

# Desnutrição mata mais uma criança

■ CRÍSE

## Tetila diz que não tem um tostão para o HM

"Não tenho um tostão para pagar", diz a mãe que se apresenta como Dourados. A mãe Tetila (PT) chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a menina de sete meses. A criança foi levada ao Hospital de Maternidade e pediatria da cidade, mas não conseguiu ser admitida porque não tinha dinheiro para pagar a internação. O médico disse que em Dourados apenas 1,5% a cada do orçamento do Estado vai para a saúde e não pode atender à demanda de pacientes hospitalares.

Seu pai morreu há 11 meses e ela é mãe solteira de três filhos. Ela não tem dinheiro para pagar o diagnóstico de uma doença. Tetila sempre se aplica para não se organizar no mundo. Hoje, Tetila não tem dinheiro para pagar o diagnóstico de uma doença.

Seu pai morreu há 11 meses e ela é mãe solteira de três filhos. Ela não tem dinheiro para pagar o diagnóstico de uma doença. Tetila sempre se aplica para não se organizar no mundo. Hoje, Tetila não tem dinheiro para pagar o diagnóstico de uma doença.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.



Tetila, mãe da menina, diz que não tem dinheiro para pagar o diagnóstico de uma doença

### Mãe solteira

A menina morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

Seu pai morreu há 11 meses e ela é mãe solteira de três filhos. Ela não tem dinheiro para pagar o diagnóstico de uma doença. Tetila sempre se aplica para não se organizar no mundo. Hoje, Tetila não tem dinheiro para pagar o diagnóstico de uma doença.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

O médico disse que a menina de sete meses morreu de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança. A mãe Tetila chegou ao hospital quase a paralisada de fome e a região de SUD (Serviço de Urgência de Dourados) não conseguiu atender a criança.

Figura 8: Desnutrição mata mais uma criança

A FUNASA é apresentada enquanto *sujeito do fazer* (S<sub>1</sub>), detentora do *poder, querer e saber-fazer*. Ela procura ajudar a família e a criança, *sujeito de estado*, (S<sub>2</sub>) visitando a família para consultá-la, doando suplemento alimentar e, finalmente, levando a criança ao

hospital, apesar de nem sempre a FUNASA ser bem recebida, como revelam essas afirmativas:

O médico Zelik Trajber, que trabalha com a saúde indígena, acusa a família da menina de ter resistido em aceitar o tratamento da equipe médica (*sic*).

[...] ‘Os agentes de saúde foram atrás, insistiram, mas quando conseguiram levar a menina para o hospital já era tarde’, afirmou.

O coordenador estadual da Funasa, Gaspar Hickimann, informou que a criança vinha tendo acompanhamento da equipe de saúde e recebia suplemento com leite ‘Nestogem’.

Constrói-se, assim, o seguinte programa narrativo:

$PN_1 = F$  (melhorar a saúde da criança) [ $S_1$  (a FUNASA)  $\rightarrow$   $S_2$  (a família/a criança)  $\cup$   $O_v$  (vida)].

Os pais são apresentados, nessa narrativa, apenas como *sujeito de estado* ( $S_2$ ) em *disjunção* com as condições de vida, que não *sabem*, ou não *querem-fazer* ficando na condição de virtualidade, como revela, sobretudo, a seguinte informação dada pelo médico da FUNASA:

[...] Segundo ele, a criança morava ao lado do Centro de Saúde da aldeia Bororó e, ao contrário das outras vítimas, sua família não enfrentaria dificuldades para conseguir alimentos.

De acordo com o médico, a família não permitia nem mesmo que a menina fosse tratada no Centrinho [...].

Diante da falta de apoio da família e das afirmações da FUNASA que parecem confirmar a condição de virtualidade dos pais, esses podem ser vistos, ainda, como *anti-sujeitos*, que impedem a ação do *sujeito do fazer* real; a FUNASA.

Observa-se que o *destinador-manipulador*, jornal, parece tentar operar com a manipulação por *provocação* em relação aos pais, coloca em dúvida as ações e as responsabilidades desses que podem ser culpados pelo que acontecer se não cumprirem com seus *deveres*.

Voltando-se para as questões semânticas, dessas duas narrativas, nota-se que o sujeito FUNASA, nas duas narrativas, detém o *dever*, o *saber-fazer* e o *querer-fazer*, ou seja, as *competências modais virtualizantes* (que instauram o sujeito) e as *atualizantes* (que qualificam o sujeito para a ação). Entretanto, sua ação, seu *poder-fazer* é invalidado porque o outro *sujeito*, pais da criança, está sob a suspeita de não *querer*, ou de não *poder-fazer* impossibilitado, possivelmente, pela ação da religião como se verifica nesses recortes: “[...] Um dos médicos da Funasa [...] disse que a família da menina resistia em permitir o tratamento médico, talvez por questões religiosas.” (“O Progresso”); “Trajber, não entrou em detalhes sobre os motivos que levaram a família a impedir o tratamento de Keli Arévalo, mas a resistência pode estar na questão religiosa [...]” (“Diário MS”).

Diante dessas quatro narrativas, abordando dois casos de mortes de crianças indígenas por desnutrição, é possível verificar a construção dos *enunciados*: quanto ao *enunciado de estado*, o sujeito crianças indígenas, que morrem, mantêm-se em relação de *disjunção* com o objeto *vida*, já os sujeitos entidades governamentais mantêm-se em *disjunção* com o objeto recuperação da saúde indígena. Em relação ao *enunciado de fazer*, que permite a passagem de um estado a outro, verifica-se a execução de alguns fazeres dos sujeitos FUNASA, Governo e familiares das crianças vítimas de desnutrição, fazeres mobilizados na tentativa de transformar a relação de *junção* conjuntiva do sujeito crianças indígenas com as más condições de vida, relação que pode levá-las a morte, mas as tentativas, por enquanto, não se mostram bem sucedidas. Entretanto, hora ou outra, na busca por transformação é colocada em jogo a capacidade de *fazer* dos sujeitos envolvidos, ou melhor, o não *querer-fazer*, como será melhor explicitado no nível discursivo.

Os *programas narrativos* verificados são, sobretudo, de *privação*, os sujeitos não conseguem entrar em *conjunção* com o objeto *vida*. Sujeitos que a todo o momento manipulam-se e são manipulados pela ação do *destinador-manipulador* e *julgador* – os jornais – que busca os “culpados” pela(s) morte(s) e que ora *intimida*, ora *provoca*.

Frente a essas observações e as análises realizadas, verifica-se a construção do seguinte *programa de base* pretendido, considerando que as narrativas, em conjunto, apresentam um percurso ainda “suspense”; a espera de um final para os casos de morte.

$P_n = F$  (recuperar a saúde infantil indígena) [ $S_1$  (Entidades governamentais/os familiares)  $\rightarrow S_2$  (crianças indígenas)  $\cup O_v$  (vida)]

$P_n = F$  (recuperar a saúde infantil indígena) [ $S_1$  (Entidades governamentais/os familiares)  $\rightarrow S_2$  (crianças indígenas)  $\cap O_v$  (vida)]

Cabe lembrar que esse *programa de base* resume a própria narrativa e está sempre circundado pelos outros *programas de uso* representados pelos *fazer*s que os sujeitos vão realizando ao longo da narrativa, com o intuito de atingir o *objeto-valor*. Entre os *fazer*s que constroem *programas de uso* destaca-se: levar a criança para o hospital, dar atendimento necessário, alimentá-la; *programas* que, discursivamente, ajudam a configurar, ao leitor, a dinâmica da construção de imagens.

### 3.2.1 Paixões nas reportagens divulgadas em 2005

Passa-se agora da semiótica da ação/fazer para a semiótica do *ser* do sujeito. Como já foi apontado no capítulo anterior, a semiótica se ocupa das ações na narrativa e também das relações intersubjetivas de *manipulação* entre destinador e destinatário; as *modalizações* do *fazer* e as do *ser* tratadas pela *semiótica das paixões*.

Tendo em vista as narrativas do *corpus*, sobretudo as analisadas no tópico anterior, observa-se que o *sujeito de estado*, pais das crianças vítimas de desnutrição, investem, ou dizem que investem, confiança no trabalho das entidades governamentais, sobretudo, na FUNASA, mas as crianças morrem instaurando, assim, uma sensação de *decepção*. Desta forma, os pais podem tomar as ações da FUNASA e, conseqüentemente as do Governo, como *mentirosas*, pois *parecem*, mas não *são*. Essa relação está bem marcada na reportagem de 26/27 de fevereiro de 2005, do jornal “O Progresso”, quando o pai da vítima afirma que: “[...] O pessoal só vem aqui quando morre; agora não adianta. Já é tarde, desabafou o pai do menino”. O mesmo verifica-se nesses recortes: “[...] O índio conta que está desempregado e há dois anos estava tentando obter uma cesta básica por meio do programa de segurança alimentar, mas que até agora não conseguiu.” (“Diário MS”, 10/02/2005), “[...] ‘Um dia antes da menina morrer o médico me disse que ela estava bem de saúde. Eu não entendo!’ , frisou”, (“O Progresso”, 22/02/2005)

Nesse caso, os pais sofrem a paixão *complexa e fiduciária*, já que não houve apenas um desejo por um objeto não alcançado, outros *estados passionais* foram mobilizados

e envolveu relação de confiança entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, antes da *decepção*, houve um estado de *espera* pela solução do problema, depositou-se a *confiança* no outro. Com a notícia da morte dos filhos, a *espera* não é satisfeita e os pais acabam dominados pela *aflição* e pela *insegurança*, paixões tensas, que seguem dos estados de *insatisfação* e a *decepção* e que os leva, também, ao *estado passional* da *falta*, após evidenciarem que não é possível confiar nos sujeitos responsáveis pela saúde indígena.

Em relação à FUNASA, nota-se, ao longo das narrativas, que ela também sofre um *estado passional*, pois cria uma expectativa, *espera* o apoio dos pais e do Governo, o que nem sempre ocorre, levando-a à insatisfação e à decepção, como revelam esses recortes: “De acordo com o médico, a família não permitia nem mesmo que a menina fosse tratada no Centrinho [...]” (“Diário MS”, 22/02/2005); “[...] Agentes da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) afirmaram, que por diversas vezes, foram até a casa de Isnardi [...], mas que foram impedidos pelo pai de fazer os exames” (“O Progresso”, 10/02/2005). Observa-se, assim, que ambos os sujeitos, pais e FUNASA, são atingidos por *estados passionais* que implicam a questão contratual que os envolve. Os pais acreditam no trabalho da FUNASA e do Governo; a FUNASA espera contar como o apoio dos pais e do Governo, porém a quebra desses *contratos* é marcada pela morte das crianças.

Nesse contexto, verifica-se a presença de *oscilações passionais* que oscilam entre a confiança inicial (*espera* relaxada) a insatisfação/ decepção (intensa) e que vão permeando as narrativas movidas pelo desejo de alcançar o *objeto valor* pretendido e pelo *contrato fiduciário*. No *contrato fiduciário* os sujeitos projetam no outro, no seu *fazer*, certa confiança, o que envolve o papel que o outro representa na narrativa, tendo em vista a garantia do *contrato veridictório*, no qual as coisas parecem verdadeiras. Mobiliza-se, assim, a *espera fiduciária*, na qual o *sujeito de estado* confia no *fazer* do *sujeito do fazer*.

Diante dessas explanações, tem-se que as *paixões* envolvem também os *simulacros* dos sujeitos envolvidos, a imagem que um sujeito tem do outro. Nas narrativas analisadas, visualiza-se que esses *simulacros* são postos em dúvida a todo o momento pelos jornais, já que para a semiótica não é possível ter acesso ao *ser* do sujeito, apenas a seu *parecer*. Assim procede Bertrand (2003, p. 379), sobre a projeção do *simulacro* ao tratar da enunciação passional: “A comunicação se estabelece então nesse segundo plano do

funcionamento discursivo: na troca passional, cada um dos interlocutores dirige seus simulacros aos simulacros do outro.”

Por fim, foram destacados no nível narrativo: os sujeitos, os percursos e os *fazeres* que se mobilizam em busca do objeto almejado. Nesse âmbito, algumas contradições permeiam esses *fazeres* e começam a despontar no texto. Ao longo do nível discursivo essas questões poderão ficar mais evidentes, já que é nesse nível que as ideologias se manifestam de uma forma mais patente, chegando a um denominador comum que congregue todos os níveis em um todo de sentido que é o discurso.

### 3.3 Nível discursivo e o plano de expressão

*A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. (FIORIN, 2005a, p. 75).*

Como no capítulo II, o nível discursivo da análise integra as projeções da enunciação no texto e a sua cobertura semântica onde se verifica a escolha de *temas* e de *figuras*. Além disso, serão realizadas aqui algumas considerações sobre elementos do *plano de expressão* e a relação desse plano com o *plano de conteúdo* na construção do *semi-simbolismo* por meio da fotografia que acompanha algumas das reportagens.

As projeções da enunciação acontecem de acordo com determinadas escolhas do enunciador de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, visando à construção de determinados efeitos de sentido no e pelo discurso, entendendo que:

[...] o sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir. Estudar as projeções da enunciação é, por conseguinte, verificar quais são os procedimentos utilizados para constituir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos. (BARROS, 2005, p. 54).

De forma geral, o texto jornalístico, originalmente, é um texto que procura mostrar a objetividade na divulgação dos fatos, por isso adota o uso, sobretudo, da *debreamentação enunciativa (ele-lá-então)*, o enunciador coloca-se enquanto observador dos fatos e narra o acontecido, as ações dos envolvidos. Entretanto, como ocorre nas reportagens analisadas no

capítulo anterior, o que se observa nas reportagens sobre os casos de desnutrição infantil indígena é a mesclagem com a *debreagem enunciativa*, principalmente no que se refere ao aspecto temporal. Veja-se esses recortes:

Uma menina indígena de sete meses morreu na madrugada de sábado no Hospital da Mulher de Dourados. Segundo a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), a criança morreu de complicações [...] (“O Progresso”, 22/02/2005).

A desnutrição fez mais uma vítima na reserva de Dourados [...].  
O médico Zelik Trajber, que trabalha com a saúde indígena, acusa a família da menina de ter resistido em aceitar o tratamento da equipe médica. (“Diário MS”, 22/02/2005).

Nesse sentido, nota-se nos exemplos o uso da *debreagem actancial enunciativa*: “Uma menina indígena de sete meses”, “a criança morreu”, “O médico Zelik Trajber”, enquanto o tempo revela-se *enunciativo*, marcado na utilização de verbos no pretérito simples e no presente: “morreu”, “fez”, “trabalha”, “acusa”, o que permite aproximar o momento do acontecimento e do momento da enunciação.

Cabe observar, ainda, que o jornal se coloca como uma fonte de informação “investigativa” diante do enunciatário e, após relatar, descrever ou fazer “comentários” acerca dos casos de desnutrição, em discurso indireto, delega voz aos diretamente envolvidos nos casos, entre eles, os indígenas, sobretudo parentes das crianças vítimas da desnutrição, que comentam a situação vivenciada por eles, com isso o enunciador consegue angariar mais veracidade ao texto e alcançar maior credibilidade dos interlocutores-leitores.

Como já foi possível perceber ao longo dos dois níveis anteriores, há implícito às reportagens um jogo entre diversas vozes divergentes que buscam soluções ou culpados pelas mortes das crianças indígenas, assim, apesar da procura em manter a objetividade, há escolhas que acabam por revelar determinadas intenções do enunciador.

Nesse sentido, analisar-se-á a instauração de *pessoa, tempo e espaço* em meio às estratégias textuais e discursivas, procurando mostrar que as reportagens revelam a existência de dois “caminhos que se bifurcam”: um que visa o distanciamento entre enunciador e os fatos narrados e o outro a aproximação. Ressalte-se que o maior número de reportagens publicadas em 2005 permitiu que se realizasse um encaminhamento um pouco diferente desse

nível, em comparação ao capítulo anterior; alguns aspectos ganham destaque e serão explorados com maior intensidade em tópicos específicos.

Retomam-se algumas reportagens para a análise de alguns aspectos textuais que se destacam nelas. No que se refere à reportagem do dia 10 de fevereiro de 2005, divulgada pelo jornal “O Progresso” – Figura 5, p.72 – na qual se parte da divulgação da morte de uma criança de 11 meses, nota-se que o enunciador não lança mão do discurso direto, prefere apenas contar o que aconteceu de acordo com suas investigações procurando simular certa distância dos fatos. O enunciador utiliza-se, então, do discurso indireto na variante analisadora de conteúdo “[...] para construir uma imagem do locutor” (FIORIN, 2002, p. 76) revela que: a criança chegou morta, o pai já tinha levado-a ao médico, que ele está desempregado, que os pais eram separados, que a FUNASA já havia tentado acompanhar o caso, mas a família não aceitava.

No entanto, observam-se algumas estratégias que revelam a tendência ao direcionamento da interpretação, entre elas, a presença do olho do texto, que destaca a informação “Criança já havia passado por tratamento no centro de recuperação”. Tendo em vista que a escolha da frase que compõe o olho do texto não é feita aleatoriamente, ela visa a destacar algum ponto do texto, essa informação permite inserir certo subentendido, o de que faltou assistência da família, já que a parte da FUNASA foi feita durante o tratamento no centro de recuperação, lembrando Ducrot (1987, p. 19), “[...] o subentendido permite acrescentar alguma coisa ‘sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita’”.

Na segunda parte do texto “Comissões” destaca-se, ao falar das comissões que estiveram visitando as aldeias do Estado, a crítica, a suspeita ao *querer-fazer* de um dos representantes do Governo imbuída, novamente, no conteúdo da colocação: “[...] o secretário nacional do Programa Fome Zero, José Baccarin, e vários representantes do governo do Estado também estiveram na região depois que o fato ganhou repercussão mundial”. A informação de que “estiveram na região depois que o fato ganhou repercussão mundial” subentende a crítica à falta de comprometimento do Governo do Estado que só “aparece” depois que os fatos ganham repercussão. Como destaca Fiorin (2005b, p. 184), “O subentendido é um meio de o falante proteger-se, porque, com ele, diz o que quer sem se comprometer.[...]”.

Além dessa crítica, velada, aos trabalhos do Governo têm-se os comentários nada implícitos: “A comissão foi embora sem apresentar propostas concretas ou emergenciais para melhorar os índices de mortalidade nas aldeias do Estado”, “[...] Até agora, nenhuma das comissões que passaram por Dourados anunciaram medidas concretas para acabar com a desnutrição nas aldeias locais”. E após informar que a FUNASA anunciou a construção de mais quatro centros de recuperação nutricional, comenta: “medida que dá a entender que os quadros de fome não serão sanados em pouco tempo”.

É possível verificar nos exemplos anteriores, que o enunciador põe em dúvida o efetivo cumprimento das *performances* apresentadas e, conseqüentemente, a imagem dos *sujeitos do fazer* envolvidos, implicitamente do Governo, já que as comissões são formadas por instituições governamentais. Marca-se aqui uma característica, sobretudo, do enunciador do jornal “O Progresso” de ir, aos poucos, comentando as atitudes, os *fazeres* realizados pelos sujeitos, o que permite aproximar-se do enunciatário e criar um *simulacro* positivo de si mesmo, ele se coloca como habilitado a fazer esses comentários.

Nota-se que a teoria da objetividade no texto jornalístico parece “cair por terra” frente a um tema polêmico como o tratado nessas reportagens; é o jogo entre o mostrar e o esconder ao mesmo tempo. Nesse sentido, após essas críticas explícitas é hora de mostrar que algo está sendo feito, por isso na terceira parte da reportagem aponta-se para a doação feita pela Conab, com a ajuda da prefeitura de Dourados: “[...] ‘O recebimento, transporte e distribuição desses alimentos ficaram por conta da Prefeitura de Dourados’, disse Rios”.

Outra estratégia que vem corroborar com as afirmações de objetividade velada é a escolha dos “textos do entorno”<sup>21</sup> que, ligados especificamente à temática da desnutrição, começam a ser comuns nas publicações do ano de 2005, o que marca a importância dada ao tema nesse período. Normalmente, os textos do entorno abordam assuntos ligados ao tema central do texto base: apontam iniciativas, discussões de alguns dos sujeitos envolvidos e ajudam, de uma forma ou de outra, a direcionar a interpretação das reportagens em foco e, conseqüentemente, a imagem dos sujeitos nelas envolvidos.

Diante disso, destaca-se na página de divulgação da reportagem do dia 10 de fevereiro, ao lado do texto principal, um texto menor inserido sobre a rubrica “Solidariedade”

---

<sup>21</sup> Os textos do entorno são definidos, neste trabalho, como os textos menores que dividem a página com a notícia principal.

e o título “Campanha vai ajudar indígenas desnutridos”, esse texto divulga uma campanha de arrecadação de alimentos em prol das crianças indígenas desnutridas. A campanha é promovida, sobretudo, pelo jornal “O Progresso” e “Douradosagora”. O enunciador faz questão de informar, nesse texto, que são essas duas instâncias enunciativas (empresas de comunicação) que vêm sensibilizando: “a comunidade e autoridades sobre a questão da desnutrição entre as crianças indígenas”, além de frisar, logo em seguida, que: “A partir de matérias publicadas em primeira mão por **O PROGRESSO**, o assunto ganhou destaque na mídia nacional e internacional”. Em resumo, ao trazer essas informações reafirma-se o *ethos* de cumplicidade do jornal com os sujeitos atingidos pela desnutrição, ou melhor, a relação argumentativa entre enunciador e enunciatário.

E, mais uma vez, numa estratégia de aproximação do público leitor destaca-se a presença da foto da criança morta inserida no alto da página. O corpo permite criar o efeito de realidade, *formante figurativo* para retomar Floch, estendido em posição vertical representa a morte, sensibiliza e possibilita a inferência da seguinte relação *semi-simbólica*: categoria semântica *morte versus vida (plano de conteúdo)* e a categoria plástica topológica da foto *horizontalidade versus verticalidade (plano de expressão)*. Ao ler uma reportagem com uma foto é como se o olhar instaurasse o próprio enunciatário no texto, por isso revela-se uma importante estratégia de aproximação, de persuasão.

Na reportagem do jornal “Diário MS” que trata do mesmo caso – Figura 6, p.76 – verifica-se que a abordagem não é muito diferente da analisada anteriormente, o enunciador vai, aos poucos, revelando suas críticas em relação aos possíveis culpados pela morte da menina.

Logo no início do texto nota-se que o enunciador faz questão de misturar, em contraste, a informação do anúncio de medida de emergência às aldeias com a notícia da morte da criança: “A notícia de que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vai anunciar hoje, às 11h, ações de emergências para as comunidades indígenas da região de Dourados, chegou tarde para uma criança da aldeia Jaguapiru [...]”, insere um tom de suspeita no *querer-fazer* do Governo marcado, sobretudo, na expressão de tempo “chegou tarde”.

No entanto, nesse texto, não é só sobre o Governo que recaem as críticas, destaca-se, também, as suspeitas em relação aos pais da criança, vítima da desnutrição. Nesse sentido,

apesar do pai tentar alimentar a filha e levá-la ao hospital, outras informações que são trazidas ao texto parecem revelar a falta de cuidados dos pais: primeiramente ao enfatizar as atitudes da madrasta que não quis receber a reportagem, como mostra a segunda parte do texto intitulada “Arco e flecha” e, logo depois, ao indicar, implicitamente, a partir de informações colhidas em entrevista com o pai da criança acerca de como vivia sua filha, a falta de compromisso dos pais, já que com nenhum deles a criança ficava por muito tempo. Vejam-se alguns recortes:

[...] a menina de quatro anos já chegou morta ao Hospital da Mulher, às 10h, para onde foi levada pelo pai [...]

[...] **DIÁRIO MS** tentou falar com o pai da criança, mas foi recebida de forma agressiva pela madrasta da menina, que correu atrás da reportagem com arco, flecha e pedras na mão.

[...] o pai contou [...] que a filha morava com ele a um ano, e que antes disso, ela estava com a mãe na aldeia Lima Campo [...] a filha já havia sido internada no Centro de Recuperação de Desnutridos, na Missão Caiuás, e que depois disso foi levada pela mãe para Lima Campo, e em seguida trazida de volta para a casa dele”.

[...] está desempregado e há dois anos tentando conseguir uma cesta básica através do Programa de Segurança Alimentar do governo do Estado. Na entrevista disse que alimentava a filha com sopa de mandioca e doces.

A partir dos recortes acima, observa-se que apesar do uso do discurso indireto e da *debreagem enunciativa actancial* manterem determinado distanciamento do enunciador em relação aos fatos narrados a *debreagem temporal enunciativa* continua se sobressaindo, marcada, sobretudo, no uso do pretérito simples e do presente permitindo a relação com o momento da enunciação, lê-se: “chegou morta”, “tentou falar”, “foi recebida”, “está desempregado”, “disse”.

Nessa perspectiva nota-se, mais uma vez, o jornal sendo inserido como aquele que se preocupa e vai atrás da causa da morte, emitindo para si um *ethos* positivo, de cumplicidade com o que é contado: “O **DIÁRIO MS** tentou falar com o pai da criança”. Diante disso, na terceira parte do texto, “Expulsos”, para provar a falta de cuidados dos pais, ou melhor, confirmar uma imagem negativa desses sujeitos é preciso buscar testemunhas: agentes da FUNASA. Veja-se o recorte:

[...] ‘O pai expulsou nossa equipe de lá. Antes disso, eu questioneei a madrasta para saber como ele estavam tratando a criança.[...].

De acordo com ele, a criança já havia sido internada no Centro de Recuperação de Desnutridos, dentro da reserva indígena [...]. ‘Antes mesmo de receber alta médica, uma das avós foi ao Centro e fugiu com a criança’, acrescenta.

A tendência é, por meio da delegação de voz a um ou a outro dos envolvidos, emitir, ainda que implicitamente, juízos de valor sobre a situação, sobre as mortes e sobre os sujeitos. No jornal, a delegação de voz tem “duplo efeito”: o de objetividade e o de parecer ser o dono da verdade. Como aponta Barros (2005, p. 58): “Seu discurso transmite, com ‘imparcialidade’, o saber de várias ‘fontes’, e o jornalista-observador congrega o conhecimento de todas elas e obtém, assim, a verdade ilimitada e absoluta”.

Cabe destacar, ainda, a escolha de algumas expressões usadas para caracterizar a recepção da reportagem pela família: “arco, flecha e pedras na mão”, foi recebido de forma agressiva”, “O pai expulsou nossa equipe de lá”, assim como os títulos dos “boxes”: “Arco e flecha”, “Expulsos”. Essas expressões funcionam como *figuras* que auxiliam na composição semântica do discurso, nesse caso, juntas elas compõem uma *isotopia* que ajuda a intensificar as acusações e a marcar esse direcionamento que constrói uma imagem negativa da família indígena, conceito que será melhor esclarecido no tópico seguinte.

Nesse contexto, observa-se a foto escolhida para ancorar as afirmações dessa reportagem: ao fundo, a imagem da casa da família e, em detalhe, no canto inferior direito, a foto da madrasta (mãe) da criança que aparece com um dos braços mais à frente e com a expressão facial “fechada” como a de quem fala de forma irritada. Essa foto parece representar o momento de expulsão da equipe do local, ajudando assim a ancorar as informações apresentadas na parte verbal da reportagem.

Novamente, cabe enfatizar a presença do texto do entorno que ajuda a direcionar a leitura da reportagem principal. O texto localizado ao lado direito da reportagem, “Ministério anuncia ação contra a desnutrição”, informa sobre um conjunto de ações de emergência que serão anunciadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e sobre algumas visitas às aldeias de Dourados. Visitas realizadas por profissionais de diversas áreas com o intuito de identificar possíveis causas da desnutrição. No entanto, ao mesmo tempo há críticas em relação a algumas iniciativas que já foram tomadas, como revela esse trecho:

“Outras medidas – nada preventivas – anunciadas [...]”. A exemplo desse texto, verifica-se que os textos do entorno, além de constituírem uma forma de direcionar a interpretação do leitor, situa-os a todo o momento no contexto de discussão no qual a notícia principal da página está inserida.

No que se refere às reportagens divulgadas no dia 22 de fevereiro, verifica-se que o jogo entre as versões das causas da morte são ainda mais acirradas. No jornal “O Progresso” – Figura 7, p.78 –, como já foi enfatizado no nível narrativo, o enunciador, em busca de explicações para o caso, reporta para o texto a voz do pai que tenta se mostrar como não negligente e que suspeita do atendimento dado à filha, como revela esse recorte:

[...] ‘Ela morreu de desnutrição mesmo, mas eu não sei explicar o porquê. Aqui em casa não tem comida todos os dias, mas fome ela não passava’, disse o pai, que tem uma área de um hectare e meio na aldeia. A reportagem constatou que no lote, a família cultivava mandioca, milho e amendoim. ‘Um dia antes da menina morrer o médico me disse que ela estava bem de saúde. Eu não entendo!’, frisou.

Verifica-se que os discursos do pai selecionados para essa reportagem são bem incisivos e explicitam a desconfiança, do pai, em relação aos trabalhos da FUNASA, entretanto destaca-se, também, que o jornal, ao trazer para o texto a afirmação do pai: “Aqui em casa não tem comida todos os dias, mas fome ela não passava”, constrói uma personagem que contradiz a si mesmo. No entanto, observa-se que logo após, o enunciador afirma que o jornal foi até o sítio e confirmou que: “a família cultivava mandioca, milho e amendoim” o que parece mostrar que o jornal quer, de certa forma, defender a posição da família, ou tentar manter uma certa imparcialidade.

Em relação aos trabalhos da FUNASA, o enunciador “parece” incitar o tom de denúncia, o que pode negativizar a imagem dessa instituição governamental, observe-se a seguinte afirmação do pai da vítima: “[...] ‘Um dia antes da menina morrer o médico me disse que ela estava bem de saúde. Eu não entendo!’, frisou”. Logo após, a FUNASA é chamada a falar via um de seus funcionários, funcionário que prefere não divulgar o nome atitude que pode instaurar a suspeita de omissão: “[...] Um dos médicos da Funasa, que preferiu não ter o nome divulgado, disse que a família resistia em permitir o tratamento médico [...]”. É o jogo

entre as várias versões, entre as várias vozes que são trazidas ao texto para imprimir determinada imagem aos sujeitos envolvidos.

E, diante da polêmica, a primeira parte do texto termina com a contra-resposta dos pais, em discurso indireto: “[...] O pai da criança confirmou à reportagem que os agentes da Funasa iam constantemente até a residência para prestar atendimento, no entanto, não quis dar detalhes sobre a rejeição da família ao tratamento [...]”. A informação de que os pais não quiseram dar maiores informações a respeito da acusação da FUNASA pode permitir, também, a inferência de que os pais tinham algo a esconder.

Nota-se que, ao longo de todo o texto, há uma certa intencionalidade em marcar, ora a suspeita em torno da FUNASA, ora nas ações dos pais, mas sempre de forma implícita procurando mostrar que o jornal se preocupa em verificar a validade das informações. O enunciadador instaura-se enquanto fonte investigativa que foi lá para comprovar: “A reportagem constatou”, o jornal constrói, reforça sua imagem, seu *ethos* de testemunha e mediador das informações divulgadas por ele a seu público leitor e cabe ao leitor julgar e tirar suas conclusões.

Por fim, há que se ressaltar a presença da foto que acompanha essa reportagem, ela possibilita traçar uma relação *semi-simbólica*. Nesse sentido, em relação aos *formantes figurativos*, a foto revela um grupo de pessoas composto por um homem, uma mulher e uma criança, que pelos traços físicos parecem ser indígenas, eles estão em um local cercado de plantações e logo à frente do homem vê-se uma cruz, destaca-se o tamanho da fotografia. Essa foto ocupa a maior parte do espaço da reportagem – quatro colunas – enquanto o texto escrito ocupa apenas duas, intensificando, assim, a importância dada a ela e permitindo chamar a atenção do leitor para o texto colocado ao lado.

No que se refere aos *formantes plásticos*, algumas características devem ser observadas, a começar pela posição dos sujeitos, verifica-se que eles foram dispostos em dois planos, num primeiro plano, parecendo saltar para fora do enquadramento, está o pai, um dos sujeitos que mais se destacou no texto escrito, e a sepultura da filha, com realce para o crucifixo colocado sobre essa sepultura representando a presença da religião na família e, num segundo plano, está a mulher com uma criança no colo. Cabe ressaltar, ainda, a preocupação do fotógrafo em situar, pela imagem, o local do sepultamento, destacando as plantações

situadas ao redor, o que permite criar uma sensação de realismo, além de constituir-se em um elemento que pode representar a fartura, a nutrição, a vida presente nesse contexto familiar.

Diante dessas observações, recorrendo às categorias plásticas que direcionam sua organização no *plano de expressão*, nota-se nessa fotografia que a mais notável é a categoria plástica topológica, a foto foi tirada de baixo para cima, na parte inferior tem-se a afirmação da morte no destaque dado à cruz (valor com o qual o sujeito não quer entrar em *conjunção*) e na parte superior o destaque às plantas e à família simbolizando a *vida* (valor com o qual o sujeito não quer entrar em *disjunção*). Sendo assim, verifica-se que o *semi-simbolismo* se manifesta na reportagem na relação entre a categoria semântica *morte versus vida* (*plano de conteúdo*) e a categoria plástica topológica da foto *inferior versus superior* (*plano de expressão*).

Para Barthes (*apud* PIETROFORTE 2004, p. 49) a parte verbal pode ser usada para ancorar, ou seja, explicar o que a imagem apresenta, ou como uma etapa que complementa o sentido da imagem. Nesse sentido, observa-se que nesse texto, assim como ocorre com as outras fotografias analisadas neste trabalho, a parte verbal ancora o que se visualiza na foto, evitando a polissemia e cumprindo a função de ancoragem, mesma situação se dá com a legenda da foto: “Pais sepultaram o corpo da criança no quintal de casa onde cultivavam milho, mandioca e amendoim”, ela vem comprovar, ancorar o que está pressuposto na foto; a composição familiar.

Cabe destacar, também, tendo em vista que o jornal constitui-se um todo de significação (apesar de não ser o jornal como um todo o objeto deste trabalho), a presença do texto que divide a página com essa reportagem; ele aparece sobre a rubrica “Investigação” e o título “MPE apura desnutrição nas aldeias” e aponta iniciativas do Ministério Público Estadual frente aos casos de morte, constituindo-se, também, em uma forma de direcionar a construção dos sentidos da reportagem central, já que, ao apontar a iniciativa do órgão governamental, está, implicitamente, apontando para um possível posicionamento do Governo.

No que se refere à reportagem divulgada pelo jornal “Diário MS” – Figura 8, p. 80 – o enunciador parece inserir as suspeitas quanto à morte da criança, especialmente, em torno da família, como marca o subtítulo: “Médicos alegam que família dificultou o atendimento; menina de sete meses morreu sábado, em Dourados”.

Utilizando-se de discurso direto, o jornal ancora-se em colocações do médico da FUNASA e, como a colocação do médico também deixou dúvidas, busca o discurso de um dos familiares, tio da criança, que também vem intensificar a desconfiança nos cuidados dispensados pela família:

De acordo com o médico [...] a resistência pode estar na questão religiosa. ‘Os agentes de saúde foram atrás, insistiram, mas quando conseguiram levar a menina para o hospital já era tarde’, afirmou.

O capitão da aldeia Bororó Luciano Arévalo, tio de Keli, concorda que pode ter sido negligência por parte dos pais, mas não sabe informar porque os pais agiram dessa forma.[...] ‘Pelo que sei eles teriam até se afastado da igreja’, revela.

Trazer para o texto a versão de um dos familiares aumenta a credibilidade nas informações e a expectativa do leitor no que ele diz, funciona como uma voz de autoridade que é requerida para ancorar as informações divulgadas. Cabe enfatizar a escolha do verbo discendi “revelar”, utilizado após a fala do tio da criança destaca-se como um recurso que direciona a leitura do texto. Além de indicar o ato de enunciar, o verbo cumpre sua função de dar “informação sobre o ato de dizer” (FIORIN, 2002, p. 79), uma vez que, inserido após a fala do tio pressupõe que algo estava escondido e que essa informação ajuda a esclarecer alguma dúvida ou suspeita.

Diante dessas suspeitas, o pai da criança morta é chamado a falar, a se defender das possíveis acusações de falta de cuidados e de colaboração com os trabalhos da FUNASA. Instaura-se outra suspeita, agora, com relação aos cuidados da FUNASA:

O pai da menina morto (sic), Tiburcio Fernandes Oliveira, nega as acusações de negligências apontadas pelo médico Zelik. ‘Nunca negamos um atendimento por parte da Funasa’, afirma ele.[...]

Ele conta que a morte da filha foi uma surpresa [...]. Ele diz ter sido informado que a criança estava fora de perigo: ‘No outro dia vieram nos avisar que ela havia morrido, quase não acreditei’, conta.

Destaca-se, ainda, que as informações que compõem a fala do pai: de não proibição do atendimento médico e de surpresa com a morte da filha é a mesma que aparece

na legenda da foto: “Tibúrcio, pai da menina, nega que tenha dificultado o trabalho e alega que morte foi surpresa”. Foto que, num primeiro plano, destaca a presença do pai da criança num movimento com a mão direita, o que parece revelar o momento em que ele dava explicações sobre o caso. O conjunto foto e legenda parece resumir o direcionamento dado pela reportagem em relação às atitudes dos familiares e ao tratamento médico dado à filha: no mínimo suspeitosa.

O texto termina com a fala do pai e a permanência da dúvida acerca de qual das duas posições, versões são confiáveis: a dos familiares ou a da FUNASA, cabe ao leitor decidir ou esperar para ver:

Tiburcio, não deu maiores explicações, mas revela que as acusações contra ele e sua esposa são formas de represálias do médico. [...] ‘Não sou contra a Funasa, pelo contrário, gosto do trabalho, por isso, nunca seria contra o órgão’, observou.

Verifica-se, mais uma vez, a importância da utilização do discurso direto nesse tipo de texto polêmico. Assim destaca Barros (2005), retomando definições de Ducrot, o jornal se coloca como locutor (no papel de porta-voz) do enunciador (responsável pela produção do discurso) para que os outros assumam a enunciação. O discurso direto é entendido pela lingüista como efeito de realidade ou referente, visto como “debreagem interna” ou de segundo grau: “Quando, no interior do texto, cede-se a palavra aos interlocutores, em discurso direto, constrói-se uma cena que serve de referente ao texto, cria-se a ilusão de situação ‘real’ de diálogo” (idem, p. 59).

Quanto ao texto do entorno, ele apresenta-se, à esquerda, seguindo a extensão vertical da reportagem. O texto destaca logo no título: “Tetila diz que não tem um tostão para HM”, ajudando a imprimir uma imagem negativa das entidades políticas responsáveis pela saúde do município e a situar o contexto de “crise” em que se encontra a saúde indígena em Dourados, como a rubrica desse texto indica.

Diante desses exemplos, percebe-se de que forma, escolhendo aqui e ali as versões dos envolvidos nos casos, os enunciadores dos jornais manipulam a interpretação dos fatos que se dá por meio da articulação da enunciação no enunciado. Nesse contexto, destaca-

se a *debreagem interna* “simulacro da enunciação” (FIORIN, 2002, p. 72) que permite, ao enunciador, aproximar-se e distanciar-se do enunciatário ao mesmo tempo.

Os jornais, “O Progresso” e “Diário MS”, podem ser vistos como *sujeitos do fazer*, para além do caráter “investigativo” das informações – como foi destacado nas estruturas narrativas –, e para além do enunciado, na relação com o público-alvo. Os jornais inserem-se como *sujeitos do fazer* que *sabem e querem-fazer* algo para ajudar na resolução dos fatos, ou melhor, na investigação das causas de mortes por desnutrição. Por outro lado, essa disposição em contribuir com as investigações, envolve pensar também que esses sujeitos se vêem no *dever de fazer*; pois, enquanto empresas de comunicação, são manipulados por *tentação*: se conseguirem mais informações ganham mais leitores, e por *sedução*: é necessário manter uma imagem favorável obtida pela construção de um *simulacro* de apoio aos sujeitos envolvidos, é a dinâmica dos discursos de massa que “manipulam e são manipulados” constantemente.

### 3.3.1 Cobertura semântica: temas e figuras

As categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço* também recebem investimentos semânticos que podem ser *temáticos* ou *figurativos* e, de acordo com a intenção do sujeito da enunciação os temas propostos são *figurativizados*. Como indica Barros (2005, p. 68) é com o *percurso temático e figurativo* que o sujeito da enunciação consegue manter: “[...] a coerência semântica do discurso e cria, com a concretização figurativa do conteúdo, efeitos de sentido, sobretudo de realidade”.

Os textos em análise são predominantemente figurativos, tendo como *tema* principal a desnutrição infantil indígena, são recobertos pelas *figuras* que lhes dão ancoragem necessária para sua concretização: os pais, as crianças, os agentes da FUNASA, o Centro de Recuperação de Desnutridos, o Hospital da Mulher, a aldeia.

Nesse contexto, entre outras, cabe destacar a reportagem de 25 de janeiro de 2005, publicada pelo jornal “Diário MS”, que pela escolha das *figuras* e *temas* utilizados para a exploração da temática desnutrição infantil indígena, provocou reações, principalmente, de políticos preocupados com a “imagem” da cidade de Dourados. Na época, o prefeito da cidade, Laerte Tetila, após a divulgação desse texto, condenou a imprensa de “querer

transformar Dourados em um ‘campo de concentração’”, como revelou o chefe de redação do jornal “Diário MS”, em nota, no dia seguinte (“DIÁRIO MS”, jan. 2005, p. 7). Veja-se a reportagem na página seguinte:



Logo que o leitor se depara com esse texto, especialmente duas escolhas ajudam a emitir um *simulacro* negativo das aldeias de Dourados: o título, “Aldeias viram ‘Etiópia brasileira’”, e as fotos, escolhas que auxiliam na composição do que a semiótica chama de *isotopia*.

A *isotopia* pode ser *temática* “surge da recorrência de unidades semânticas abstratas em um mesmo percurso temático”, ou *figurativa* “caracteriza os discursos que se deixam recobrir totalmente por um ou mais percursos figurativos”. (BARROS, 2002, p.125). No que se refere a esse texto, nota-se a presença da *isotopia temático-figurativa*, é a temática da fome, da miséria, do abandono que perpassa o texto permeado pelas figuras representadas pelas vítimas da desnutrição.

Destaca-se a recorrência das expressões: “fica chocado”, “desnutrição severa”, “agonizam”, “tão grave” e “realidade assustadora”, além dos dados indicados no subtítulo: “Dados da Funasa mostram que 14% das crianças das aldeias de Mato Grosso do Sul tem desnutrição severa” e que são retomados na legenda: “Casos de desnutrição grave atingem 14% das crianças”, escolhas que se revelam pistas para reforçar a temática da fome, da miséria e, conseqüentemente, emitem imagens degradantes da situação e das crianças envolvidas.

Nesse contexto a palavra “Etiópia”, no título da reportagem, funciona como um *desencadeador de isotopia* que ocorre quando “um elemento desencadeia uma isotopia quando não pode ser integrado a uma dada leitura já reconhecida. Os resíduos de isotopia obrigam, assim, a propor-se um novo plano isotópico.”( BARROS, 2002, p. 126). Nesse caso, “Etiópia” instaura uma nova *isotopia espacial*, ou seja, um outro plano de leitura para a realidade das aldeias brasileiras, sem que se perca a coerência do discurso.

O *desencadeador de isotopia* desse texto marca também a instauração de um interdiscurso. Orlandi (2005, p. 33) trata do conceito de interdiscurso, no âmbito da Análise do Discurso francesa, ao falar da memória discursiva, nesse caso entende o interdiscurso como: “aquilo que fala antes”, “o já-dito”, ou seja, considera-se que todo discurso já foi utilizado e traz consigo outros já ditos que influenciam no modo como o sujeito articula seu discurso: “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”.

Nesse caso, ao recorrer à Etiópia, para compará-la com a situação em que se encontram as aldeias de Dourados, reativa-se na memória do enunciatário a imagem que o

povo etíopiano representa para o mundo ocidental: descaso, fome e miséria, o que é automaticamente transferido para a situação das aldeias brasileiras. Auxiliando na construção dessa imagem, pontua-se, ainda que não seja o enfoque desse tópico, as fotos que, em destaque, parecem representar a realidade das crianças indígenas, ajuda o enunciador a convencer o enunciatário de que o que ele está apresentando é verdadeiro, pois “fazer ver é fazer crer” (BERTRAND, 2003, p.155).

Nesse contexto, em relação aos *formantes figurativos*, a foto revela crianças em estado de desnutrição, duas delas se apresentam deitadas e a que está em pé não realiza esse ato sozinha, mas é auxiliada por alguém. Essas formas de disposição das crianças intensificam, comprovam a situação de debilidade em que se encontram. As fotos ocupam a maior parte do espaço da página permitindo chamar a atenção do leitor para o texto verbal colocado ao lado. No que se refere aos *formantes plásticos*, destaca-se, mais uma vez, a categoria topológica, ressalta-se a preocupação do fotógrafo em situar, pela imagem, a situação crítica em que se encontram as crianças indígenas, as fotos, principalmente a que se localiza na parte superior, foi feita em *close* para destacar a fragilidade dessas crianças, o que chama atenção e cria uma sensação de realidade. Estabelece-se, assim, a seguinte relação *semi-simbólica: morte versus vida, no plano de conteúdo e verticalidade* (deitada) *versus horizontalidade* (em pé), *no plano de expressão*.

Cabe destacar, ainda, que a utilização do verbo “viram” no título da matéria, permite a instauração de um *pressuposto*, o de que as aldeias brasileiras já foram melhores. Ao utilizar-se do *pressuposto* o locutor indica uma informação comum a ele e ao interlocutor, imprimindo certa cumplicidade entre eles, característica própria desse tipo de recurso, como afirma Ducrot (1987, p. 20): “Introduzindo uma idéia sob forma de pressuposto, procedo como se meu interlocutor e eu não pudéssemos deixar de aceitá-lo.”

Observa-se também que, diante da análise da *cobertura figurativa* que compõe as reportagens sobre os casos de desnutrição, há a constituição do *espaço* e do lugar sobre o qual os sujeitos se movimentam, principalmente o sujeito indígena. Vejam-se alguns recortes que dão informações sobre as condições e o modo de vida dos indígenas:

[...] disse o pai, que tem uma área de um hectare e meio na aldeia. A reportagem constatou que no lote, a família cultiva mandioca, milho e amendoim. (“O Progresso”, 22/02/2005).

[...] a reportagem do **O PROGRESSO**, foi até a casa da família na aldeia Bororó e constatou que o menino vivia em condições precárias de higiene e de extrema miséria. Num pequeno barraco de sapé e lona, medindo 2x3 metros, Solivam morava com o pai, a mãe e mais um irmão de um mês de vida.[...]” (“O Progresso”, 08/03/2005 ).

No casebre coberto de palha onde o corpo foi velado, a mãe do menino contou que o filho estava internado há 15 dias.[...] (“Diário MS”, 08/03/2005).

As escolhas de determinadas *figuras* dão conta de um *espaço* que é do outro, da vítima, da família. E dentro desse *espaço* tem-se a caracterização do lugar em que vive esse outro – o indígena: moram em “casebres” cobertos de lona, de sapé e plantam alimentos apenas para a sua subsistência: “mandioca, milho e amendoim”. Escolhas que são reforçadas na seleção das fotos e que parecem revelar certa necessidade do sujeito não-índio em marcar a diferença, ou como destaca Landowski (2002, p. 25), ao trabalhar a lógica da identidade: “[...] um sujeito não pode, no fundo, apreender-se a si mesmo enquanto ‘Eu’, ou ‘Nós’, a não ser negativamente, por oposição a um ‘outro’, que ele tem que construir como figura antitética a fim de poder colocar-se a si mesmo como seu contrário”.

### 3.3.2 O tempo: a progressão em nome da atualização

A ancoragem temporal das reportagens em análise é um fator que chama a atenção por permitir, assim como a instauração da enunciação, o efeito de distanciamento e de aproximação contínua. Lembrando que para a semiótica, a temporalização é definida tendo por base o presente, o *agora*, verifica-se que nas reportagens os textos se marcam pela relação do pretérito, sobretudo, ao longo da narração: “morreu”, “estava”, “confirmou” e do tempo presente nos títulos, como por exemplo: “Desnutrição mata mais um em Dourados” (“O Progresso”, 22/02/2005). Tempo do acontecimento narrado, da enunciação, que simula a idéia de que, a exemplo desse caso, outros continuam acontecendo no momento em que esse é divulgado.

A recorrência de verbos como “mata” sugerem uma atualização dos fatos, permite aproximar enunciador e enunciatário na discussão de um problema comum. Além disso, o que chama a atenção nas reportagens sobre os casos de desnutrição infantil indígena é o efeito de

progressão instaurado, sobretudo, pelos títulos, subtítulos e subtítulos das reportagens, o que ocorre em ambos os jornais. Veja-se:

No jornal “O Progresso” tem-se<sup>22</sup>:

*Saúde*

**Fome ainda mata crianças em aldeias**

Sem estrutura adequada, Funasa não consegue evitar índices negativos; número de óbitos cresce anualmente (21/01/2005)

*Fome*

**Desnutrição mata criança em aldeia**

Índigena tinha três anos e 11 meses de vida e, conforme atestado de óbito, estava com desnutrição (10/02/2005)

*Saúde*

**Desnutrição mata mais um em Dourados**

Criança tinha sete meses de vida, estava na terceira internação e pesava três quilos e seiscentos gramas (22/02/2005)

*Miséria*

**Desnutrição mata a 4ª criança indígena**

Menina de 1,3 ano, vítima de desnutrição, morreu a caminho do hospital da Missão, Reserva de Dourados (25/02/2005)

*Desnutrição*

**Em 15h, fome mata duas crianças**

Entre sábado passado e quinta-feira, três morreram vítimas de desnutrição na aldeia de Dourados (26-27/02/2005)

*Calamidade*

**Morre a 6ª criança indígena**

Médico registra morte de causa desconhecida, porém a mãe da vítima diz que ela passava fome (28/02/2005)

*Mais um*

**Morre a 21ª vítima de desnutrição**

Funasa diz que causa da morte é hidrocefalia, doença que produz água no cérebro (18/04/2005)

---

<sup>22</sup> Alguns destaques nas fontes foram realizados por nós para uma melhor separação das partes: em itálico está a rubrica e em negrito os títulos.

No “Diário MS”:

Médicos alegam que família dificultou o atendimento; menina de sete meses morreu sábado, em Dourados

**Desnutrição mata mais uma criança (22/02/2005)**

Falta de condições para preparar o alimento é outro problema apontado por médico; falta até lenha

**Desnutrição faz a quarta vítima (25/02/2005)**

Menino índio de três meses de idade morreu quarta-feira à noite em um hospital de Dourados

**Desnutrição faz a sexta vítima (04/03/2005)**

Caso de menina que morreu no dia 8 de fevereiro foi descoberto ontem pelo **Diário MS**

**Nove crianças índias morreram este ano em aldeias de Dourados (08/03/2005)**

Funasa diz que apenas duas crianças morreram de desnutrição, mas reconhece que as outras estavam desnutridas

**Desnutrição mata 20 índios em 3 meses (31/03/2005)**

Diante desses exemplos, verifica-se que a relação entre passado e presente é constante. Além de haver uma preocupação em criar a idéia de continuidade, de acompanhamento dos casos, como revelam as expressões “ainda”, “mais um”, “continua”, há ainda o propósito em marcar os números de morte: “a 4ª criança”, “a 6ª criança”, “20 índios em 3 meses”, o que também auxilia nesse efeito de continuidade e aumenta a expectativa do leitor. Reforça-se, assim, o *ethos* do jornal como aquele que se preocupa com o assunto divulgado, principalmente porque tem acompanhado os casos desde o início.

Cabe ressaltar que esse efeito de progressão também atinge o interior das reportagens que, ao falar de um caso, retomam outros já ocorridos, pela referência a eles, ou

diante do número de mortes que representam. Na reportagem de 28/02/2005, divulgada pelo jornal “O Progresso”, por exemplo, após divulgar mais um caso de morte por desnutrição, abre-se um subtítulo “Vítimas da fome”, no qual resgata os casos de mortes, por desnutrição, já ocorridos e que são elencados em destaque:

[...] Rosivaldo foi a quinta vítima da desnutrição.

A quarta vítima da desnutrição nas aldeias de Dourados foi a indígena Jenifer Duarte Gonçalves [...]

A terceira vítima de desnutrição na aldeia foi uma menina indígena de sete meses [...].

O tempo e os números são usados no discurso jornalístico como forma de argumentar, de provocar indignação diante das mortes das crianças indígenas, mostrando em que ponto chegou à situação. Destaca-se que essa preocupação em marcar os números de mortes é mais freqüente no jornal “O Progresso”, do que no “Diário MS”.

O jogo entre o tempo, os fatos e a ênfase nos números, ajuda a ativar a memória discursiva do leitor. Memória sempre reativada pelo enunciador que não o deixa “esquecer” do que vem sendo vivenciado, ou melhor, de tudo o que já foi divulgado pelo jornal. São retomadas de fatos, próximos ou distantes, que levam à reflexão, como afirma Barbosa (2003, p.115): “a reflexão sobre os acontecimentos presentes permite fazer com que o passado retorne, seja interpretado e novas significações sejam construídas.”

Cabe observar ainda, tendo em vista a construção de um todo de sentido, a escolha das seções e das rubricas por meio das quais as reportagens são divulgadas. Quanto à seção, no jornal “O Progresso”, as reportagens citadas localizam-se na seção “Dia-a-Dia” que, normalmente, registra informações ocorridas no cotidiano do município de Dourados. Esse fato revela a intenção do jornal em apresentar a problemática da desnutrição indígena como algo que faz parte, também, do cotidiano dos não-indígenas que convivem próximos a essa realidade. Proximidade que é ainda mais acentuada no jornal “Diário MS”, no qual as reportagens aparecem na seção “Cidade”, ou seja, incorporadas às discussões de assuntos comuns à zona urbana, o jornal aproxima os problemas enfrentados entre os dois espaços: a cidade e a aldeia.

No que se refere às rubricas, elas estão presentes apenas no jornal “O Progresso”. As rubricas acompanham a evolução das notícias sobre a desnutrição infantil indígena e, por isso, mudam ao longo do tempo, ao que parece tentam “traduzir” a intensidade do problema, vejam-se: “Saúde”, “Fome”, “Miséria”, “Índios”, “Desnutrição”, “Calamidade”, “Mais um”, com destaque para a rubrica “Calamidade”, que aparece em 28 de fevereiro, período em que as discussões em torno das mortes por desnutrição foram mais intensas e para a rubrica “Mais um” que marca o pressuposto, irônico e crítico, do contínuo número de mortes.

Verifica-se, assim, que há uma tentativa de reativar a todo o momento a partir do intradiscorso, sentidos cristalizados na sociedade por efeito dos textos que sempre estão retomando sentidos pré-existentes na sociedade, como afirma Foucault (2005, p.26), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Nesse sentido, observa-se a partir da análise das reportagens jornalísticas, que a mídia acaba por representar um papel de mediação entre leitores e a realidade, considerando que: “[...] O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2003, p. 97). O discurso se caracteriza por um não distanciamento do tempo, do acontecimento narrado. O tempo que a história narra está em curso, é o presente que se coloca entre o passado e o futuro. Por isso, as reflexões sobre os acontecimentos presentes permitem fazer retornar o passado que pode ser reinterpretado, fazendo surgir novas significações.

Em última análise, diante dos aspectos abordados nesse e no capítulo anterior, cabe destacar que, ao longo dos textos, determinadas escolhas mobilizam um tipo de *paixão* não tratada ao longo do nível narrativo, pois versa acerca de uma *paixão* do *nível discursivo* analisado com ferramenta do *nível narrativo*: é a *paixão* da *piedade*, ligada à estratégia de aproximação actancial e espacial; a “empatia”.

A empatia é destacada por Hernandes (2005, p. 80-85) ao trabalhar as estratégias de persuasão nos jornais, refere-se à empatia como uma estratégia usada para despertar “afetos” do público leitor a partir da identificação entre actante da enunciação e do enunciado. Por isso, estudar a empatia, como acentua o autor, “[...] não deixa de ser uma das muitas conseqüências da opção teórica de um estudo da enunciação como narrativa, como

espetáculo, já que expande questões do universo passional entre os actantes narrativos para os actantes da enunciação” (idem, p. 80).

Nas reportagens, as informações da falta de assistência, das mortes, a escolha das frases dispostas na janela no meio do texto, como nesse exemplo: “Criança foi internada com forte diarreia e pesando a metade do peso normal” (“O Progresso”, 22/02/2005); dos títulos: “Desnutrição mata mais um em Dourados” (“O Progresso”, 22/02/2005), “Aldeias viram ‘Etiópia brasileira’” (25/01/2005, “Diário MS”) e das fotos que, normalmente apresentam imagens de crianças em estado de desnutrição severa, ou das sepulturas, do velório das vítimas, são recursos que produzem efeitos de realidade, que conduzem ao despertar da  *piedade*. Diante dessas escolhas, o leitor sente-se comovido com o caso, sobretudo, por envolver vidas de crianças, e é  *modalizado* a entrar em  *conjunção* com a notícia a ser lida.

Finalizando esse capítulo, é necessário retomar a idéia de “intertextualidade contextual”, desenvolvida no início do capítulo II. Nota-se que ao longo dos níveis, o conflito ideológico se manifesta no entremeio das ações dos sujeitos, mas é no discursivo que ele se revela mais intensamente por meio das escolhas argumentativas, de  *temas* e  *figuras* que sustentam formações ideológicas firmadas na história.

Os sentidos das reportagens analisadas sofrem influência de outros discursos que envolvem os sujeitos aqui apresentados, índios e não-índios, e que dialogam entre si. Nesse sentido, buscando na história os discursos sobre os indígenas observa-se que permanece um discurso que os vê como minorias marginalizadas frente aos não-indígenas: ocupam um espaço que não deveriam ocupar, como aponta a Carta de Caminha; que têm como único valor o de servir, como ocorre no início das explorações das riquezas do país e como ainda ocorre hoje nas disputas por terras, por espaço e por melhores condições de vida.

#### 4 CONCLUSÃO

##### *Tecendo a Manhã*

*Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

(MELO NETO, 2002, p. 13)

A proposta deste trabalho foi a de observar, analisar e desvendar, a partir de pistas que o próprio texto deixa entrever, a constituição de imagens e de sentidos que perpassam as reportagens sobre os casos de desnutrição infantil indígena em 2004 e 2005, divulgadas pelos

jornais “O Progresso” e “Diário MS”, tendo em vista, como se apontou ao final da introdução, que, o que se apresenta é uma dentre tantas outras leituras possíveis do mesmo objeto.

Com essa finalidade percebeu-se que de fio em fio foram se constituindo sujeitos, papéis e imagens numa rede que se enlaça entre fatos passados e futuros. É a mídia e seus meandros que a cada dia, em cada “nova” reportagem, lança ao outro seu grito, em busca de que o outro o apanhe e o lance a outro, num constante processo de ida e vinda sem fim.

Nesse contexto, entende-se que a dinâmica do grito só é possível diante das relações estabelecidas a partir da “intertextualidade contextual”, essa que aproxima os discursos que perpassam os capítulos II e III desta dissertação. Ela possibilita, entender o grito no âmbito dos vários discursos sobre os indígenas que circularam na sociedade e, ainda, os próximos que irão se formar, por exemplo, influenciados por esses que tratam dos casos de desnutrição infantil indígena.

Cabe lembrar que no *corpus* analisado tudo é tecido a partir das lentes da mídia local – jornais douradenses –, produzidos por sujeitos que vivem na confluência dos problemas que afligem índios e não-índios, dispondo, nesse tear, dos fios do dia-a-dia dos leitores do sul do Estado de Mato Grosso do Sul. E foi assim que as notícias sobre a desnutrição indígena tomaram forma e alcançaram espaços a ponto de movimentar jornais do Brasil e do mundo, incomodando e, conseqüentemente, dando IBOP.

Nesse sentido, o capítulo II, com as análises de reportagens divulgadas em 2004, pôde apontar para uma ampla contextualização da temática frente ao todo, ou seja, os anos de 2004 e 2005. Neste período, a divulgação de casos de mortes de crianças indígenas por desnutrição aparece permeada nas discussões dos problemas de infra-estrutura que afligem as aldeias, sobretudo, as da região de Dourados e que podem gerar a desnutrição. Surgem os sujeitos envolvidos nos casos: os jornais, os indígenas, os representantes políticos, as entidades governamentais, o Governo. Tais sujeitos, no desenrolar da narrativa, se revelam atores - implícitos ou não - que deixam entrever em suas ações, suas formações ideológicas.

A situação é tensa e as afirmações começam a girar em torno de suspeitas, na busca por culpados pelas más condições de vida nas aldeias. E os jornais enquanto “oleiros do discurso” vão moldando, estrategicamente, as reportagens. Para isso, utilizam-se de diversas

estratégias textuais e discursivas que são concretizadas, principalmente, na instauração das *peessoas, do tempo e do espaço*.

As *peessoas* definidas nas situações de enunciação se instalam, sobretudo, no jogo das *debreagens internas* que: “[...] salta depois do discurso indireto para referenciar o que dizia o narrador” (FIORIN, 2002, p. 46). *O espaço* é apresentado como um *lá* (a aldeia), mas que não deixa por ora de representar um *aqui*, tendo em vista parte do público-leitor: os indígenas e a população de Dourados, público que convive diariamente com a presença dos problemas por que passam os “vizinhos”. Esse *lá* é, em cada reportagem, *figurativizado* aos olhos do leitor que vai construindo em si a imagem de uma localidade específica. *O tempo* sofre a confluência do *então* e do *agora*, ou seja, da *debreagem enunciva* e da *enunciativa*; a recorrência a temporalidades de ontem, anteontem, enunciativos, expressão uma anterioridade em relação ao hoje, ao presente – pretérito perfeito 1. Nesse contexto, o efeito é de presentificação dos casos a cada “nova” reportagem, como marca Santo Agostinho, retomado por Fiorin (2002, p. 130-131), só o presente pode ser medido, mas ele também não tem existência fixa, por isso a importância de se reativar a memória a todo o momento.

Os sujeitos se emaranham em constantes buscas que revelam seus papéis na narrativa. Entre sujeitos, *performances, manipulações* que vão sendo postas em análises pelas lentes do texto jornalístico, os indígenas parecem constituir-se enquanto estereótipos do abandono, das más condições de vida, isso faz pensar no que reflete Landowski (2002, p. 13), ao falar dos estereótipos, “[...] estereótipos que, uma vez construídos, só farão, uns e outros, reforçarem-se na mesma proporção do uso repetido que deles será feito. O discurso das mídias, evidentemente, cumpre um papel determinante nisso”.

O destaque dado ao indígena nas páginas dos jornais, freqüentemente para trazer informações negativas acerca de sua forma de vida, retrata a própria maneira do não-índio se constituir enquanto pessoa. Landowski (2002, p. 34) lembra que o *Nós* de referência só pode constituir-se frente à configuração da alteridade dos terceiros dos quais ele deseja se diferenciar, assim também o *Outro* “[...] só poderá (re)conhecer a si mesmo e assumir sua própria identidade (re) construindo por sua própria conta a figura do grupo que o exclui ou marginaliza, ou, se for o caso, perante o qual ele faz questão de marcar sua ‘diferença’ e suas distâncias”.

Tal dinâmica se verifica desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Tomando como referência a Carta de Caminha, era preciso caracterizar esse *Outro* que aqui se encontrava para se definir enquanto *Nós* brancos, é preciso destacar diferenças, construir *simulacros*, como marca Limberti (2003, p. 42), ao falar da Carta de Caminha:

[...] discursiviza a identidade do índio pelas diferenças, manifestadas tanto por presença quanto por ausência, opondo os valores reais ou presumidos das civilizações em contato, visto que as relações intersubjetivas regem-se por uma realidade semiótica, veiculada por simulacros.

As pessoas vão “lendo” os indígenas e os demais sujeitos envolvidos nas notícias, por meio dos fios que lêem nos jornais. Aos jornais cabe, não só enquanto “meio” de comunicação, mas, sobretudo, enquanto mídia, a responsabilidade de informar, ou seria a de “enformar”? Aqui intervém a importância das escolhas realizadas com o objetivo de *saber-fazer-criar*, elementos que nas narrativas divulgadas em 2005 tornam-se ainda mais evidentes e recorrentes já que esse período representa o “ápice” da divulgação de notícias sobre as mortes por desnutrição.

Desta forma, o capítulo III abordou os textos que representam esse “ápice” e torna ainda mais acirrado o jogo realizado pelo enunciador a partir das várias versões dos envolvidos. No entanto, para mostrá-las ao público sem se comprometer e, ao mesmo tempo, mantendo a atenção e a credibilidade, é preciso lançar mão de estratégias que aproximam a problemática envolvida nas notícias e seus leitores. A cada reportagem, há que se prender a atenção do leitor, já que como afirma Foucault (2005, p.26) “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Nesse contexto, encontram-se dois caminhos que se bifurcam: um que visa ao distanciamento entre enunciador e os fatos narrados e o outro a aproximação, como foi destacado no capítulo III. E ao analista cabe apreender as diferentes estratégias, utilizadas pelo enunciador, para levar o enunciatário a acreditar na “verdade” veiculada pelo discurso e os valores em jogo, como será destacado no tópico a seguir. Nesse sentido, como destaca Bertrand (2003, p. 99), é preciso entender o contrato enunciativo como um contrato de veridicção: “[...] O problema não é, pois, o ‘verdadeiro’ em si mesmo, em sua hipotética

realidade, mas o balanço incerto entre o ‘fazer crer’ de um lado e o ‘crer verdadeiro’ de outro” envolvendo assim a relação entre o *ser* e o *parecer*.

### **Nas escolhas, outras conclusões**

Além dos aspectos já apontados, a partir das análises realizadas, o que se destacou foi uma aparente tentativa de manter um efeito de sentido de suspensão de um futuro final para os casos de mortes por desnutrição, perpassados pela objetividade e a subjetividade que se entrelaçam nessa teia, ainda que tênue.

Em meio a onda de suspeitas, como já foi apontado anteriormente, os dois jornais põem em dúvida os fazeres dos envolvidos nos casos de desnutrição, a intenção parece a de acirrar essa dúvida, para que o leitor permaneça atento e sinta-se, juntamente com o jornal, ansioso por *querer-saber*, como é possível visualizar ao longo dos níveis.

No nível das estruturas fundamentais à oposição de base, *vida x morte*, permeia as reportagens de 2004 e 2005 e a cada texto torna-se mais intensa, os valores ficam cada vez mais evidentes, tendo a *vida* um valor *eufórico* e a *morte* um valor *disfórico*. Sobre essa base os sujeitos tentam realizar *performances* e, no nível narrativo, quando se instauram sujeitos e objetos, constroem *programas*.

Os *programas narrativos* verificados são de *privação*, os sujeitos não conseguem entrar em *conjunção* com as melhores condições de sobrevivência que leve a permanência do *objeto-valor vida*. Os indígenas aparecem, de maneira geral, na condição de *sujeitos de estado* que sofrem com as más condições de vida nas aldeias, mesmo que, em alguns textos, apresentem-se enquanto sujeitos que buscam realizar algumas *performances* com o intuito de melhorar suas condições de vida. Já as entidades governamentais, sobretudo a FUNASA, constitui-se como *sujeito do fazer* que tenta cumprir com seus deveres, apesar de, muitas vezes, também estar na condição de *sujeito de estado* frente as determinações governamentais. Ressalte-se que apesar do destaque, explícito, dado ao envolvimento da FUNASA, a FUNAI, enquanto entidade governamental, também é posta em análise, implicitamente, tendo em vista a sua responsabilidade com as comunidades indígenas, como destacado na introdução deste trabalho. O Governo ocorre, então, apenas como um *sujeito* que

*pode, deve*, mas parece não *querer-fazer e*, diante disso, acaba se constituindo enquanto *anti-sujeito* que impede pela falta de ações necessárias – salário, infra-estrutura – os outros sujeitos de alcançarem o *objeto-valor* pretendido.

Os sujeitos envolvidos nas narrativas manipulam-se e são manipulados, utilizam-se de relações de manipulação por *provocação*, por *intimidação* com destaque aos discursos de indígenas, da FUNASA e do próprio jornal que ao pedirem melhorias procuram, ainda que implicitamente, manipular o Governo a fazer algo pelas comunidades indígenas. Nesse contexto, ressalte-se o papel desempenhado pelos jornais, eles se instauram enquanto *destinadores-manipuladores e julgadores*, na busca por “culpados” pela (s) morte(s).

Nessa perspectiva, as *sanções pragmáticas* (retribuição) são, por ora, suspensas, imprimindo à narrativa um clima de suspense, um *estado de espera* pelo desfecho dos casos o que não deixa de ser uma das estratégias discursiva, para manter a atenção dos leitores nas notícias que vão sendo divulgadas diariamente.

Os sujeitos se movimentam e são movimentados, escolhas são realizadas e, seguindo a dinâmica jornalística, teias e imagens construídas, dinâmica facilitada pela própria natureza do gênero em análise, a reportagem, e do suporte que a sustenta, o jornal escrito; estruturas originalmente sincréticas.

Nesse sentido, destacam-se alguns elementos requeridos para a construção do dizer verdadeiro e que são pistas, do nível discursivo, de manifestação da subjetividade, ou seja, formas de direcionamento das interpretações. Destaca-se a projeção enunciativa de *pessoa, tempo e espaço* mesclada a *enunciva*. Além disso, a constante utilização da *debreagem de segundo grau*, essa que permitiu o jogo entre as várias versões dos casos que são postos a todo instante aos olhos do público-leitor que deve decidir, ou melhor, continuar acompanhando os casos, por via dos jornais, para *poder-saber*. Nesse jogo destaca-se o trabalho com a projeção do tempo que permite a divulgação de novos casos com referência a anteriores e perspectiva de melhoras futuras, mantendo os leitores sempre na expectativa de um “por vir”.

Nesse contexto, procurando cumprir a meta do discurso jornalístico que é a de alcançar a objetividade e a imparcialidade, o enunciador procura manter um discurso projetado na terceira pessoa do singular e do plural, *debreagem enunciva*, constrói sua

enunciação no tempo do “lá”, no espaço do “então”. No entanto, no conjunto de reportagens analisadas, foi possível verificar que ainda que busque o efeito de discurso objetivo e imparcial firmado no distanciamento de pessoa (os indígenas, a FUNASA), e no espaço do lá (na Reserva, nas aldeias indígenas), o discurso mesclou recursos *enunciativos*, que concedem ao texto um sentido de proximidade, por isso, embora os acontecimentos estivessem “lá na aldeia”, ao mesmo tempo eles estavam “aqui em Dourados”, “aqui em Mato Grosso do Sul”, “aqui no Brasil” em referência ao “aqui” do interlocutor. Ao recorrer aos dois modos de construção textual, *enuncivo* e *enunciativo*, o jornal aproxima a cobertura dos casos do interesse do leitor.

As imagens se constituem, as entidades governamentais locais, representadas principalmente de forma explícita pela FUNASA, acabam por se apresentarem como vítimas diante da falta de condições de trabalho e preservam uma imagem positiva a partir da execução de algumas *performances*, ainda que em alguns momentos haja suspeitas quanto à eficiência no atendimento dispensado, sobretudo nos discursos dos pais das vítimas. Ao poder público, ao Governo, é reservada uma imagem negativa, já que ele parece não *querer-fazer*.

Quanto aos indígenas, são sujeitos vitimados pela falta de apoio que poderia conduzi-los a uma melhor condição de vida, na maior parte das vezes em que aparecem sob as suspeitas de não *querer-fazer*, são acompanhados de discursos que tentam explicar/desculpar a falta de atitude; explicações ligadas a fatores culturais, religiosos que possam estar impedindo-os de *poder-fazer*. De forma geral, as projeções da enunciação deixam entrever mistura de discursos e de imagens tendo sempre em vista que: “A enunciação é, assim, compreendida como a mediação entre o sistema social da língua e sua assunção por uma pessoa individual na relação com o outro” (BERTRAND, 2003, p. 89).

Nesse sentido, nas escolhas das falas, das rubricas, das *figuras*, das fotos, o jornal emenda fios e possibilita ao leitor visualizar não somente a vida marginal da aldeia, mas também a indiferença do Governo, as formas de exclusão, a falta de justiça, as falhas na “democracia”. A reportagem jornalística, imbuída pelo sistema da mídia de massa, revela isso: um constante “jogo” no qual os fios se entrelaçam resultando em uma colcha final: o texto, ainda que de retalhos, que ganha vida pela ação da leitura, discurso, ainda que também constituído de retalhos.

Diante dessas observações é possível perceber que as análises/ reflexões realizadas neste trabalho puderam auxiliar a responder às perguntas que não queriam calar: qual é a imagem que a mídia douradense - os jornais “O Progresso” e “Diário MS” - construiu e divulgou sobre os casos de desnutrição, sobre os indígenas e, conseqüentemente, sobre as aldeias indígenas e as entidades governamentais envolvidas? Qual a posição dos jornais quanto aos casos de desnutrição nas aldeias de Dourados? Como o texto jornalístico, enquanto sincrético, trabalha as várias linguagens na produção de determinado efeito de sentido, para construir a persuasão do público leitor?

As respostas, por sua vez, vieram confirmar as hipóteses de que, ao informar, a mídia acaba “enformando”, na medida em que insere, na sociedade, ideologias, opiniões, sentidos estabelecidos com a ajuda das estratégias textuais e discursivas mobilizadas. Essas estratégias enfatizam a situação de abandono e miséria em que se encontram as aldeias indígenas do sul do Mato Grosso do Sul e, com isso, direcionam a uma interpretação que vê a situação indígena como uma situação-problema reservando uma imagem negativa aos indígenas e às suas comunidades.

Considerando a dinâmica do “grito”, espera-se que este trabalho possa cumprir a função de despertar a leitura crítica dos textos midiáticos, especificamente o jornal escrito. Que esse texto, “se encorpando em tela, entre todos, se erguendo tenda, onde entrem todos”, se eleve a título de discurso, a “luz balão”.

### REFERÊNCIAS CITADAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo : Hucitec, 2004.

BARBOSA, P. L. N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. R. do. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos : Claraluz, 2003, p. 111-124.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 3. ed. São Paulo : Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo : Ática, 2005.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. São Paulo : EDUSC, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>os</sup> 1/92 a 32/2001 e pelas Emendas Constitucionais de revisão n<sup>os</sup> 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Lei n<sup>o</sup> 6001, de 19 de dezembro de 1973, e pela Portaria n<sup>o</sup> 14, de 10/01/1996. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/quem/legislaçao/estatuto-funai.htm>>. Acesso em: 12 de jan. 2007.

BRASIL. Decreto n<sup>o</sup> 4.645, de 25 de março de 2003. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do índio - FUNAI, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/quem/legislaçao/estatuto\\_funai.htm](http://www.funai.gov.br/quem/legislaçao/estatuto_funai.htm)> Acesso em: 12 de jan. 2007.

BRASIL. Lei n<sup>o</sup> 11.350, de 5 de outubro de 2006. DOU de 06/10/2006. Regulamenta o § 5<sup>o</sup> Regulamenta o § 5<sup>o</sup> do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2<sup>o</sup> da Emenda Constitucional n<sup>o</sup> 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2006/11350.htm>>. Acesso em: 12 de jan. de 2007.

BRASIL. Código de ética dos jornalistas brasileiros. Fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação, e entre jornalistas. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/leis/codigodeetica.htm>>. Acesso em: 12 de jan. de 2007.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo : Contexto, 2006.

DEPRÁ, Gisele. **O Lago de Itaipu e a Luta dos Avá-Guarani Pela Terra**: representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000). Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

DIÁRIO MS, 13 anos. **Diário MS**, Dourados 15 set., 2006, Editorial, p. 2.

DISCINI, N. **O estilo nos textos**: história em quadrinhos, mídia, literatura. São Paulo : Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos textos**. São Paulo : Contexto, 2005.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP : Pontes, 1987.

EREMITES, J. O. de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. **Territórios & Fronteiras**- Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFMT, Cuiabá, v. 2, n.2, p. 115-124, jul./dez. 2001.

FIORIN, J. L. “Semântica Estrutural: o discurso fundador”. In: **Do inteligível ao Sensível** - Em torno da obra de Algirdas Julien GREIMAS. OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric. São Paulo : Educ, 1995.

\_\_\_\_\_. Sendas e veredas da Semiótica Narrativa e Discursiva. In: **Delta** Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v.15, p.177 – 207, 1999.

\_\_\_\_\_. **As astúcias da enunciação.** *As categorias de pessoa, espaço e tempo.* 2 ed. São Paulo : Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso.** 13 ed. (Revista e ampliada). São Paulo : Contexto, 2005a.

\_\_\_\_\_. A linguagem em uso. In: **Introdução à Lingüística:** objetos teóricos. São Paulo : Contexto, 2005b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 12. ed. São Paulo : Loyola, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **FUNASA 15 anos.** (revista s/d)

FREITAS, Hélio. Verdade nua e crua, doa a quem doer. **Diário MS**, Dourados, 26 jan., 2005, Cidade, p. 07.

GREGOLIN, M. do R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. do R. (Org.). **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos : Claraluz, 2003.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica.** São Paulo : Cultrix, s.d.

\_\_\_\_\_. **Semântica Estrutural.** 2. ed. São Paulo : Cultrix, 1973.

HÉNAULT, A. **História concisa da Semiótica.** São Paulo : Parábola, 2006.

HERNANDES, N. **A revista veja e o discurso do emprego na globalização:** uma análise semiótica. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Semiótica dos jornais:** análise do Jornal Nacional, Folha de São Paulo, Jornal da CBNM, Portal UOL, revista Veja. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Curso semiótica narrativa e discursiva** 1. Apostila aplicada na disciplina Introdução à Semiótica no curso de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Curso semiótica narrativa e discursiva** 3. Apostila aplicada na disciplina Introdução à Semiótica no curso de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2006b.

HJELMSLEV, L. T. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. In: **Os Pensadores** – Textos Selecionados. Abril S. A Cultural e Industrial : São Paulo, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Sinopse preliminar do censo demográfico IBGE (2000).** v.7. Rio de Janeiro : IBGE, 2000.

LAGE, N. **Linguagem jornalística.** 7. ed. São Paulo : Ática, 2004.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo : EDUC/Pontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Presenças do Outro**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo : Perspectiva, 2002.

LARA, G. M. P. **O que dizem da língua os que ensinam a língua**: uma análise semiótica do discurso do professor de português. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2004.

LIMBERTI, R. C. A. P. de. **A Imagem do índio**: Discursos de representações. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2004.

MARINHO, E. **Teré**. Direção artística: MARINHO, E.; LEPETIT, P. Produção Musical: LEPETIT, Paulo. Coucaia, CE : Fabricado por: CD+, 2004.

MELO NETO, J. C. de. Tecendo a manhã. In: MACHADO, Luiz Raul. **João Cabral de Melo Neto**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2002. (Coleção Novas seletas)

MONTEIRO, M. E. B. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiowá**. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo. 2. ed. Rio de Janeiro : Museu do Índio, 2003.

O PROGRESSO. Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/not-view.php?not-id=29091.htm>>. Acesso em: 21 de out. de 2006.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP : Pontes, 2005.

PEREIRA, L. M. **Parentesco e organização social Kaiowá**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo- USP, 2004.

PIETROFORTE, A. V. **Semiótica visual**: os percursos do olhar. São Paulo : Contexto, 2004.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo : Brasiliense, 2005.

SHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo : E.P.U./EDUSP, 1974.

TOLOUEI, M. L. Campanha arrecada 1t de alimentos. **O Progresso**, Dourados, 2 mar., 2005. Dia-a-Dia, p. 4.

TROQUES, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico**: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

WENCESLAU, M. E. **O índio Kayowá e a comunidade dos brancos.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo-USP, 1990.

XAVIER, C. Diário MS a junção de três semanários. **Diário MS** 13 anos, Dourados, 15 set., 2006, Caderno Especial, p. 06.

### REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos – Apresentação, NBR 14724. Rio de Janeiro, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Informação e documentação: Referências – Elaboração, NBR 6023. Rio de Janeiro, ago. 2002.

\_\_\_\_\_. Apresentação de citações em documentos, NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002.

BARROS, D. L. (Org.). **Os discursos do descobrimento:** 500 e mais anos de discursos. São Paulo : FAPESP, 2000.

BARTHES, R. **Elementos de Semiologia.** 3. ed. São Paulo : Cultrix. 1971.

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística:** II Princípios de análise. São Paulo : Contexto, 2005.

SAUSSURE, F. de. **Curso se Lingüística Geral.** 22. ed. São Paulo : Cultrix, 2001.